

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 11, Número 2, Novembro de 2022

Artigos Inéditos

**O movimento bolsonarista e a americanização
da política brasileira:
causas e consequências da extrema direita no poder**

Guilherme Casarões

**Angola e Moçambique: avanços e recuos
da democracia**

Mathias Alencastro

Traduções

Ucrânia e Rússia: guerra e regimes políticos

Timothy J. Colton

Propaganda digital: o poder dos influenciadores

Samuel C. Woolley

**Por que a democracia alimenta teorias
da conspiração**

Scott Radnitz

**Como os autocratas instrumentalizam os direitos
das mulheres**

Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Felipe Martins Wonderweb

Journal of Democracy em Português, Volume 11,
Número 2, São Paulo, Novembro de 2022
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

A resiliência do bolsonarismo e a americanização da política brasileira. A manipulação da opinião pública online para reforçar causas e projetos autoritários (e por que não se deve combatê-la com a manipulação em sentido oposto). A disseminação de teorias da conspiração mesmo em regimes democráticos.

Estes três temas formam o núcleo deste número do *Journal of Democracy* em Português, que traz também artigos sobre a democracia na África, a partir das experiências de Moçambique e Angola, os efeitos da guerra nos sistemas políticos da Ucrânia e da Rússia e a “lavagem de gênero” (*gender washing*) como estratégia de regimes autocráticos.

No primeiro texto, o cientista político Guilherme Casarões, coordenador do Observatório da Extrema Direita, analisa a ascensão da extrema direita contemporânea no Brasil na última década, situando-a como parte de um movimento transnacional que tem nos Estados Unidos seu principal centro de articulação, tanto para a formulação ideológica como para a intervenção política. O autor vê no fenômeno uma “americanização da política brasileira”.

Segundo Casarões, apontar as semelhanças entre o movimento político capitaneado por Bolsonaro e aqueles observados ao redor do mundo, notadamente nos Estados Unidos e na Hungria, é um bom ponto de partida, mas insuficiente para fornecer uma explicação satisfatória para a força e a persistência do movimento bolsonarista. É preciso compreender a tripla estratégia na qual ele se ancora, que envolve etapas de emulação, articulação e internalização.

“A resiliência do movimento bolsonarista será peça-chave para uma eventual desestabilização do sistema democrático. Se, nos anos Bolsonaro, esse movimento deu-se de dentro (do governo) para fora,

agora veremos o processo reverso, de fora para dentro. De todo modo, já é possível afirmar que, hoje, aproximadamente metade do país opera sob uma lógica cívica completamente diferente daquela que constituiu a cultura política brasileira, tanto historicamente quanto desde o início da Nova República, quatro décadas atrás”, escreve Casarões, que concluiu seu artigo logo após a vitória de Lula.

No segundo texto, o cientista político Mathias Alencastro, especialista em África e nas relações do Brasil com o continente, analisa a dinâmica política em dois países lusófonos – Moçambique e Angola – que lhe parecem oferecer elementos úteis para compreender os rumos da democracia na África.

Segundo Alencastro, ninguém consegue dizer com certeza se a democracia está recuando ou avançando no continente. Enquanto alguns autores decretaram o fim do processo de democratização iniciado no século passado, após lutas contra a colonização e sangrentas guerras civis, outros celebram o surgimento de uma democracia genuinamente africana, apesar da ausência ou precariedade de pré-condições tidas como fundamentais para a consolidação de um regime democrático.

Moçambique, antes apontado como um modelo de paz e democracia, tem evoluído perigosamente em direção à centralização do regime em torno do partido incumbente e, possivelmente, de uma liderança com amplos poderes. Angola tem seguido o caminho contrário, partindo de um regime hipercentralizado nos anos subsequentes à guerra civil para, mais recentemente, avançar na direção de uma democracia multipartidária competitiva.

“Embora a dinâmica da democratização seja diferente nos dois países, existem elementos em comum que são parte da problemática africana. A literatura mostra que a polarização partidária é importante para a competição política. No entanto, quando ela é instrumentalizada e aplicada a todos os elementos da sociedade, pode devorar as próprias instituições democráticas. Nos dois casos analisados a pola-

rização ganhou importantes contornos regionais, étnicos e culturais”, escreve Alencastro.

No terceiro texto, o professor de governo e de estudos sobre a Rússia da Universidade Harvard, Timothy J. Colton, busca analisar as implicações do atual conflito no Leste da Europa – que ele qualifica como “guerra total assimétrica” – para os regimes políticos ucraniano e russo. “Há uma extensa literatura acadêmica buscando associar os conflitos internacionais à governança interna dos países envolvidos. Infelizmente, o conhecimento acumulado pode oferecer poucos ensinamentos em relação à Ucrânia e à Rússia”, escreve.

“O sistema político ucraniano é, sem dúvida, mais aberto e competitivo que o russo. No entanto, na véspera da guerra, o regime da Ucrânia era um projeto em construção e, de modo algum, um modelo de democracia. Isso não implica que o país, vítima de agressão e de apropriação de território ilegais, não seja digno do apoio ocidental. Mas qualquer validação do regime deve ter em conta o modo como o país realmente funciona”, alerta.

Já a Rússia, sob o regime de Vladimir Putin, é definida pelo autor como “um projeto de desconstrução” da democracia, que havia começado a ser experimentada, de maneira tímida e insuficiente, nos anos Gorbachev e Iéltsin. “Permanece ainda em aberto se um desastre na Ucrânia levaria a Rússia à tirania, a um regime mais moderno e representativo, ou ao caos”, conclui.

O quarto texto, de autoria de Samuel C. Woolley, diretor do Laboratório de Pesquisa de Propaganda do *Center for Media Engagement* da Universidade do Texas em Austin, traz reflexões sobre um tema fundamental da atualidade: por que a desinformação e a propaganda surgiram com força renovada em todo o mundo na última década, por meio de sofisticadas técnicas de manipulação online?

Segundo o pesquisador – que lidera um estudo sobre os recentes esforços de manipulação política online em doze países, entre eles o

Brasil –, a guinada recente em direção ao autoritarismo está indissociavelmente ligada ao surgimento da desinformação digital. A dinâmica das redes sociais e o ecossistema descentralizado da internet, que antes eram vistos por muitos como ferramentas aparentemente inevitáveis de liberdade e de democracia, passaram a ser usados para a manipulação da opinião pública.

Woolley alerta para o perigo de utilizar, para fortalecer causas e projetos democráticos, as mesmas tecnologias e táticas usadas por movimentos e líderes autoritários para manipular a opinião pública online. “Há muitas desvantagens potenciais de combater o fogo com fogo online, entre elas o risco de alienar e irritar ainda mais as pessoas já exaustas do frenético mundo online, do *spam* e da mentira. Confiança é um recurso escasso e precioso na internet e os usuários não gostam de ser enganados ou bombardeados, não importa a fonte”, escreve.

No quinto artigo, Scott Radnitz, professor associado de estudos sobre Rússia e Eurásia na *Jackson School of International Studies* da Universidade de Washington, argumenta que a visão das teorias da conspiração como um monopólio de autocratas está obsoleta. No século 21, as teorias conspiratórias teriam sido democratizadas, produzindo recompensas eleitorais para os seus autores e beneficiários.

“A marca da política democrática, a competição eleitoral, vem contribuindo para a retórica conspiratória, e mesmo os países semidemocráticos (onde a competição, embora limitada, ainda faz parte do jogo político) estão assistindo ao surgimento do ‘conspiracionismo’. Trata-se de um fenômeno global, e sua ascensão ameaça aumentar a desilusão dos cidadãos com a democracia e diminuir a capacidade dos governos de enfrentar desafios como as mudanças climáticas e a disseminação de doenças infecciosas”, escreve.

“Em um futuro próximo, há razões para esperar que as teorias da conspiração persistam e até prosperem. Na medida em que as teorias da conspiração são empregadas por serem vistas como politicamente

úteis, a melhor esperança para o seu declínio é que elas eventualmente colapsem sob o próprio peso, sobretudo quando entrarem em conflito com a realidade e as experiências pessoais dos cidadãos”, conclui.

O sexto texto joga luz sobre um assunto pouco conhecido, mas de extrema relevância: a instrumentalização dos direitos das mulheres por líderes e regimes autocráticos para fazê-los parecer mais progressistas, liberais e democráticos, desviando a atenção de suas contínuas práticas autoritárias. A autora Elin Bjarnegård e o autor Pär Zetterberg, professores da Universidade de Uppsala (Suécia), descrevem este método praticado em países tão diversos como Arábia Saudita, Singapura, Bangladesh e Ruanda, como uma “lavagem de gênero” com segundas intenções.

“Ao receber os créditos pelos avanços na igualdade de gênero, os governos autocráticos voltam os holofotes para uma área amplamente vista como ligada à democracia. A associação entre democracia e igualdade de gênero muitas vezes se baseia em uma suposição acrítica, em vez de em uma análise mais profunda. Somente tornando pública a lavagem autocrática de gênero é que conseguiremos efetivamente chamar a atenção para o perigo que ela representa. Embora as reformas igualitárias sejam importantes em si, elas não são um substituto para eleições livres, justas e competitivas”, escrevem.

Boa leitura,

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder

Guilherme Casarões

Guilherme Casarões, doutor e mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), é professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Possui pesquisas e artigos publicados nas áreas de política externa brasileira, extrema direita e nacionalismo religioso, relações Brasil-Oriente Médio e teoria das relações internacionais. É um dos coordenadores do Observatório da Extrema Direita.

Quando Donald Trump se elegeu presidente dos Estados Unidos, em novembro de 2016, diversos analistas convergiram num diagnóstico razoavelmente preciso, ainda que depreciativo: graças ao populista de extrema direita que chegava ao poder, a política norte-americana teria se “latino-americanizado” (Encarnación, 2016; Tharoor, 2017). Eles se referiam aos traços demagógicos, misóginos, protecionistas e personalistas que tornaram Trump popular num país outrora avesso a esse tipo de fazer político, mas que eram comuns na história das nações ao sul do Rio Grande.

O argumento é correto naquilo que remete aos aspectos pessoais que viabilizaram não somente a eleição de Trump, mas também o fun-

cionamento de seu governo, baseados na construção de um inédito populismo norte-americano. Mas há nele um ponto cego fundamental: enquanto na América Latina os movimentos populistas eram inclusivos, voltados à incorporação das massas empobrecidas na sociedade, o populismo representado por Trump e pela extrema direita republicana é fundamentalmente excludente, baseado na construção de um regime iliberal, potencialmente autoritário, em que minorias não são autorizadas a participar do processo democrático.

Com a ascensão do bolsonarismo, estamos diante de um processo de americanização da política brasileira. Ironicamente, Jair Bolsonaro é o primeiro presidente “jacksoniano” do Brasil, emulando a visão política do presidente Andrew Jackson (1829-1837), recentemente reeditada por Trump. Considerado o primeiro populista norte-americano, o general e ex-parlamentar governou o país confrontando as instituições, desobedecendo decisões da Suprema Corte de proteção a povos nativos e implementando um modelo de democracia majoritária e antielitista – em benefício de uma classe média branca e masculina (Casarões, 2022).

Com isso, não quero sugerir que a extrema direita nacional não tenha raízes, das mais variadas, nas ideologias radicais que emergiram no Brasil ao longo do último século. Mas essa expressão particular contemporânea do reacionarismo brasileiro, do qual o presidente Bolsonaro é a face mais visível, constituiu-se a partir de ideias, gramáticas e estratégias fortemente internacionalizadas – e, em larga medida, importadas das diversas correntes que compõem o mosaico da extrema direita norte-americana (Encarnación, 2018). O bolsonarismo é, antes de tudo, um movimento transnacional, que tem nos Estados Unidos seu principal horizonte, tanto na formação de uma ideologia como na construção de uma nova realidade política.

Esta constatação explica dois movimentos observados no Brasil desde a ascensão de Bolsonaro como candidato viável à Presidência

da República, em 2018. O primeiro deles é a insistente tentativa, por parte do bolsonarismo, em legitimar-se a partir das conquistas políticas do trumpismo. Como cristas de uma onda global de extrema direita, dificilmente Bolsonaro teria conseguido se eleger sem as condições internacionais oferecidas pela chegada de Trump à Casa Branca, tanto no plano simbólico-estratégico como no plano material – que envolveram, entre outras coisas, o apoio direto à candidatura bolsonarista por parte de grupos ligados ao governo americano.

O segundo é a transformação do Brasil no bastião da guerra cultural dos “defensores do Ocidente”: após a derrota de Trump na sua corrida pela reeleição em 2020, os olhos da extrema direita americana (e mundial) voltaram-se para as eleições brasileiras de 2022. Nas palavras de Steve Bannon, ex-estrategista da Casa Branca e o mais notório representante da *alt-right* dos EUA, a disputa presidencial no Brasil deste ano é a segunda mais importante do mundo – e a mais decisiva da América Latina (Pagliarini, 2021).

Este artigo tem como objetivo analisar a ascensão da extrema direita contemporânea no Brasil e situá-la no contexto da americanização da política brasileira. Ele será dividido em quatro partes. Na primeira, buscarei apresentar os elementos fundamentais do bolsonarismo como expressão da direita radical, discutindo sua noção particular de democracia majoritarista ou iliberal. Em seguida, demonstrarei como o bolsonarismo se construiu como movimento transnacional, inspirado em sua contraparte americana (o trumpismo), a partir de três movimentos: emulação, articulação e internalização. Cada subseção, na segunda parte, dará conta de um dos conjuntos de atores que dão forma ao movimento bolsonarista: os templários digitais, os pastores patriotas, os libertários tropicais e os conservadores em armas. Por fim, a terceira seção apresentará reflexões finais sobre o tema, diante dos resultados das eleições presidenciais de 2022 no Brasil.

O que é a extrema direita brasileira?

Não existe somente um movimento de extrema direita no Brasil. Há vários, de tamanhos e matizes diversos, que se espraiam pela história do século 20. A mais emblemática dessas manifestações políticas foi o integralismo, ideologia de corte fascista que se cristalizou no primeiro partido de massas do país e que, até hoje, influencia movimentos e grupúsculos radicalizados em atividade. No entanto, de ufanistas autoritários ligados ao falecido político Enéas Carneiro a ultracatólicos do Centro Dom Bosco, passando por skinheads e neonazistas, o arco da extrema direita brasileira é amplo, plural e complexo (Caldeira Neto, 2020).

O bolsonarismo é, sem dúvida, a expressão contemporânea mais consolidada da extrema direita tupiniquim. Em gestação desde pelo menos 2016, esse movimento possui afinidades e sobreposições com outros membros de sua família ideológica, mas não necessariamente se confunde com eles. Além do tamanho – afinal, 56 milhões de brasileiros foram às urnas eleger Jair Bolsonaro à presidência em 2018, e 58 milhões votaram por sua reeleição em 2022 – e da capilaridade genuinamente nacional, o bolsonarismo distingue-se de outros grupos por sua maleabilidade ideológica e programática e por operar, ao menos em tese, dentro dos limites do jogo democrático, frequentemente testando sua resiliência.

Mais ainda: trata-se de um movimento que, a despeito de arroubos golpistas e autoritários por parte de seu líder, devidamente cancelados por frações de seu entorno político e de sua base societária, oferece uma visão – ainda que deturpada e pouco clara – de democracia. Não estamos falando, por óbvio, de uma concepção liberal e pluralista do termo, com a qual a Ciência Política trabalha, mas de uma construção democrática iliberal ou majoritarista. Nela, concebe-se o sistema democrático não como um empreendimento universal e inclusivo, senão como pura e simples expressão de uma certa vontade da maioria, à qual as instituições devem servir.

O grande dilema desse modelo de democracia, a possibilidade de transformar-se em “tirania da maioria”, torna-se particularmente crítico (e custoso) em sociedades culturalmente plurais nas quais um dos grupos culturais é majoritário – ou, ao menos, se apresenta como tal (Boxill, 1998). Essa tensão entre maioria e minorias tem sido o traço mais marcante do Partido Republicano norte-americano, desde, pelo menos, a década de 1980, novamente remontando à tradição jacksoniana do início do século 19 nos Estados Unidos.

Seja como for, ao contrário de outros movimentos de extrema direita que fazem parte desse ecossistema político, o bolsonarismo pretende-se democrático, mesmo quando não o é. Isso nos leva a uma questão taxonômica essencial: a rigor, dentro do guarda-chuva conceitual da extrema direita (*far-right*), o movimento capitaneado por Jair Bolsonaro encontra-se na categoria de direita radical (*radical right*), uma vez que aceita os pressupostos essenciais da democracia.

Adota, frente a eles, uma postura de insatisfação reformista: diante de mazelas do sistema político, como a corrupção e os privilégios, ou com o intuito de frear uma agenda progressista que supostamente contradiz o caráter conservador da população, o bolsonarismo aceita conceder poderes especiais ao líder político para subverter as instituições e redirecionar políticas públicas, sempre em nome da vontade popular. Distingue-se, pois, da ultradireita (*extreme right*), abertamente antidemocrática e revolucionária no seu desejo de romper com o consenso político vigente, almejando forjar uma nova sociedade que reflita os valores do movimento no poder, como no caso no nazifascismo europeu (Mudde, 2019).

Do ponto de vista substantivo, o bolsonarismo compartilha da ideologia da extrema direita, definida por Mudde (2019) como uma combinação de dois elementos: nativismo e autoritarismo. O primeiro diz respeito a uma concepção de sociedade cujos únicos membros “verdadeiros”, que merecem usufruir plenamente direitos políticos,

são nativos à comunidade. Se, no caso europeu e de alguns movimentos norte-americanos, essa característica legítima posições contrárias à imigração e ao multiculturalismo, podendo também ser concebida como uma espécie de etnonacionalismo (ou supremacismo racial), para o bolsonarismo esse caráter nativista se manifesta no nacionalismo religioso e no anticomunismo – produzindo, por sua vez, uma base ideológica supremacista cristã.

Para o movimento bolsonarista, o cristianismo representa o principal traço de pertencimento ao grupo, imaginado como uma espécie de monólito majoritário. Quando o então deputado Jair Bolsonaro proclamou, em ato de pré-campanha em 2017, que “o Brasil é um país cristão” e que as “minorias deveriam se curvar às majorias, ou adaptando-se ou desaparecendo”, ele foi capaz de criar uma síntese eficiente da dicotomia schmittiana amigo versus inimigo, na qual os cristãos, que são “cidadãos de bem e patriotas”, opõem-se a todo tipo de minorias – desde criminosos, de pedófilos a traficantes, até representantes legítimos de segmentos e pautas sociais, como ambientalistas, desarmamentistas, militantes LGBTQIA+ e feministas – unidos pelo traço comum de uma alegada influência “marxista cultural”.

A reativação da cantilena do temor comunista permitiu ao bolsonarismo não somente criar um senso permanente de ameaça (interna e externa), como também projetar a fusão entre nacionalismo e cristianismo como a única resposta possível às forças que pretendem subverter e desagregar a sociedade brasileira contra seus valores tradicionais: Deus, pátria e família.

O autoritarismo, por sua vez, se exprime no desejo de concentração de poder nas mãos do chefe do Executivo para fazer valer a uma suposta vontade popular (manifestada pela maioria nas urnas), em detrimento dos mecanismos institucionais de freios e contrapesos definidos pela Constituição. Expressões como “supremo é o povo” (em oposição às decisões de ministros do Supremo Tribunal Federal

contrárias ao governo) e “eu autorizo, presidente” (a favor de uma suposta intervenção militar constitucional no contexto da pandemia de Covid-19) dão a medida da natureza do autoritarismo que anima os apoiadores de Bolsonaro, particularmente vocais nos inúmeros protestos pró-governo convocados ou estimulados pelo próprio presidente ao longo dos últimos quatro anos, inclusive – e especialmente – em tempos de distanciamento social.

Para além do permanente tensionamento institucional, o viés autoritário do bolsonarismo se manifesta na luta permanente contra a imprensa e a sociedade civil. O caso do jornalismo profissional é emblemático:

Para além do permanente tensionamento institucional, o viés autoritário do bolsonarismo se manifesta na luta permanente contra a imprensa e a sociedade civil.

Bolsonaro faz ataques públicos recorrentes a profissionais e veículos de imprensa que publiquem notícias contrárias ao governo ou denúncias de corrupção e improbidade administrativa. Ao mesmo tempo em que fomentam a desconfiança e a hostilidade de seus apoiadores contra a mídia tradicional (os grupos Folha e Globo, em particular, além de jornalistas mulheres), o presidente, políticos próximos e influenciadores de diversos nichos legitimam portais, sites e vozes pró-governo – cujo trabalho mistura elementos de propaganda governamental, reportagens difamatórias e desinformação sistemática. Por essas razões, a organização Repórteres Sem Fronteiras (RSF) rebaixou a colocação do Brasil no ranking de liberdade de imprensa nos últimos anos e chegou a afirmar que “a relação entre imprensa e governo se deteriorou consideravelmente desde a posse de Jair Bolsonaro”¹.

Há, em paralelo, um movimento aberto de controle, deslegitimação e perseguição à sociedade civil organizada. Em um de seus primeiros

1. Ver: <https://rsf.org/en/country/brazil>.

atos governamentais, Bolsonaro atribuiu à Secretaria de Governo, então chefiada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz, a responsabilidade de “supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional”. A medida, considerada controversa e até mesmo inconstitucional, foi o início de uma série de investidas governamentais contra ONGs, sempre sob o pretexto de que estariam ameaçando os interesses nacionais. Em 2020, o presidente chegou a responsabilizá-las pelas queimadas na Floresta Amazônica: “Você que está numa ‘ongzinha’ aí pegando grana de fora. Vocês sabem que as ONGs não têm vez comigo. A gente bota para quebrar em cima desse pessoal. Não consigo matar esse câncer (...) que tem na Amazônia” (Alessi, 2019).

Em linha com outros movimentos contemporâneos de direita radical, o bolsonarismo também é populista. Mudde (2019) define populismo como uma ideologia fraca – que se acopla a ideologias fortes, como o socialismo, o fascismo ou o liberalismo – que divide a sociedade entre o “povo puro” e a “elite corrupta”, na qual se prega, ademais, que a política deve ser a expressão da vontade geral do povo, tendo o líder (ou o partido) como porta-voz dos anseios populares.

A personificação do salvacionismo durante a primeira campanha presidencial de Bolsonaro, colocando-o como representante exclusivo da rejeição ao sistema político e do ódio ao Partido dos Trabalhadores, já seria indício suficientemente forte desse traço populista. No entanto, o caráter messiânico do líder do movimento, traduzido em apelidos como “mito”, “capitão” ou “messias” e potencializado pelo trágico atentado a faca às vésperas da eleição de 2018, criou condições para que esse mesmo populismo fosse empregado como instrumento de governabilidade.

Por meio do populismo, o movimento bolsonarista foi capaz de colocar em marcha seu conceito de democracia iliberal. Bolsonaro transformou-se no único porta-voz de uma ideia particular de povo,

marcada pelos valores cristãos e conservadores, pela defesa da família tradicional e por um conceito difuso de liberdade – focado no empreendedorismo desregulado, na liberdade irrestrita de expressão e na posse de armas. O caráter hiperpersonalista do movimento e de seus valores se expressa bem por um versículo bíblico exaustivamente repetido pelo presidente: “e conhecereis a Verdade e a Verdade vos libertará” (João 8:32), como se a sociedade e seu ideal de verdade não existissem fora do que quer e diz o líder, como numa seita religiosa. É justamente essa fusão entre povo, fé e líder que levou analistas a rotularem o bolsonarismo como um movimento (e um governo) neofascista, convivendo imperfeitamente numa democracia institucional fragilizada (Boito Jr, 2020; Caldeira Neto, 2020).

Finalmente, é importante frisar que o amálgama bolsonarista, que reúne empresários grandes e pequenos, pastores e fiéis evangélicos, membros das polícias e das Forças Armadas, envolve uma permanente reescrita da história. As origens cristãs e agrárias do Brasil, bem como sua matriz europeia, são ressaltadas pelas teses laudatórias ao Império, pintado como um tempo de paz, unidade e prosperidade, em oposição às turbulências da República. Nesse esforço revisionista, Bolsonaro é comparado com os supostamente ilustrados imperadores brasileiros, que corporificavam o cristianismo e asseguravam a ordem social e as hierarquias tradicionais (Krause e Pachá, 2020).

A honestidade, a eficiência e o compromisso democrático dos militares são apresentados de maneira acrítica a partir de releituras seletivas do período ditatorial brasileiro, a que Bolsonaro frequentemente tece elogios públicos. A despeito da base predominantemente evangélica do bolsonarismo, a ponte entre o Império e a ditadura de 1964 é a fé católica, representada, ainda hoje, pelo movimento Tradição, Família e Propriedade (TFP), ligado ao movimento monarquista, a empresários anticomunistas apoiadores do regime militar e a grupos ideológicos influentes nas Forças Armadas (Estado de Minas, 2019).

A ascensão do bolsonarismo

O sucesso do bolsonarismo, como pretensão movimento de massas, se explica não somente pela ideologia de extrema direita e por sua capacidade de oferecer critérios de pertencimento (e até mesmo acolhimento) a uma suposta maioria que deveria comandar os rumos da democracia brasileira. Para entender sua rápida ascensão e capilaridade sem precedentes no Brasil contemporâneo, é fundamental analisar as estratégias de construção das narrativas e de controle do debate público, que passam, necessariamente, pela ocupação precoce e organizada dos espaços digitais e pelo empoderamento de grupos-chave para a organização dessa ideia de democracia majoritarista discutida na seção anterior.

Nesse sentido, deve-se resgatar as duas premissas deste artigo, que se referem ao caráter intrinsecamente transnacional do bolsonarismo e sua capacidade (e disposição) de “americanizar” a política brasileira. Apontar as semelhanças entre o fenômeno político capitaneado por Bolsonaro e aqueles observados ao redor do mundo, notadamente nos Estados Unidos ou na Hungria, é um bom ponto de partida, mas insuficiente para fornecer uma explicação satisfatória para a força e a persistência do movimento bolsonarista. É preciso compreender a tripla estratégia na qual ele se ancora, que envolve etapas de emulação, articulação e internalização.

Em outras palavras, o bolsonarismo foi capaz de (1) identificar e reproduzir práticas e performances bem-sucedidas de movimentos globais de extrema direita, sobretudo nas redes sociais, mas também no campo da comunicação política pensada amplamente; (2) articular-se com grupos internacionais específicos que pudessem prover suporte ideológico, societário ou material aos seus contrapartes brasileiros; (3) alinhar narrativas domésticas e estrangeiras, seja no sentido de internalizar e legitimar pautas e movimentações do bolsonarismo, amplificar causas outrora negligenciadas no debate público, ou até mesmo fomentar percepções sobre inimigos internos e externos, compartilhadas com outros grupos além-fronteiras.

Os Estados Unidos são uma peça fundamental para a compreensão do quebra-cabeça bolsonarista. De lá, foram importados a gramática, a substância e o estilo de ação dos quatro grupos que hoje compõem o movimento brasileiro: os templários digitais, construtores de narrativas políticas, identificados com a *alt-right* norte-americana e representados no caso brasileiro por Olavo de Carvalho; os pastores patriotas, articuladores dos valores cristãos (e, no limite, do projeto nacionalista cristão) junto à sociedade, que emulam a agenda da direita religiosa norte-americana e empreendem uma guerra cultural de longo alcance; os libertários tropicais, defensores de uma agenda ultraliberal que se estende da economia à educação e à liberdade incondicional de expressão, mas sempre orientados por valores sociais conservadores, à semelhança do paleolibertarianismo dos EUA; e os conservadores em armas, grupo-síntese inspirado na Segunda Emenda à Constituição norte-americana, que reúne olavistas, cristãos conservadores e ultraliberais em defesa do armamento amplo e irrestrito da população.

Pode-se argumentar que a grande força do bolsonarismo é sua capacidade de costurar múltiplos grupos de interesse e correntes de pensamento liberais e conservadoras em um mosaico político-ideológico minimamente coerente. Isso não teria sido possível sem a construção de uma narrativa comum unificadora que representasse, de alguma maneira, os anseios coletivos de um grupo considerável de brasileiros que não se sentiam representados pelo sistema político – ou, no jargão que se popularizou no contexto eleitoral, pela “velha política”. Ainda que antipetismo e combate à corrupção (ou lavajatismo) fornecessem alguma liga para esse movimento, cujas origens remontam às manifestações verde-amarelas pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 (ou, alguns casos, aos primeiros protestos de 2013), faltava-lhe uma identidade mais clara. Aos poucos, ela foi se revelando no binômio antiglobalismo/nacionalismo cristão, elementos que se desenvolveram de maneira concomitante ao longo da última década.

Os templários digitais à sombra da *alt-right* americana

Os templários digitais, grupos de direita nascidos dos fóruns virtuais e das redes, foram os responsáveis por criar o ambiente emocional – de medo e ódio – que impulsionou o bolsonarismo em seus primórdios. Para tanto, importaram ideias e métodos da *alt-right*. O pendor por teorias conspiratórias, a linguagem violenta (associada à nascente cultura troll) e os memes de grande poder de viralização são as características mais visíveis dessa facção radicalizada da extrema direita norte-americana que chegou ao Brasil. Há, ademais, uma dimensão substantiva relevante, que chamaremos de antiglobalismo na falta de uma expressão mais abrangente, mas que deve ser analisada com atenção.

Na literatura recente sobre o fenômeno da *alt-right*, existe um debate extenso sobre os objetivos e a ideologia do movimento. Na ausência de um conjunto claro de diretrizes, entende-se que a defesa de uma identidade branca, muitas vezes traduzida na ideia de nacionalismo ou supremacismo branco, está no cerne das reivindicações desse grupo. Para seus membros menos radicais, bastaria que houvesse mais controle migratório e mais liberdade para defender políticas e ideias de cunho racista, de modo a assegurar a dominação branca numa sociedade multirracial ou multicultural. Para as franjas mais radicais, o objetivo se aproxima do ideal nazista de pureza racial, transformando os Estados Unidos em um ou diversos “etnoestados” de ascendência europeia (Hawley, 2017; Main, 2018).

A *alt-right*, além disso, rejeita abertamente os valores da democracia liberal. Sua premissa básica é a de que, como existe uma desigualdade natural entre membros da sociedade (seja ela racial ou biológica), a igualdade civil torna-se obsoleta e indesejável. Por isso mesmo, o movimento se opõe fortemente ao discurso feminista de igualdade de gênero, ao discurso antirracista fundamentado na “teoria racial crítica” e corporificado em movimentos como *Black Lives Matter*, bem

como à comunicação politicamente correta, sob o argumento de que são tentativas de cerceamento da liberdade de pensamento e expressão. O traço mais distintivo dessa oposição é a linguagem agressiva, virulenta, irônica e muitas vezes preconceituosa. Nascida nas profundezas da internet, a “cultura troll”, destinada a deliberadamente provocar discórdia e reações emocionais para além dos limites da convivência democrática, permitiu que o movimento circulasse amplamente suas mensagens e se infiltrasse no debate nacional (Hawley 2017: 19).

Ainda que existam traços visíveis de racismo e antisemitismo no discurso bolsonarista, que levaram, inclusive, à acusação de membros do governo Bolsonaro por apropriação de símbolos e performances associados ao supremacismo branco da *alt-right* (Agência Senado, 2021), a dimensão racial não parece ser central ao movimento brasileiro (Carvalho, 2018). Para os templários digitais brasileiros, a oposição ao atual estado de coisas gira em torno de uma ameaça mais difusa, mas também comum aos extremistas norte-americanos, a que chamam de “marxismo cultural”. A teoria conspiratória do marxismo cultural é produto direto do fim da Guerra Fria, momento em que a ameaça comunista representada concretamente pela União Soviética teria dado lugar a uma força invisível (e virtualmente indestrutível) da dominação ideológica da esquerda nas escolas e universidades, na imprensa, nas artes e no governo (Mirrlees, 2018).

Segundo o discurso da *alt-right*, devidamente incorporado pelos templários brasileiros, essa hegemonia esquerdista em nível global seria financiada por bilionários como George Soros e Bill Gates e difundidas por meio de pautas de organizações multilaterais como a União Europeia e as Nações Unidas. O objetivo dessa agenda globalista seria aculturar as sociedades, retirando-lhe os vínculos com Deus, a nação e a família, com propósitos ideológicos (no caso dos marxistas culturais) ou meramente mercantis (no caso dos chamados “metacapitalistas”). A guerra ao globalismo teria que ser realizada, antes de tudo, no

campo da cultura, por meio da eliminação das influências esquerdistas – de pautas como aborto, gênero, mudanças climáticas – e da retomada dos valores tradicionais e conservadores em todos os campos da sociedade. Os antiglobalistas incorporaram, assim, as estratégias de ocupação de espaços próprias da guerra cultural conservadora norte-americana (Hunter, 1991).

O pai intelectual dos templários digitais brasileiros é Olavo de Carvalho. Filósofo autoproclamado e polemista profissional, ele foi responsável por traduzir para a realidade nacional teses e argumentos da guerra cultural que circulavam desde os anos 1970 nos EUA. A despeito de esforços de adaptação dos *talking points* do conservadorismo ianque aos problemas do Brasil, muito do que Carvalho produziu ao longo da década de 1990, em livros e colunas na grande imprensa, emulava os trabalhos de filósofos e ideólogos da direita radical americana (Carvalho, 2015)². Munido de um denso repertório crítico à esquerda e valendo-se de uma linguagem abertamente debochada e agressiva, Carvalho articulou uma estrutura digital de difusão de suas ideias ao longo dos anos 2000 – contando com um site de “notícias alternativas” (Mídia Sem Máscara), um programa de rádio pela internet (True Outspcak) e o Curso Online de Filosofia (COF), principal espaço de conversão política e massificação ideológica pela internet, amplificado pela forte inserção nas redes sociais.

A frustração com o governo Dilma Rousseff e as grandes manifestações antipetistas que ganharam força após 2013 proporcionaram o caldo de cultura ideal para a ascensão de uma nova direita no país. A combinação entre recessão econômica, conflitos entre presidente e Congresso e denúncias de grandes esquemas de corrupção, potencializadas pela Operação Lava Jato, abriu um vácuo político-partidário

2. Entre os autores e obras que serviram de inspiração para o pensamento político de Olavo de Carvalho estão Allan Bloom (*The Closing of the American Mind*, de 1988), Gary Allen e Larry Abraham (*Política, Ideologia e Conspirações*, de 1972) e Michael Minnicino (*The New Dark Age: the Frankfurt School and 'political correctness'*, de 1992).

que foi ocupado por agrupamentos de orientação liberal na economia e conservadora nos costumes, como o Movimento Brasil Livre, o Vem Pra Rua e o Partido Novo (Rocha, 2021).

Na caminhada que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, em meados de 2016, Olavo de Carvalho firmou-se como o grande ideólogo da nova direita brasileira, que passou a reproduzir acriticamente teses como a do “marxismo cultural” ou do “globalismo”. Muitos dos que foram às ruas animavam-se não somente pela revolta contra o governo do Partido dos Trabalhadores, mas contra o inimigo invisível que lhe dava sustentação: a hegemonia cultural da esquerda. Alguns chegavam a ostentar cartazes com os dizeres “Olavo tem razão”, em alusão às declarações paranoicas do escritor sobre o suposto plano gramsciano em curso no Brasil. Ele mesmo se orgulhava de, com suas ideias, ter ajudado “a direita brasileira a sair do armário” (BBC Brasil, 2016).

No governo Bolsonaro, a internalização da guerra informacional se deu pela criação do “gabinete do ódio”, sediado no Planalto.

Da *alt-right* americana, também se importou o ecossistema da guerra informacional³ que viabilizou tanto o triunfo eleitoral de Jair Bolsonaro como a formação do amálgama bolsonarista. Os templários olavistas, ao longo de seu processo de gestação nos anos 2000, organizaram-se no ambiente digital por meio de portais (Mídia Sem Máscara, Reaçõnaria, Implicante e Senso Incomum), páginas em redes sociais (Revoltados Online, Vem Pra Rua e Movimento Brasil Livre) e debates no YouTube (*hangouts* promovidos por celebridades da direita em ascensão, como o próprio Olavo de Carvalho, o músico Lobão e o então deputado Jair Bolsonaro). Em larga medida, a linguagem agressiva, o tom histriônico

3. Ironicamente, a expressão “*information warfare*”, que remete ao uso e gestão de tecnologias de informação e comunicação no contexto de disputas políticas ou guerras multidimensionais (ou “guerras híbridas”), inspirou a criação da plataforma *InfoWars* em 1999 por Alex Jones, um dos mais proeminentes comunicadores da *alt-right*.

e o modelo de negócios reproduziam a fórmula bem-sucedida de influenciadores da *alt-right*, como Paul Joseph Watson, Milo Yiannopoulos e Stephan Molyneux, além de sites como InfoWars, de Alex Jones, e *Breitbart News*, de Andrew Breitbart e Steve Bannon (Prado, 2021).

No governo Bolsonaro, a internalização da guerra informacional se deu pela criação do “gabinete do ódio”, máquina institucionalizada de desinformação, sediada no Planalto e liderada pelos filhos do presidente, Carlos e Eduardo Bolsonaro, além de financiada por empresários bolsonaristas (Lago, 2022). Mais recentemente, a criação do canal de TV Jovem Pan, cujo objetivo expresso é ser a versão brasileira da Fox News, ofereceu mais uma camada de legitimidade às teorias conspiratórias e narrativas que animam a extrema direita transnacional e brasileira.

Os pastores patriotas e a direita religiosa além-fronteiras

A relação entre religião e política no Brasil passou por mutações dramáticas ao longo das últimas décadas. Majoritariamente católico, o país sempre possuiu forças políticas ligadas ao catolicismo, como o Partido Democrata Cristão (1945-1965), além de sofrer significativa influência do Vaticano (por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) em determinadas áreas de políticas públicas, como a educação, a assistência social e os direitos humanos. No entanto, o avanço das instituições republicanas e do sistema democrático consolidou uma política secular e pluralista em termos religiosos, consubstanciada no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (Oro, 2005).

As transformações no panorama religioso brasileiro deram-se, sobretudo, pela rápida ascensão da população evangélica no país, que cresceu de 8% em 1980 para, aproximadamente, 30% em 2020. Aos poucos, grupos evangélicos, sobretudo pentecostais e neopentecostais,

passaram a ocupar espaços legislativos, guiados pelo lema “irmão vota em irmão” e animados pela chamada teologia do domínio, que preconiza a ocupação dos espaços sociais (cultura, imprensa, artes, negócios e política) rumo à construção de uma nação genuinamente cristã. Os esforços desses movimentos religiosos se materializaram na Frente Parlamentar Evangélica, criada em 1986 por iniciativa de políticos ligados à Assembleia de Deus e que hoje reúne mais de 200 parlamentares de inúmeros partidos, majoritariamente de centro e direita, e de diversas denominações cristãs – e até mesmo alguns católicos (Smith, 2016; Almeida, 2017).

A atuação política dos movimentos evangélicos também se redefiniu nos últimos anos. Durante o governo Lula da Silva (2003-2010), lideranças pentecostais e neopentecostais, concentradas em partidos do chamado “centrão” político, conseguiram alavancar sua influência ao estabelecer uma relação de coexistência com forças de esquerda, contribuindo para a governabilidade naquele período. Com isso, amelharam cargos, concessões de rádio e TV, passaportes diplomáticos e, sempre que possível, contiveram o avanço de pautas progressistas. No governo Dilma (2011-2016), o relacionamento entre a presidente e os evangélicos se esgarçou rapidamente, abrindo espaço para a considerável adesão dessas lideranças ao processo de impeachment, em 2016, sob a batuta do assembleiano Eduardo Cunha – e, na sequência, ao governo Michel Temer (Casarões, 2020).

Àquela altura, a organização política dos evangélicos já nos permitia falar numa direita cristã brasileira, aos moldes de sua contraparte norte-americana. Nos Estados Unidos, país de maioria protestante, essa direita religiosa deu uma guinada radical a partir da década de 1970, em reação às liberdades sexuais e ao uso de drogas no movimento da contracultura, à ampliação de iniciativas de direitos de homossexuais, bem como à legalização do aborto após a decisão *Roe v. Wade* (1973) pela Suprema Corte (Ramet, 2005). Nos anos seguin-

tes, essa coalizão cristã conservadora, cada vez mais radicalizada, assumiu os três temas como seus cavalos de batalha: guerra às drogas, ao aborto e à chamada “ideologia de gênero”, guiando a agenda política de presidentes republicanos como Ronald Reagan e George W. Bush (Toplin, 2007).

Outrora ignorados ou minimizados no debate público brasileiro, os temas próprios à direita cristã norte-americana passaram a povoar os discursos e práticas de lideranças religiosas e políticas conservadoras no Brasil. A guinada da bancada evangélica, de um “centro fisiológico” para uma “direita ideológica”, deu-se a partir de 2013, quando o deputado Marco Feliciano, da Assembleia de Deus, assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e passou a pautar ativamente o debate sobre direitos sob uma perspectiva conservadora (Cowan, 2014).

Desde então, percebe-se uma disposição dos evangélicos de conformar a moralidade pública da sociedade brasileira, a partir do entendimento de que constituíam uma “maioria moral”, em vez de simplesmente buscar proteger seus próprios valores religiosos (Oro, 2005). Essa moralidade é articulada em quatro grandes eixos: econômico, orientado pelo discurso de meritocracia e empreendedorismo alinhado com a teologia da prosperidade; moral, no sentido da regulação do comportamento individual, das identidades de gênero e da noção de família; securitária, que remete a um conjunto de políticas repressivas e punitivas, como a redução da maioridade penal e a criminalização das drogas; e interacional, que construiu, entre os evangélicos, a perspectiva de demonizar as opiniões discordantes (Almeida, 2017).

A despeito da crescente força legislativa dos evangélicos, observada na expansão de sua bancada no Congresso, faltava-lhes um candidato majoritário com viabilidade eleitoral. Nas eleições de 2018, Bolsonaro corporificou a expectativa de muitos evangélicos de chegar ao topo do poder político. De mero parlamentar corporativista, conhe-

cido por suas declarações grosseiras e apologia à ditadura militar, ele passou a advogar pautas cristãs, com grande senso de oportunidade, no contexto da crescente polarização política da última década. Com a esposa Michelle e alguns de seus filhos frequentadores da Igreja Batista, o católico Bolsonaro, aos poucos, acercou-se de lideranças evangélicas (como o pastor Silas Malafaia e os pastores-parlamentares Marco Feliciano e Magno Malta) e formou uma espécie de frente híbrida, pan-cristã, “reunindo as vantagens eleitorais da identidade evangélica, mas evitando as desvantagens” (Freston, 2020, 372).

Além das pautas conservadoras típicas da direita religiosa americana, o pan-cristianismo de Bolsonaro viabilizou uma das mais ambiciosas visões de evangélicos fundamentalistas e católicos tradicionalistas: a construção de um projeto nacionalista cristão (Casarões, 2020; Pacheco, 2022). A melhor expressão desse modelo de sociedade, que envolve a submissão do pertencimento à nação (ou da cultura cívica nacional) a critérios e elementos de fé (Juergensmeyer, 1993), é o próprio bordão de campanha de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A fusão entre nacionalismo e cristianismo na ideia de Brasil cristão coloca-se como pilar da democracia majoritarista propugnada pela extrema direita brasileira e foi um dos principais elementos de união entre templários digitais e pastores patriotas na conformação do movimento bolsonarista.

O projeto do nacionalismo cristão brasileiro ergue-se sobre as mesmas bases do movimento observado nos Estados Unidos – e já muito bem documentado e analisado (Goldberg, 2006; Perry e Whitehead, 2020; Stewart, 2020). Trata-se da mobilização, por parte de uma minoria altamente mobilizada e razoavelmente organizada, de narrativas, símbolos, cosmologias e papéis sociais baseadas no entendimento da Bíblia – muitas vezes literal – como único parâmetro moral da sociedade. Se, no Brasil, esse movimento é intimamente associado ao bolsonarismo, nos EUA ele é uma das bases sociais do trumpismo.

No entanto, embora nem Bolsonaro nem Trump sejam exemplos de uma vida religiosa, além de terem abraçado o cristianismo de maneira visivelmente oportunista, o apoio a essas lideranças (muitas vezes promovidas como messiânicas) se explica pela defesa das pautas morais no campo das políticas públicas, pela promessa de uma nação cristã, como também pelo empoderamento político de figuras e instituições religiosas (Posner, 2020).

Trump e Bolsonaro cercaram-se de religiosos em seu governo. O presidente norte-americano escalou, entre outros, os evangélicos Mike Pence (vice-presidente), Mike Pompeo (secretário de Estado) e Mark Meadows (chefe de gabinete), além de nomear a católica ultraconservadora Amy Coney Barrett para a Suprema Corte. O brasileiro, por sua vez, deu espaço a representantes da emergente direita cristã, como Damares Alves (ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos), fundadora da influente Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure), Ernesto Araújo (ministro das Relações Exteriores), com laços tradicionalistas católicos (Teitelbaum, 2020), o pastor presbiteriano Milton Ribeiro (o quarto ministro da Educação do governo), além de ter nomeado o também presbiteriano André Mendonça (ex-Advogado-Geral da União e ministro da Justiça) para o Supremo Tribunal Federal, cumprindo a promessa de que nomearia um juiz “terrivelmente evangélico” para a corte (Casarões, 2020).

O vínculo entre a direita religiosa dos dois países não se dá somente por contatos informais entre lideranças evangélicas, mas também por meio de organizações transnacionais, como a *Capitol Ministries*. Fundada pelo ex-jogador de basquete Ralph Drollinger, a organização tem como objetivo declarado evangelizar líderes políticos ao redor do mundo para que legislem a partir de preceitos bíblicos, produzindo políticas públicas “que satisfaçam a Deus” (Dip e Viana, 2020). Com a chegada de Trump ao poder, em 2017, passou a concentrar esforços na América Latina, financiada por membros influentes do governo, como Pence e Pompeo, e

auxiliada pela *White House Faith and Opportunity Initiative* (Rodríguez, 2021). O trabalho de evangelização de Drollinger em países como Guatemala, Nicarágua, Peru e Paraguai (e, mais recentemente, Brasil), com o apoio do círculo íntimo de Trump, o tornou conhecido como “diplomata-sombra” da administração norte-americana (Schwartz, 2019).

Ademais da plataforma voltada às pautas conservadoras, um dos assuntos centrais do trabalho da *Capitol Ministries* diz respeito às relações com Israel. Unidos em torno do sionismo cristão, visão teológica que preconiza a defesa da Terra Santa como condição para a segunda vida de Cristo, a direita religiosa norte-americana e a administração Trump passaram a defender, além-fronteiras, o reconhecimento de Jerusalém como a capital “una e indivisível” israelense e a transferência das embaixadas nacionais para a cidade. A promessa (ainda não cumprida) de Bolsonaro durante a campanha de seguir as políticas trumpistas com relação a Israel foi um ponto importante de contato com as igrejas evangélicas no Brasil⁴ – e atraiu o interesse e envolvimento de lideranças da direita cristã (Machado, Mariz e Carranza, 2021).

Os libertários tropicais e a ode à Primeira Emenda à Constituição americana

À primeira vista, parece estranho associar o bolsonarismo, movimento de matriz autoritária e iliberal, a qualquer tipo de ideal libertário – que não somente prega o Estado mínimo em termos econômicos, como também rejeita qualquer tipo de interferência estatal na vida privada e nas liberdades individuais. De fato, a relação entre Bolsonaro e grupos ultraliberais é bem mais recente e ocorreu, a rigor, já no contexto da campanha de 2018. Até então, a expansão da ideologia libertária, iniciada em meados dos anos 2000,

4. A aproximação tardia de Israel por parte de Bolsonaro dizia respeito à sua tentativa de construir uma identidade com movimentos evangélicos. Em 2016, o então deputado filiou-se ao Partido Social Cristão, ligado à Assembleia de Deus e, em seu primeiro grande evento na nova legenda, viajou com os filhos para Israel e foi batizado pelo pastor Everaldo Pereira nas águas do rio Jordão.

deu-se em paralelo à ascensão do conservadorismo olavista e religioso, encontrando guarida em movimentos como Líber, Livres e Movimento Brasil Livre e recebendo suporte institucional e financiamento de *think tanks* como Instituto Millennium (IMIL), Instituto Mises Brasil (IMB) e Institutos Liberais (ILs) espalhados por diversos estados do país (Rocha, 2021).

Ao contrário dos outros atores aqui analisados, os libertários tropicais possuem conexões muito mais diretas e orgânicas com movimentos semelhantes norte-americanos. As origens do Livres, que por algum tempo esteve ligado ao Partido Social Liberal (PSL), remontam ao relacionamento de jovens liberais, como Fábio Ostermann, com o *Cato Institute e a Foundation for Economic Education*. O Instituto Mises Brasil, por sua vez, foi fundado pelo economista Hélio Beltrão Jr. em 2007, como braço autônomo do *Mises Institute* e hoje oferece cursos de pós-graduação em temas ultraliberais. Já a poderosa *Atlas Network*, *think tank* sediado em Washington, possui fortes vínculos com as organizações ultraliberais brasileiras, incluindo o Mises Brasil, o IMIL, instituição financiada por grandes grupos de imprensa nacionais e cujo maior expoente público é o economista (e polemista) Rodrigo Constantino, além do Instituto de Formação de Líderes, criado pelo empresário David Feffer, influente nos setores do mercado financeiro paulista (Baggio, 2018).

Quando Bolsonaro indicou o economista ultraliberal Paulo Guedes, egresso da Universidade de Chicago, como seu futuro ministro da Economia, ele selou a aliança política e eleitoral com os libertários. Alguns deles, como os empresários Salim Mattar e Paulo Uebel, ambos do Millennium, foram para o governo cuidar, respectivamente, das áreas de desestatização e desburocratização. Outros, como Winston Ling, do Fórum da Liberdade, tornaram-se apoiadores frequentes (e vocais) do presidente. Entre as pautas unificadoras da ala libertária do bolsonarismo estavam a reforma administrativa, a reforma da previdência e a agenda de privatizações. Ainda que a ampla agenda reformista tenha estagnado, levando a uma “debandada” da equipe econômica em meados de 2020, a maioria dos economistas e em-

presários ultraliberais segue apoiando o governo – alguns deles, inclusive, participando ativamente do bolsonarismo nas ruas e nas redes.

Em larga medida, a persistente adesão dos libertários tropicais à extrema direita deve-se à apropriação *lato sensu* da defesa da “liberdade” em todas as esferas, viabilizando uma aliança com grupos evangélicos, em torno do tema do *homeschooling*, ou com grupos ruralistas, defensores da desregulamentação ambiental. Mas a despeito da apologia à liberdade no programa de governo, essa certamente não era a prioridade de Bolsonaro até a eclosão da pandemia de Covid-19, em março de 2020. Ao se opor às medidas de isolamento social, o presidente passou a repetir um bordão que virou uma de suas marcas registradas: “mais importante que a vida é a nossa liberdade”. Com isso, acertou em cheio o coração (e o bolso) de um sem-número de “empreendedores bolsonaristas”, fenômeno interclasses que contempla cidadãos de realidades distintas, do executivo ao trabalhador informal precarizado, do grande empresário ao pequeno comerciante local, unidos pela ideologia do empreendedorismo e da meritocracia em oposição ao Estado (Nunes, 2021).

Mesmo com a postura insistentemente negacionista (e muitas vezes criminoso) diante da crise sanitária, Bolsonaro foi capaz de usar o valor difuso da liberdade para mobilizar seus apoiadores no combate às medidas restritivas, que passaram a ser encaradas como tirânicas e ditatoriais. Essa manobra teve o duplo efeito de manter a base unida e radicalizada, por um lado, e antagonizar atores políticos – do então governador de São Paulo, João Dória, ao Supremo Tribunal Federal – com vistas a amplificar a narrativa conspiratória dos traidores da pátria (Kalil et al, 2021). Vale lembrar que, nos primeiros meses de pandemia, o alvo preferencial do bolsonarismo e de seu líder ainda era o Congresso Nacional, em meio a pedidos de intervenção militar e uma reedição do Ato Institucional nº 5, dos tempos da ditadura (Gielow, 2020). Aos poucos, o rol dos inimigos passou a incorporar praticamente todas as instituições democráticas (inclusive agências governamentais, como a Agência

Nacional de Vigilância Sanitária ou o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que se opunham às posições do presidente.

O agravamento da pandemia levou Bolsonaro a instrumentalizar um conceito ainda mais amplo de liberdade, que incluía o direito de adotar – e indicar – o tratamento precoce para a Covid-19 (baseado em medicamentos sem eficácia comprovada, como hidroxiquina e ivermectina), de não usar máscaras, vacinar-se ou observar qualquer medida sanitária adotada por prefeitos ou governadores. Embora muitas das posturas do presidente brasileiro fossem meras emulações do que Donald Trump vinha fazendo nos Estados Unidos, da recomendação de remédios milagrosos ao estímulo à realização de protestos em massa contra o isolamento social (Casarões e Magalhães, 2021), é possível argumentar que Bolsonaro levou seu populismo sanitário às últimas consequências – demitindo três ministros da Saúde em menos de um ano, participando ativamente de aglomerações e adotando uma estratégia informal, porém deliberada, de imunidade por contágio (Ventura, Aith e Reis, 2021a; 2021b).

A pandemia também uniu empreendedores libertários e parte da classe médica em defesa das liberdades – e do uso de terapêuticas ineficazes. Quatro dias após Bolsonaro anunciar, em suas redes sociais, a hidroxiquina como “uma possível cura” para a Covid-19⁵, o empresário Hélio Beltrão, do Mises Brasil, publicou um artigo na Folha de S. Paulo intitulado “Liberem a Hidroxiquina”, em que defendeu o uso ostensivo *off-label* do medicamento (Beltrão, 2020). Em poucas semanas, dezenas de médicos se organizaram no grupo Médicos Pela Vida (MPV), lançando um protocolo de tratamento e um manifesto assinado por milhares de profissionais de saúde (Canzian, 2020).

O que foi promovido como um movimento espontâneo reproduzia, na verdade, processo idêntico ao ocorrido nos Estados Unidos, às vezes com dias de diferença entre os dois países. O tuíte de Bolsonaro

5. Ver: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1241434576049840130>

com a divulgação da cura pela cloroquina, por exemplo, veio dois dias depois da primeira menção de Donald Trump ao medicamento como um “divisor de águas” (e horas depois de seu primeiro tuíte a respeito do assunto). O artigo de Beltrão, em que dizia que o governo seria irresponsável caso não adotasse protocolos para uso da hidroxicloroquina, foi publicado dois dias após a *Job Creators Network*, do bilionário Bernard Marcus, fundador da *Home Depot*, começar a circular postagens pagas no Facebook exigindo que Trump acabasse com a burocracia para que o governo distribuísse o remédio para os pacientes com Covid-19 (Pearson, 2020).

Mais emblemático, contudo, é o caso do Médicos Pela Vida. Fundado em maio de 2020, o grupo reunia médicos de diversos estados do país em torno da defesa de um “tratamento precoce” – expressão posteriormente abraçada pelo presidente para justificar a adoção de medicamentos ineficazes. O MPV desenvolveu uma relação simbiótica com o bolsonarismo: tornou-se palco para a projeção de médicos negacionistas e teorias conspiratórias sobre vacinas por meio de lives públicas e canais de transmissão em aplicativos de mensagens, além de oferecer assessoria informal ao governo por meio do famigerado “gabinete paralelo”, responsável por formular recomendações de enfrentamento da Covid-19 junto ao Planalto ao largo do Ministério da Saúde (BBC News Brasil, 2020).

Muito embora o movimento tenha origens e dinâmicas próprias, vários argumentos que sustentavam a defesa pública do tratamento precoce vinham de seu correlato norte-americano, o *America’s Frontline Doctors*. Sua criadora, a médica Simone Gold, havia ganhado notoriedade graças a um vídeo de julho de 2020, em que protestava em frente da Suprema Corte em defesa da cloroquina, contra as máscaras e o *lockdown*. Desde então, ela manteve contatos informais com o então assessor especial de Bolsonaro, Arthur Weintraub, apontado como um dos líderes do gabinete paralelo da Covid-19. Os argumentos

de Gold contra a vacina também se espalharam rapidamente entre bolsonaristas, ecoados por comentaristas leigos da Jovem Pan e médicos influenciadores nas redes sociais. Vale lembrar que a médica é alvo de ações judiciais nos EUA por disseminação de *fake news* e chegou a ser presa na invasão do Capitólio, em janeiro de 2021 (UOL Notícias, 2021).

Em meio à guerra contra a comunidade científica, a rede de *alt-science* formada no Brasil e espelhada no exemplo dos EUA também passou a se preocupar com uma outra liberdade, a de expressão. O bolsonarismo sentiu-se acuado em duas frentes: a legislativa e a digital. A controversa proposta do Senado de criminalizar notícias falsas difundidas pela internet, que se tornou particularmente sensível no contexto de extrema desinformação sobre a pandemia, foi duramente rechaçada pelo presidente e seus aliados como uma medida autoritária. No campo digital, ações do STF para banir contas de bolsonaristas identificados com a disseminação de informações falsas, bem como a iniciativa das próprias plataformas de incluir alertas em postagens potencialmente falsas, foram recebidas com revolta por Bolsonaro e seus aliados.

Em janeiro de 2021, a suspensão da conta de Donald Trump das principais mídias sociais (Twitter, Facebook e Instagram), após incentivar publicamente os ataques ao Capitólio, fez com que bolsonaristas migrassem para redes mais abertas, populares entre a *alt-right*, como Parler e Gettr, em defesa de um tipo de liberdade irrestrita de expressão que só encontra respaldo na Primeira Emenda à Constituição norte-americana (Haynes, 2021) – e que nada tem a ver com o ordenamento jurídico brasileiro.

Os conservadores em armas e a ode à Segunda Emenda à Constituição americana

Se a liberdade incondicional de expressão da Primeira Emenda

à Constituição americana uniu empresários, economistas, médicos, jornalistas e militantes digitais em torno do direito de desinformar e de agredir, é a tropicalização da Segunda Emenda que proporciona a unidade mais orgânica do bolsonarismo – em torno do direito de se armar. São a quarta e talvez mais abrangente categoria do movimento: os *conservadores em armas*. Ao contrário da defesa das liberdades de expressão e de mercado, novidades incorporadas por Bolsonaro em sua trajetória rumo à presidência, o combate a políticas de controle de armas (consubstanciadas no Estatuto do Desarmamento, de 2003) é pauta antiga do ex-capitão. Ao longo dos anos, ele se destacou como um dos mais engajados porta-vozes da indústria de armas e munições no Congresso em prol da liberação, para fins comerciais, de porte e posse de armas (Rede Brasil Atual, 2014).

Quando lançou sua candidatura, em meados de 2015, Bolsonaro ampliou sua rede armamentista junto aos Estados Unidos, tendo como principais contatos o ex-lutador Royce Gracie e Tony Eduardo, dono e instrutor de clubes de tiro no Brasil e nos EUA frequentados pela família Bolsonaro e associados à simbologia da *alt-right* americana⁶. Eles apresentaram Carlos e Eduardo Bolsonaro à maior feira de armas dos EUA, a *Las Vegas Shot Show*, que os filhos do atual presidente passaram a frequentar assiduamente desde 2016, com claros propósitos políticos. Nessas oportunidades, construíram e sedimentaram laços com a *National Rifle Association* (NRA), lobby pró-armas norte-americano de alcance mundial. Há indícios de que a NRA, aliada um fundo de investimentos norte-americano, a *MFS Investment Management*, ajudou a financiar a campanha de Bolsonaro em 2018 (Seeing Red, 2022).

A NRA já atuava discretamente no Brasil desde os debates sobre o Estatuto do Desarmamento, trazida ao Brasil pelos ultracatólicos da

6. O clube de tiro *88 Tactical*, localizado em Omaha, no estado do Nebraska, tem Tony Eduardo como um de seus diretores e é frequentado pelos filhos de Bolsonaro desde 2016. A instituição é frequentemente acusada de usar simbologia neonazista e supremacista branca em suas postagens, logomarcas e produtos (Agência Pública, 2021).

TFP, ligada ao movimento monarquista (Farinelli, 2022). Em 2005, o porta-voz da associação, Andrew Arulanandam, chegou a dizer que as iniciativas desarmamentistas no Brasil representavam o “salvo de abertura” do movimento global de controle de armas – e que, caso fosse bem-sucedido, os Estados Unidos seriam o próximo alvo (Green e Varjacques, 2022). As previsões não se cumpriram, dada a força persistente da NRA na política dos EUA, potencializada pela eleição de um aliado incondicional, Donald Trump, em 2016 (Johnson, 2019).

O engajamento do trumpismo com o tema foi a janela de oportunidade para que o lobby das armas buscasse estabelecer relações mais próximas com a extrema direita global, inclusive – e especialmente – no Brasil. Após vários decretos do governo Bolsonaro facilitando a aquisição de licenças para CACs (Colecionadores de armas, Atiradores desportivos e Caçadores), o Brasil viu o número de armas registradas legalmente subir de 350 mil em 2018 para 1 milhão até agosto de 2022 (Lopes, 2022).

Inspirados pela maneira como a extrema direita americana (em suas vertentes *alt-right*, cristã e libertária) encaram os *second amendment rights* (Dawson, 2019), os conservadores em armas brasileiros defendem a causa-mestra do bolsonarismo: o direito de se armar. Ela se soma ao antiglobalismo dos templários, na crença de que a guerra cultural pode desembocar na necessidade real de proteger os valores tradicionais; ao nacionalismo cristão de evangélicos e ultracatólicos, animados pelo preceito bíblico da proteção da família e da nação (Agência Pública, 2022); e ao libertarianismo de ocasião daqueles que creem que a liberdade (inclusive de matar) é um direito fundamental do indivíduo.

A defesa das armas desembocou, em 2019, na criação de uma versão brasileira da NRA: o Pró-Armas, grupo criado pelo advogado Marcos Pollón, que se define como “pró-Deus, pró-vida e pró-armas”. Com o slogan “não é sobre armas, é sobre liberdade”, Pollón e mais 22 deputados abertamente ligados ao movimento foram eleitos em 2022.

Ele foi um dos destaques do maior evento conservador do Brasil, a versão nacional da *Conservative Political Action Conference* (CPAC-Brasil), idealizada por Eduardo Bolsonaro logo que seu pai chegou à presidência e transformada numa espécie de celebração das conexões norte-americanas da extrema direita brasileira.

Mobilizados pelo mote “um povo armado jamais será escravizado”, frase inspirada em Benito Mussolini e reavivada por Bolsonaro em meio à pandemia, olavistas, evangélicos e ultraliberais abraçam as armas em preparação para contestar o resultado das urnas. O bolsonarismo poderá até reproduzir a maior crise institucional da mais antiga democracia das Américas – a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021. O roteiro já está dado: alegações infundadas e sistemáticas de fraude eleitoral, desconfiança e tentativas de criminalização dos institutos de pesquisa e a consolidação de uma identidade autoritária e pretensamente majoritarista, de fundo nacionalista cristão, traduzida na ideia de “Datapovo” (em oposição ao instituto Datafolha) e pouco disposta a aceitar qualquer resultado das urnas que não seja seu próprio triunfo. À diferença dos EUA, contudo, o presidente brasileiro conta com o apoio de importante setores das Forças Armadas, das polícias e das baixas camadas do estamento burocrático, precocemente cooptadas e aparelhadas pelo bolsonarismo.

A estrutura do processo de americanização da política brasileira é apresentada, de forma sintética, na Tabela 1, na qual se apresentam os movimentos de emulação, articulação e internalização da gramática, do estilo e das pautas da extrema direita norte-americana:

Tabela 1: movimentos da americanização da política brasileira a partir das conexões transnacionais

	Templários digitais	Pastores patriotas	Libertários tropicais	Conservadores em armas
Emulação	Linguagem troll, estratégias de ocupação dos espaços digitais e guerra cultural de extrema direita Ecossistema da guerra informacional baseado em desinformação	Pautas da direita cristã americana: aborto, restrição a direitos LGBT+, guerra às drogas Nacionalismo cristão Sionismo cristão (relações privilegiadas com Israel)	Liberdades econômicas irrestritas Direito incondicional às liberdades de expressão e movimento (First Amendment Rights) Desregulamentação de políticas públicas de Educação (homeschooling), Meio Ambiente, entre outras	Direito inalienável às armas (Second Amendment Rights) Defesa armada de valores ideológicos
Articulação	Steve Bannon e outros ideólogos e comunicadores da alt-right Fox News (Tucker Carlson e Lou Dobbs)	Capitol Ministries Latino Coalition for Israel New Apostolic Reformation (NAR) e International Coalition for Apostolic Leaders	Cato Institute, Mises Institute, Atlas Network America's Frontline Doctors	National Rifle Association (NRA) Membros do Partido Republicano dos EUA
Internalização	“Gabinete do ódio” e Secretaria de Comunicação do governo (Secom) Blogs e sites bolsonaristas (Terça Livre, Conexão Política, Folha do Brasil, Jornal da Cidade Online) Jovem Pan e outros veículos adesiastas (Record, Correio do Povo)	Ativismo da Frente Parlamentar Evangélica Fortalecimento de organizações políticas evangélicas, como a Anajure Nomeação de evangélicos e católicos tradicionalistas para o primeiro escalão do governo	Lei da Liberdade Econômica e reformas liberalizantes “Gabinete paralelo” no enfrentamento da Covid-19 Rede de alt-science composta por grupos como Médicos Pela Vida, influenciadores e jornalistas Associação Nacional de Educação Domiciliar	Ativismo da “bancada da bala” Movimento Pró-Armas Conservative Political Action Committee (CPAC) Brasil
Principais representantes políticos	Filipe G. Martins Carlos Bolsonaro Ernesto Araújo Abraham Weintraub	Dameres Alves Marco Feliciano Nikolas Ferreira Michelle Bolsonaro	Paulo Guedes Salim Mattar Arthur Weintraub Eduardo Pazuello	Eduardo Bolsonaro Marcos Pollón Ricardo Salles Bia Kicis

Considerações finais

Este texto começou a ser escrito entre os dois turnos da eleição de 2022 e foi finalizado após a vitória de Lula da Silva. O resultado apertado da disputa (50,9% para Lula contra 49,1% para Bolsonaro, uma diferença de 2 milhões de votos) é reflexo tanto do uso ostensivo da máquina pública pelo presidente em busca da reeleição como da resiliência do bolsonarismo, movimento amplo, relativamente coeso e espalhado pelo Brasil. No momento do fechamento deste artigo, apoiadores do presidente Bolsonaro ainda ocupam algumas rodovias, que vinham forçosamente fechadas desde a noite da divulgação dos resultados das urnas, e muitos seguem acampados na frente de quartéis ao redor do país. O mote comum aos protestos pós-eleitorais é a descrença nas urnas eletrônicas (fomentada recorrentemente por Bolsonaro e seus aliados, inclusive militares) e a demanda por intervenção militar a partir de uma leitura deturpada do Artigo 142 da Constituição Federal. No entanto, o próprio Ministério da Defesa, que realizou um processo paralelo de verificação e auditoria das urnas, constatou que não há indício de irregularidades nas eleições brasileiras.

Mobilizados pelo silêncio do presidente – que ainda não reconheceu oficialmente a derrota, ainda que tenha autorizado que seus ministros iniciassem o processo de transição –, o bolsonarismo segue ativo em sua contestação à ordem democrática, nas ruas e nas redes. Isso sugere que o Brasil testemunhará uma transição conturbada de governo, ao menos no plano social, rompendo o padrão das últimas quatro décadas de democracia. Vimos processo semelhante nos Estados Unidos: a eleição do democrata Joe Biden, em novembro de 2020, não foi capaz de desmobilizar o trumpismo – tornando-o, por vezes, mais reativo e virulento. Isso talvez nos mostre que o bolsonarismo, graças à sua organização e capilaridade, à sua identidade monolítica e majoritarista e a seus laços transnacionais poderosos, cujo principais interlocutores são a extrema direita norte-americana, seja capaz de sobreviver à derrota de Jair Bolsonaro.

A resiliência do movimento bolsonarista será peça-chave para uma eventual desestabilização do sistema democrático. Se, nos anos Bolsonaro, esse movimento deu-se de dentro (do governo) para fora, agora veremos o processo reverso, de fora para dentro. De todo modo, já é possível afirmar que, hoje, aproximadamente metade do país opera sob uma lógica cívica completamente diferente daquela que constituiu a cultura política brasileira, tanto historicamente quanto desde os albores da Nova República, quatro décadas atrás. Se pudermos singularizar um grande legado de Jair Bolsonaro e de sua poderosa e destrutiva versão da extrema direita brasileira, é o da americanização de nossa política, a partir do que há de pior do populismo autoritário norte-americano – fundamentalista, reacionário e armado até os dentes para defender sua própria visão excludente de sociedade. Ao longo dos próximos anos, ou décadas, teremos um grande esforço para tornar o Brasil brasileiro de novo – resgatando parâmetros mínimos de democracia, pluralidade e tolerância.

É possível afirmar que, hoje, metade do país opera sob uma lógica cívica completamente diferente daquela que constituiu a cultura política brasileira historicamente.

Bibliografia

Agência Pública. “Pastores usam a Bíblia para defender posse de armas de fogo no Brasil”, 27 de abril de 2022. Disponível em <https://apublica.org/2022/04/pastores-usam-a-biblia-para-defender-posse-de-armas-de-fogo-no-brasil/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Agência Senado. “Confundida com liberdade de expressão, apologia ao nazismo cresce no Brasil desde 2019”. 13 de agosto de 2021. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/08/confundida-com-liberdade-de-expressao-apologia-ao-nazismo-cresce-no-brasil-a-partir-de-2019>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Alessi, Gil. “MP prevê que general ‘monitore’ ONGs e exclui menção a LGBTs em pasta de Direitos Humanos”. *El País Brasil*, 3 de janeiro de 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/02/politica/1546454574_434358.html. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Almeida, Ronaldo de. “A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo”. *Cadernos Pagu*, vol. 50, 2017.

Baggio, Kátia. “O poder da Atlas Network: conexões ultraliberais nas Américas”. *Voyager*, 27 de abril de 2019. Disponível em <https://avoyager.net/politica/atlas-network-conexoes-ultraliberais-nas-americas/>.

BBC Brasil. “Olavo de Carvalho, o ‘parteiro’ da nova direita que diz ter dado à luz flores e lacraias”. 15 de dezembro de 2016. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38282897>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Beltrão, Helio. “Liberem a hidroxicloroquina”. *Folha de S. Paulo*, 25 de março de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helio-beltrao/2020/03/liberem-a-hidroxicloroquina.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Boito Jr, Armando. “Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo?”. *Crítica Marxista*, no. 50, 2020.

Boxill, Bernard. “Majoritarian Democracy and Cultural Minorities”. In: Arthur Melzer et al (orgs.). *Multiculturalism and American Democracy*. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.

Caldeira Neto, Odilon. “Neofascismo, ‘nova república’ e a ascensão das direitas no Brasil. Conhecer, vol. 10, no. 24, 2020.

Carvalho, Bruno. “Não foi você: uma interpretação do bolsonarismo”. Piauí, no. 142, 2018. Carvalho, Olavo de. O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Casarões, Guilherme. “Religião e poder: a ascensão de um projeto de ‘nação evangélica’ no Brasil?”. Interesse Nacional, abril-junho, 2020.

Casarões, Guilherme. “Bolsonarismo e a americanização do Brasil”. Folha de S. Paulo, 25 de outubro de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2022/10/bolsonarismo-e-a-americanizacao-do-brasil.shtml>. Acesso em 26 de outubro de 2022.

Casarões, Guilherme; Magalhães, David. “The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug”. Revista de Administração Pública, vol. 55, no. 1, 2021.

Cowan, Benjamin A. “‘Nosso Terreno’: crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira”. Varia Historia, v.30, n.52, 2014.

Dawson, Jessica. “Shall not be infringed: how the NRA used religious language to transform the meaning of the Second Amendment”. Palgrave Communications volume 5, no. 58, 2019.

Dip, Andrea; Viana, Natália. “Os pastores de Trump chegam a Brasília”. El País, 12 de agosto de 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/12/politica/1565621932_778084.html. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Encarnación, Omar G. “American Caudillo: Trump and the Latin-Americanization of US Politics”. Foreign Affairs, 12 de maio de 2016.

Encarnación, Omar G. “The Trumpification of the Latin American Right”. Foreign Affairs, 16 de abril de 2018.

Estado de Minas. “Tradição e monarquia no apoio a Bolsonaro”. 9 de junho de 2019. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/06/09/inter_na_politica,1060452/tradicao-e-monarquia-no-apoio-a-bolsonaro.shtml. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Farinelli, Victor. “NRA, a Associação Nacional de Rifles, o aliado preferencial do bolsonarismo”. *Jornal GGN*, 2022. Disponível em <https://jornalggm.com.br/xadrez-ultradireita/nra-a-associacao-nacional-de-rifles-o-aliado-preferencial-do-bolsonarismo/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Freston, Paul. “Bolsonaro, o populismo, os evangélicos e a América Latina”. In: Guadalupe, José Luis Péres e Carranza, Brenda. *Novo Ativismo Político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

Gielow, Igor. “Bolsonaro faz apelo golpista e coloca Forças Armadas em saia justa”. *Folha de S. Paulo*, 19 de abril de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-faz-apelo-golpista-e-coloca-forcas-armadas-em-saia-justa.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Goldberg, Michelle. *Kingdom Coming: the rise of Christian nationalism*. New York: W.W.Norton, 2006.

Green, Emily e Varjacques, Leah. “Brazil’s *far-right* embraced the NRA and gun sales are soaring”. *Vice*, 25 de setembro de 2022. Disponível em <https://www.vice.com/en/article/z34qbw/brazils-far-right-embraced-the-nra-and-gun-sales-are-soaring>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Hunter, James Davison. *Culture Wars: the struggle to define America*. New York: Basic Books, 1991.

Haynes, Jeffrey. “Donald Trump, the Christian Right and COVID-19: The Politics of Religious Freedom”. *Laws*, no. 10, vol. 6, 2021.

Hawley, George. *Making Sense of the Alt-Right*. New York: Columbia University Press, 2017.

Juergensmeyer, Mark. *The New Cold War? Religious nationalism confronts the secular state*. Berkeley: University of California Press, 1993.

Kalil, Isabela et al. “Politics of fear in Brazil: *Far-right* conspiracy theories on COVID-19”, *Global Discourse*, online, 2021.

Krause, Thiago e Pachá, Paulo. “Nostalgia do Império é fantasia reacionária do bolsonarismo, dizem historiadores”. Folha de S. Paulo, 18 de julho de 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/07/nostalgia-do-imperio-e-fantasia-reacionaria-do-bolsonarismo-dizem-historiadores.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Lago, Rudolfo. “Documento do STF explica como funciona o ‘gabinete do ódio’”. Congresso em Foco, 29 de agosto de 2022. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/documento-do-stf-explica-como-funciona-o-gabinete-do-odio/>. Acesso em 27 de outubro de 2022.

Lopes, Raquel. “Número de armas nas mãos de caçadores e atiradores chega a 1 milhão no Brasil”. Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/08/numero-de-armas-nas-maos-de-cacadores-e-atiradores-chega-a-1-milhao-no-brasil.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Machado, Maria; Mariz, Cecília; Carranza, Brenda. “Articulações político-religiosas entre Brasil-EUA: direita e sionismo cristãos”. *Ciencias Sociales y Religión*, vol. 23, 2021.

Main, Thomas. *The Rise of the Alt-Right*. Washington, D.C.: Brookings, 2018.

Mirrlees, Tanner. “The *Alt-Right*’s Discourse of ‘Cultural Marxism’: a political instrument of intersectional hate”. *Atlantis Journal*, vol. 39, no. 1, 2018.

Mudde, Cas. *The Far-Right Today*. New York: Wiley, 2019.

Nunes, Rodrigo. “Pequenos fascismos, grandes negócios”. *Piauí*, no. 181, 2021. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/pequenos-fascismos-grandes-negocios/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Oro, Ari Pedro. “Religião e política no Brasil”. *Cahiers des Amériques latines*, vol. 48-49, 2005.

Pacheco, Ronilso. “Reeleição de Bolsonaro impulsionaria radicalização de extremistas cristãos”. Folha de S. Paulo, 8 de outubro de 2022. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/10/reeleicao-de-bolsonaro-impulsionaria-radicalizacao-de-extremistas-cristaos.shtml>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

Pagliarini, Andre. “Steve Bannon wants to turn Brazil into the next MAGA battleground”. *The New Republic*, 17 de agosto de 2021.

Pearson, Jake. “Republican billionaire’s group pushes unproven Covid-19 treatment Trump promoted”. ProPublica, 26 de março de 2020. Disponível em <https://www.propublica.org/article/republican-billionaire-group-pushes-unproven-covid-19-treatment-trump-promoted>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Posner, Sarah. *Unholy: Why White Evangelicals Worship at the Altar of Donald Trump*. New York: Random House, 2020.

Prado, Michele. *Tempestade Ideológica: a alt-right e o populismo iliberal no Brasil*. São Paulo: Lux, 2021.

Ramet, Sabrina P. “‘Fighting for the Christian Nation’: The Christian Right and American Politics”. *Journal of Human Rights*, vol. 4, 2005, pp. 431-442.

Rede Brasil Atual. “Indústria de armas financiou 21 parlamentares eleitos em outubro”, 27 de novembro de 2014. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/industria-de-armas-financiou-21-parlamentares-1379/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Rocha, Camila. *Menos Marx, Mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2021.

Rodríguez, Dardo Justino. “Um lobby político-religioso de penetração e conquista na América Latina”. *Folha de S. Paulo*, 22 de janeiro de 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/01/um-lobby-politico-religioso-de-penetracao-e-conquista-na-america-latina.shtml>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Schwartz, Mattathias. “How the Trump Cabinet’s Bible Teacher Became a Shadow Diplomat”. *The New York Times Magazine*, 29 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.nytimes.com/2019/10/29/magazine/ralph-drollinger-white-house-evangelical.html>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Seeing Red. “Did the NRA and a Boston Investment Firm bankroll the Bolsonaro campaign?”, 14 de janeiro de 2022. Disponível em <https://www.propublica.org/article/republican-billionaire-group-pushes-unproven-covid-19-treatment-trump-promoted>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Smith, Amy Erica. *Religion and Brazilian Democracy: mobilizing the people of God*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Stewart, Katherine. *The Power Worshipers. Inside the Dangerous Rise of Religious Nationalism*. London: Bloomsbury, 2020.

Teitelbaum, Benjamin. *Guerra Pela Eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Unicamp, 2020.

Tharoor, Ishan. “Trump is the first US Latin American president”. *The Washington Post*, 26 de janeiro de 2017. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2017/01/26/trump-is-the-u-s-s-first-latin-american-president/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

Toplin, Robert Brent. *Radical Conservatism: the right’s political religion*. Lawrence: University Press of Kansas, 2006.

UOL Notícias. “‘Gabinete paralelo’ recorreu a guru nos EUA para ter referencial antivacina”, 12 de junho de 2021. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/12/gabinete-paralelo-elegeu-guru-nos-eua-e-buscou-informacoes-contravacinas.htm>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

Ventura, Deisy; Aith, Fernando; Reis, Rossana. “The catastrophic Brazilian response to covid-19 may amount to a crime against humanity”. *The BMJ Opinion*, 5 de abril de 2021a.

Ventura, Deisy; Aith, Fernando; Reis, Rossana. “Crimes against humanity in Brazil’s covid-19 response—a lesson to us all”. *BMJ* 375:n2625, 2021b.

Whitehead, Andrew; Perry, Samuel. *Taking America Back for God: Christian nationalism in the United States*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

Angola e Moçambique: avanços e recuos da democracia

Mathias Alencastro

Mathias Alencastro, cientista político com doutorado pela Universidade de Oxford, é pesquisador do Cebrap. Entre suas áreas de estudo estão o papel dos recursos naturais na formação dos Estados africanos e na política externa brasileira para a África. É colunista da Folha.

Introdução

Os rumos da democracia na África é um dos temas mais estimulantes e complexos de pesquisa na atualidade. A ideia de que a democratização caminhava junto com a liberalização do Estado há muito se tornou obsoleta. Muitas nações parecem ter ficado no meio do caminho, num limbo entre o processo de democratização iniciado nos anos 1990 e o regresso a práticas despóticas dos seus governantes nos anos 2000. Ninguém consegue dizer com certeza se a democracia está recuando ou avançando no continente.

O clima de incerteza contribuiu para o desenvolvimento de uma literatura eclética e divergente: alguns autores decretaram o fim do processo de democratização e o regresso do autoritarismo em alguns países, enquanto outros celebram a emergência de uma democracia genuinamente africana. Para um dos grandes estudiosos do tema, Ni-

cholas Cheeseman, o debate sobre avanços e recuos da democracia na África deve partir de uma premissa: apesar das dificuldades, o progresso das últimas décadas é notável, se levarmos em consideração a ausência de pré-condições para a consolidação democrática em boa parte dos Estados africanos¹.

Importa, pois, situar a democracia da África em sua trajetória histórica e sublinhar como as experiências de descolonização e de adesão ao marxismo-leninismo por parte dos movimentos de libertação nos anos 1960 e 1970, assim como os ajustes estruturais realizados com maior ou menor sucesso nas décadas de 1980 e 1990, condicionaram de forma decisiva a natureza do Estado africano contemporâneo e de seu processo democrático.

As transições de Angola e Moçambique, que examinaremos em detalhe em seguida, são particularmente ilustrativas desse fenômeno. Entre outros fatores que coibiram a democratização constam a fragilidade da identidade nacional, a ausência de instituições sólidas e a lenta formação de uma sociedade civil autônoma. O estudo desses elementos é especialmente importante porque eles indicam que, a despeito das suas singularidades, os problemas da democracia na África são semelhantes aos de outras regiões do Sul Global e de outras partes do planeta².

No célebre cálculo de Adam Przeworski, a introdução da democracia em países com PIB per capita abaixo de US\$ 6.000 dólares estaria fadada ao fracasso. Mas, na África, não são poucas as nações que, com números bastante inferiores, conseguiram passar por avanços significativos, como Namíbia, Senegal, África do Sul, Cabo Verde e Benin. Estes casos bem-sucedidos nos ensinam que existem diferentes caminhos para a democratização.

1. (Cheeseman, 2015).

2. Sobre a estrutura dos Estados africanos e a resiliência histórica de Estados considerados “falidos”, merece destaque o livro *“Africa: Unity, Sovereignty, and Sorrow”*, de Pierre Englebert. Já em uma perspectiva ampliada, sobre as relações internacionais dos países de terceiro mundo, a condição de *quase-estados* e a perspectiva de uma soberania negativa, ver *“Quasi-States: Sovereignty, International Relations and the Third World”*, de Robert H. Jackson.

Muitos trabalhos tentaram identificar as chaves de sucesso das democracias africanas. A atuação das diásporas, que desempenham um papel fundamental na organização dos Estados africanos, mostra como a democratização é um movimento transnacional que vai muito além do território continental. Estudos sobre as campanhas eleitorais no Quênia e em Gana revelam como as elites políticas aprenderam a fazer a sua própria democracia, escolhendo as melhores estratégias de mobilização e organização da militância e até de prévias partidárias, como no caso do Malawi. Mecanismos de prevenção de violência eleitoral também são considerados essenciais para a prevenção de conflitos³.

Reconhecer o avanço da democratização também nos obriga a admitir que a instauração de regimes multipartidários e a realização de eleições ajudaram a agravar alguns dos problemas inerentes ao Estado africano moderno, como as tensões étnicas e as dificuldades de governança. Em artigo clássico, Christine Messiant demonstrou que as eleições de Angola em 1992 aceleraram a polarização étnica e ocasionou um regresso da guerra civil⁴. O caso mais recente do Quênia, onde a violência explodiu depois das eleições de 2007, oferece mais uma clara ilustração desse fenômeno.

A ideia de que os sistemas políticos dos países lusófonos estavam unidos pela herança do imperialismo português não resiste à observação dos acontecimentos desde 1975, quando se tornaram independentes.

É dentro desse panorama que devem ser analisadas as situações de Angola, Moçambique e outros países africanos de língua portuguesa. O debate sobre a natureza da relação entre os Estados surgidos do colonialismo português evoluiu muito ao longo do tempo. A

3. (Davis, 2022).

4. (Messiant, 1994).

chegada ao poder de movimentos de libertação alinhados à União Soviética, o surgimento – ou a continuação – de conflitos civis e a retomada das negociações de paz nos anos 1990, com resultados diversos, são eixos estruturantes comuns a todos esses países.

No entanto, a ideia de que os sistemas políticos dos países lusófonos estavam unidos pela herança do imperialismo português não resiste à observação dos acontecimentos desde 1975: a Guiné-Bissau seguiu um caminho próprio de colapso do Estado e criminalização da sua economia, ancorada ao tráfico de drogas internacional, enquanto Cabo Verde e São Tomé e Príncipe passaram por experiências bem-sucedidas (sobretudo no primeiro caso) de abertura econômica e liberalização política, com eleições livres e alternância de poder nas últimas décadas⁵.

Angola, do seu lado, foi organizada politicamente em torno do petróleo e da toda poderosa estatal Sonangol, com as consequências que o acesso súbito a grandes recursos costumam trazer. Em Moçambique, na ausência de um elemento estruturante como o petróleo logo nos primeiros anos da transição colonial, o Estado acabou se tornando mais dependente dos agentes internacionais e menos operante na administração do território nacional. São diferenças essenciais para entender como se organizaram as elites políticas e econômicas que assumiram o poder após a descolonização em meados dos anos 1970. Por limitações de espaço e de tempo, neste texto nos ateremos aos processos de democratização em Angola e Moçambique, que ilustram bem os avanços e recuos da democratização no continente.

5. As diferentes trajetórias de desenvolvimento do setor privado em economias africanas são detalhadas por M. Anne Pitcher, em *“Party Politics and Economic Reform in Africa’s Democracies”*. Sobre a experiência histórica de São Tomé e Príncipe, ver *“Comrades, Clients and Cousins: Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe”*, de Gerhard Seibert. Em relação à democracia em Cabo Verde e seus resultados políticos, Sanches, Costa e Serra-Silva, *“A qualidade da democracia em Cabo Verde - resultados das avaliações dos especialistas”*.

Moçambique: FRELIMO se entrincheira no poder

Nada permitia antecipar a longevidade da presidência de Filipe Nyusi, que caminha para terminar o seu segundo mandato na condição de líder incontestável da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), e em condições políticas de propor uma revisão constitucional⁶ para disputar um terceiro período como presidente da República, em 2024⁷.

Escolhido como candidato de seu partido em 2014, em meio a um impasse interno, Nyusi era visto como um político discreto que, como presidente, estaria destinado a viver à sombra das principais lideranças da Frente que governa o país desde a independência, em 1975. No entanto, ele foi reeleito em 2019 com 73% dos votos e ajudou a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) a conquistar 184 dos 250 assentos na Assembleia da República de Moçambique, contra 60 para a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), e apenas 6 para o MDM (Movimento Democrático de Moçambique)⁸, formado em 2009 com a promessa de romper a polarização histórica entre a FRELIMO e a RENAMO, principal força de oposição em mais de quatro décadas, mas que nunca chegou ao poder. No plano regional, onde a RENAMO esperava estabelecer uma base de contestação ao poder central, a FRELIMO obteve a maioria nas dez assembleias provinciais, estabelecendo uma hegemonia sem paralelos na breve história da democracia moçambicana⁹.

O triunfo de Nyusi surpreende porque os seus governos não são exatamente conhecidos por serem exitosos. Pelo contrário, ele teve de atravessar o maior escândalo político da história de Moçambique, causado

6. Importante ressaltar que existiram importantes controvérsias sobre a possibilidade dessa revisão constitucional, como explica Chicava, S. (2021).

7. Caldeira, A. (2022).

8. Sobre a eleição de 2019 em Moçambique e os efeitos da polarização política sobre o crescente autoritarismo no país, ver Pitcher (2020).

9. Em relação a Filipe Nyusi, houve grande polêmica sobre sua declaração de que encontrara o governo “com os cofres vazios”. De acordo com diversos estudos, a alegação não encontra qualquer respaldo nos dados sobre a situação financeira do país (Francisco & Semedo, 2016).

por um empréstimo de quase US\$ 2 bilhões de dólares que foi desviado por oficiais do Estado, e ficou conhecido como o “processo das dívidas ocultas”. Surgido durante o governo Armando Guebuza (2005-2015), do qual Nyusi fez parte como ministro da Defesa, o caso desencadeou uma greve do G14, o grupo que reúne os países doadores, responsável por uma parte significativa do orçamento nacional, e levou a uma disparada do endividamento que ultrapassou 100% do PIB.

Os impactos econômicos foram sentidos por toda a população, com o aumento da inflação e do desemprego, somados à queda no crescimento do PIB. Estudos estimam que o custo econômico total do caso – somando os custos diretos com as perdas decorrentes da desaceleração econômica – atingiu mais de US\$ 11 bilhões. Do ponto de vista social, o processo das dívidas ocultas teria sido a principal causa para uma retração de US\$ 10 e US\$ 7 dólares per capita de investimento em educação e saúde, respectivamente. Ao final, o governo Nyusi provocou o sentimento de que pouco mudou na vida da população menos favorecida, que continua sem acesso à eletricidade, água e luz, reforçando a impressão de que os megaprojetos de desenvolvimento da era Guebuza não beneficiaram mais de 15 milhões de moçambicanos que vivem abaixo da linha de pobreza¹⁰. Moçambique também se tornou um dos países mais afetados pela crise climática, com dois ciclones que arrasaram comunidades inteiras e expuseram a fragilidade do Estado no socorro às vítimas.

A situação militar de Moçambique também conheceu importantes altos e baixos sob o seu governo. Ao enfrentamento com a RENAMO – que retomou a luta armada, embora com menor intensidade do que anteriormente, em 2015 – somou-se a insurreição que despontou em Cabo Delgado e se estendeu a toda a região norte do país, resultando em milhares de mortes.¹¹ Como veremos em seguida, a evolução da

10. (Cortez et al., 2019).

11. Sobre o conflito em Cabo Delgado ver ‘*Stemming the Insurrection in Mozambique’s Cabo Delgado*’. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/303-stemming-insurrection-mozambiques-cabo-delgado> (Acesso em 13 de novembro de 2022).

situação militar está diretamente ligada à descoberta de imensas reservas de gás natural descobertas no norte de Cabo Delgado. Não é exagero afirmar que a exploração desse recurso natural vai definir o futuro de Moçambique nas próximas décadas.

A democracia moçambicana saiu combalida das crises do governo Nyusi – e são frequentes as acusações de fraudes, desvios e instrumentalização do Estado durante as eleições. O cansaço da população com a FRELIMO, que ocupa a Presidência de Moçambique desde que o país conquistou a independência de Portugal há 47 anos, também é visível no número crescente de greves e movimentos sociais. Todavia, mesmo com todos os problemas enfrentados pelo atual presidente, os partidos de oposição têm sido incapazes de oferecer um projeto consistente de alternância de poder.

Após regressar ao enfrentamento armado, a RENAMO sofreu a perda de Afonso Dhlakama, sua liderança histórica durante 39 anos e cinco vezes candidato a presidente, e o surgimento de uma dissidência, que se recusa a ceder aos avanços nas negociações de paz com a FRELIMO.¹² Esse intenso processo de radicalização desafia estudiosos da região a compreender as razões que levaram o partido a optar pelo conflito armado em pleno século 21. Justin Pearce argumenta que a mobilização de um discurso orientado tanto às questões políticas contemporâneas, como por uma leitura histórica sobre o papel do grupo na luta anticolonialista, possibilitou à RENAMO reivindicar o papel de defensora dos interesses das regiões central e norte de Moçambique.¹³

Todavia, o caminho de radicalização intensificou as divisões políticas internas e, desprovida de uma liderança natural, a RENAMO permitiu que a FRELIMO se tornasse praticamente hegemônica nacionalmente. Um processo fortalecido pelo colapso do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), terceira força política do país,

12. (Cahen, 2021).

13. (Pearce, 2020).

que também perdeu a sua principal liderança, Daviz Simango, durante a pandemia, e viu sua estrutura partidária e base militante definhar.¹⁴ Quando todos esperavam que a FRELIMO enfrentasse dificuldades durante a presidência de Felipe Nyusi, a tensão generalizada causada pelos conflitos internos, pela pandemia e pelos fenômenos climáticos levaram ao fortalecimento do partido, do seu controle sobre o Estado, e do enfraquecimento da democracia moçambicana.

Segundo alguns analistas, esse cenário não é mero resultado das crises sistêmicas que o país atravessou nos últimos quatro anos, mas de uma estagnação e até de um possível recuo do processo de democratização, que tem as suas origens na transição do colonialismo para a liberdade a partir de 1975 e na Guerra Civil Moçambicana (1976-1992).

O cenário atual da democracia moçambicana começa a ser montado a partir de 1992, quando são assinados os Acordos Gerais de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO, que se enfrentaram durante a guerra civil. Ao contrário do conflito em Angola, que, como veremos, terminou com a vitória unilateral do MPLA contra a UNITA, a Guerra dos Dezesseis Anos, como também é conhecido o conflito em Moçambique, não teve um vencedor claro e não foi concluída com a instalação de uma Comissão da Verdade e Reconciliação e de uma Justiça de Transição, nos moldes das que foram criadas em e outros países africanos.¹⁵

Moçambique, que ao final da guerra civil era um dos países mais pobres do mundo, rapidamente embarcou em um ambicioso programa de reformas econômicas. Os doadores internacionais, que projetavam no país seus ideais de transformação social por meio da intervenção externa, deixaram de lado as marcas do conflito e apresentaram o país ao mundo como um modelo de democratização e reconciliação.

Sob o comando de Joaquim Chissano, presidente de 1986 a 2005, a

14. D.W. (2021) *Morreu Daviz Simango, Edil da Beira e Líder do MDM: DW: 22.02.2021, DW.COM*. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/morreu-daviz-simango-edil-da-beira-e-l%C3%ADder-do-mdm/a-56649192>> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

15. (Harrison, 1999).

FRELIMO cultivou a imagem de uma agremiação política comprometida com a democracia. No entanto, ele não hesitou em impor os seus próprios termos na relação com a RENAMO.¹⁶ Na cultura política local, o partido começou a ser descrito como uma coalizão de veteranos da guerra, mais interessados no acerto de contas militar do que em um pacto pelo desenvolvimento nacional. Em resposta, as lideranças da RENAMO aprofundaram a separação geográfica entre o extremo-sul de Moçambique, bastião político de FRELIMO e polo industrial desde a era colonial, e o resto do território nacional, descrito como abandonado pelo Estado e desprezado pelas elites políticas.

Durante aqueles anos, a consolidação dos avanços na liberdade de imprensa, nos direitos individuais e até na paridade de gênero foram acompanhados por retrocessos na concentração de riqueza, agora com fortes características partidárias, e na isonomia do processo eleitoral. Como foi descrito por Anne Pitcher no seu livro indispensável sobre as privatizações, a transição do socialismo para o capitalismo iniciado pela mudança constitucional de 1990 também provocou a transferência em massa de ativos do Estado para agentes privados ligados à FRELIMO. Durante o período entre os Acordos de Paz de 1992, as primeiras eleições multipartidárias de 1994 e a reeleição do presidente Chissano em 1999, Moçambique assistiu à emergência de um grupo de empresários e políticos com posições de liderança dentro do partido no poder.¹⁷

O controle do Estado pelas elites da FRELIMO que governam Moçambique desde 1975 criou uma relação de grande assimetria em relação à oposição RENAMO.

O controle do Estado, junto com a concentração de poder econômico nas elites do partido, criou uma relação de grande assimetria entre a

16. (Weinstein, 2002); (Morier-Genoud, 2009).

17. (Pitcher, 2008).

FRELIMO e a RENAMO, que se refletiu na forma como a democracia foi organizada e praticada durante os anos seguintes. O acesso ao Estado continua oferecendo uma enorme vantagem competitiva ao partido incumbente, como foi descrito por Aslak Orre, entre outros. A adoção do sistema proporcional na prática deveria favorecer uma maior e melhor representatividade da oposição no parlamento. No entanto, apenas reforçou a rivalidade entre a RENAMO e a FRELIMO, sendo a primeira minoritária dentro de um parlamento fraco institucionalmente; e a segunda isolada no comando do Executivo desde 1975, onde todo o poder se concentra. De maneira geral, mecanismos desenvolvidos para aumentar a competitividade do regime apenas reforçaram a hegemonia política da FRELIMO entre 1992 e 2013.¹⁸

O governo de Armando Guebuza, terceiro presidente do país, é considerado o grande acelerador da deriva autoritária da primeira década do século 21. Eleito em 2005 como sucessor de Chissano, Guebuza era um antigo membro do aparelho de segurança da FRELIMO, com vasta experiência nesta área antes de se envolver nos grandes negócios proporcionados pela era das privatizações. A galáxia Guebuza, uma vasta rede de aliados políticos que se apropriou gradualmente das principais fontes de riqueza do país, levou o projeto além, embarcando Moçambique na era dos “megaprojetos”. Em pleno clímax do ciclo de alta das commodities, o governo Guebuza abriu o país a superinvestimentos nas áreas de recursos naturais e infraestrutura que possibilitaram novos caminhos para a acumulação da riqueza por parte da elite ligada à FRELIMO, embora tenham trazido poucos ganhos de qualidade de vida à população.¹⁹

Mais importante ainda, houve uma escalada da violência patrocinada tanto pelo Estado como pela oposição. Entre 2013 e 2020, ocorreram cerca de 364 confrontos envolvendo a RENAMO e forças

18. (Orre, 2017).

19. Para mais detalhes sobre democracia moçambicana e, em especial, a respeito da relação entre corrupção e as eleições no país, ver Mosse (2004).

estatais. Esses ataques aumentaram durante as eleições de 2014 e atingiram o pico em 2016, quando Afonso Dhlakama, líder da RENAMO, pressionava a FRELIMO a conceder maior autonomia regional.

Esse ciclo perverso, durante o qual os crescentes ganhos materiais da longa permanência no poder também incentivaram a elite da FRELIMO a manipular as instituições para alienar a RENAMO do governo, ganhou novo momento a partir de 2010, quando, em pleno segundo mandato de Armando Guebuza, a descoberta de 150 trilhões de metros cúbicos de depósitos de gás natural elevou Moçambique à posição de terceiro maior detentor dessas reservas em solo africano – abaixo apenas da Nigéria e da Argélia – e décimo segundo no mundo. A perspectiva de comandar o Estado moçambicano nos próximos anos, quando o desenvolvimento do setor de energia deve atrair até 120 bilhões de dólares de novos investimentos, movimenta as disputas internas do governo Nyusi e altera o cálculo dos parceiros internacionais em relação ao país.²⁰

As suspeitas levantadas pela gestão errática das reservas de gás e pelo precedente desastroso dos megaprojetos de infraestrutura e desenvolvimento foram atenuadas pelo imperativo geopolítico. Diante da crise energética resultante da guerra da Ucrânia, a União Europeia foi obrigada a adotar uma postura mais pragmática em relação a Moçambique. Apesar dos desvios democráticos e da dificuldade em superar o escândalo das dívidas ocultas, o governo Nyusi voltou a ser tratado como um aliado privilegiado pelas instituições de Bretton-Woods.

Durante o período mais recente, as dificuldades militares enfrentadas pelo governo Nyusi deixaram de ser resolvidas internamente. O conflito de Cabo Delgado foi solucionado pela intervenção de forças do Ruanda, que busca expandir a sua presença regional diante do enfraquecimento político da África do Sul no continente. Essa solução provisória de apelar para uma intervenção externa tende a se tornar

20. (Ruszel, 2022); (Neethling, 2022).

definitiva diante das dificuldades do Estado moçambicano em assumir a responsabilidade de controlar militarmente toda a região norte.

Um cenário semelhante ao da Nigéria ou de Angola – onde toda uma parte do território se transforma em província extrativista, organizada em torno da aliança implícita entre forças de segurança e multinacionais – parece irreversível em Cabo Delgado. Gera preocupação, também, a inexistência de um fundo soberano de gestão dos recursos oriundos da exploração das reservas de gás, reduzindo ainda mais a transparência dessas operações extrativistas.²¹

Com os retornos lucrativos da produção de gás natural no horizonte, é improvável que o partido no poder ceda a pressões por maior abertura democrática, tanto por parte da sociedade civil como dos apoiadores internacionais. Pressionados pelo aumento da instabilidade geopolítica na Europa e na Ásia, os parceiros ocidentais tendem a deixar de lado considerações sobre direitos humanos e democracia que podem interferir na aproximação econômica com o governo moçambicano.

Por outro lado, a oposição perde a sua força política com o enfraquecimento da RENAMO, dividida e sem líder, e do MDM. Sem adversários políticos e com a perspectiva de administrar uma fonte de riqueza inédita na história do país, a FRELIMO dificilmente resistirá à tendência de centralizar cada vez mais o poder e reforçar sua hegemonia política. Nesse cenário de desequilíbrio das forças em jogo, as próximas eleições, previstas para ocorrer em 2024, dificilmente representarão uma oportunidade para a alternância política, como no caso de Angola.

Angola: a hegemonia do MPLA em xeque

Em Angola, as últimas eleições, realizadas em agosto de 2022, ofereceram um quadro muito diferente. Se em Moçambique, elas concretizaram a dominação da FRELIMO, em Angola o recente pleito

21. (Ramos, 2022).

marcou o fim da hegemonia incontestável do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A vitória apertada do partido do presidente João Lourenço, que buscava um segundo mandato à frente do governo angolano, acompanhada pelo crescimento da bancada de oposição na Assembleia Nacional e pela constituição de uma frente da oposição em condições de apresentar um projeto de alternância de poder nos próximos anos, mudou a dinâmica da democracia angolana.

O MPLA, que governa o país desde a independência de Portugal em 1975, inicia, pela primeira vez na história, um mandato com chances plausíveis de ser destituído pelas urnas nas próximas eleições gerais, previstas para ocorrer em 2027. O partido incumbente terá de enfrentar um primeiro teste já nos próximos dois anos, com a decisão sobre a organização de eleições municipais, que devem garantir um novo espaço político à oposição. Lourenço vem reiterando seu compromisso com a realização dos pleitos locais, mas é frequentemente questionado pela oposição por limitar a participação de atores externos ao governo na Comissão para Implementação das Autarquias. Alguns setores, inclusive, enxergam a criação da Comissão como uma manobra política do governo para postergar a aprovação da lei que regulamentará essas eleições.²²

Embora exista o risco de Angola enfrentar uma regressão democrática, a evolução do processo de democratização nos últimos anos é digna de nota.

Embora nada esteja garantido – Angola ainda corre o risco de enfrentar uma regressão democrática nos próximos anos –, a evolução do processo de democratização nos últimos anos é digna de nota.²³ E, tal como no caso de Moçambique, tudo começa na transição do período colonial e da Guerra Civil Angolana, que durou de 1975 a 2002, com algumas interrupções.

22. (Adalberto, 2022); (Orre, 2012).

23. (VOA, 2022).

Em abril de 2002, o MPLA conquista a vitória incondicional sobre a União pela Independência Total de Angola (UNITA), depois de um dos conflitos mais violentos da história mundial pós-Segunda Guerra. Os Acordos de Paz reforçam o controle do MPLA sobre o Estado angolano e o colocam em posição privilegiada para se beneficiar do ciclo virtuoso da renda das exportações do petróleo, que Angola vinha produzindo desde a era colonial. Entre 2002 e 2012, com uma breve interrupção durante a crise financeira de 2008, a economia angolana cresce exponencialmente e o Estado, controlado pelo MPLA, coloca em marcha um plano de reconstrução nacional que tinha como objetivo paralelo o acúmulo de riquezas por parte da sua elite e, em particular, do entorno de José Eduardo dos Santos, que presidiu o país de 1979 a 2017.

Esse processo, amplamente documentado tanto por pesquisadores acadêmicos como por jornalistas, pode ser resumido em três eixos principais. O primeiro passa pela relação consubstancial entre o partido e o Estado, que se tornaram praticamente indissociáveis.²⁴ O segundo é a enorme centralização de poder econômico dentro da estatal Sonangol, responsável por operar os poços de petróleo e por financiar e administrar outros ativos-chaves da economia.²⁵ Por fim, o avanço material do Estado, por meio de um vasto programa de investimentos em infraestrutura, que mudou a própria relação da sociedade com o poder político.²⁶

No auge da guerra civil, em meados dos anos 1990, o Estado angolano, controlado pelo MPLA, dificilmente projetava poder além dos limites da capital, Luanda. No final da primeira década de 2000, o Movimento havia estabelecido um controle incontestável em todas as regiões do país. Esse projeto de desenvolvimento acelerado, que transformou Angola numa potência regional e em referência de crescimento econômico na África, praticamente extinguiu qualquer ambição de democratização.

24. (Pearce, 2012).

25. (de Oliveira, 2007).

26. (de Oliveira, 2015).

Sob o governo de José Eduardo dos Santos (1979-2017), Angola emergiu como um modelo de autocracia na África, onde o presidente da República comandava o partido, e o partido exercia o controle absoluto do Estado. Eleições eram custosas e festivas, mas o sistema eleitoral, assim como a assimetria entre o partido de governo e a oposição, não deixava espaço para a competição política. Cooptada e sufocada, a sociedade civil era incapaz de compensar a fraqueza dos partidos de oposição. Potencializado pela renda petrolífera, o MPLA havia transformado Angola praticamente num Estado absolutista.

Esse projeto foi transformado em lei na atual Constituição, aprovada em 2010, que reforçou os poderes presidenciais e aboliu a fórmula tradicional em que a eleição direta para presidente é realizada de maneira separada da eleição para os cargos legislativos. No caso da Assembleia Nacional, os partidos oferecem uma lista fechada com os nomes que concorrem, indicando um candidato presidencial no topo dessa lista. Os eleitores votam, assim, nas listas partidárias e os dois candidatos no topo da lista do partido mais votado são eleitos Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente.²⁷

A situação começou a sofrer abalos a partir da virada da década passada e do término do superciclo de alta das commodities. A súbita dificuldade do Estado em assegurar os seus compromissos financeiros com a elite econômica gerou uma onda, discreta, mas real, de insatisfação dentro do MPLA, outrora extremamente disciplinado e dominado por Dos Santos. Estimulada pelos protestos sociais globais ligados à Primavera Árabe (2010-2012) e ao advento das redes sociais, uma geração que não conheceu a guerra – e que por isso não se sentia devedora em relação a Dos Santos –, passou a organizar um movimento de oposição ao presidente e a favor da democratização do regime.

Embora ele tenha sido severamente reprimido e circunscrito às capitais, o movimento que levou ao “Processo dos 16” deixou marcas

27. (Amundsen, 2021).

na imagem do regime de Dos Santos e segue gerando frutos dentro de grupos organizados pela sociedade civil.²⁸ Por fim, o envelhecimento de Dos Santos –que deixou o poder em 2017 e morreu em 2022 – gerou uma competição dentro do seu próprio núcleo familiar, que ganhou um poder desproporcional nos últimos anos do seu governo de quase quatro décadas. A sua filha Isabel dos Santos, notoriamente conhecida como a “princesa da África”, assumiu a toda poderosa Sonangol, com resultados desastrosos. O filho Zenu passou a ficar na linha da frente quando foi nomeado para o Fundo Soberano, uma instituição conhecida pela sua opacidade.²⁹

Todos esses fatores levaram Dos Santos a organizar a sua sucessão presidencial em 2017 com a transferência de poder para um quadro orgânico do MPLA, também veterano da guerra civil, João Lourenço. Sua chegada ao poder desencadeou um processo de abertura política controlado³⁰: seu governo garantiu maior liberdade de expressão dos meios de comunicação, prometeu a realização de eleições municipais e promoveu uma reforma da política econômica com ênfase na diversificação da economia e na privatização de empresas públicas.

As reformas garantiram o sucesso do presidente Lourenço junto ao mercado financeiro, que o descreve como uma das lideranças mais respeitáveis e confiáveis do continente, além do respeito dos outros atores regionais. Sob seu comando, Angola voltou a pesar nas organizações multilaterais africanas, a desenvolver parcerias com a União Europeia e a se aproximar dos Estados Unidos.

No entanto, essa mudança de paradigma do governo pouco ou nada se refletiu na realidade da maioria dos angolanos.³¹ A pobreza extrema continua alta, o acesso a eletricidade segue limitado e os poucos serviços públicos existentes colapsaram durante a pandemia. As medidas

28. (Camuto, 2022).

29. (Alencastro, 2021).

30. (Alencastro, 2018).

31. (Almeida, 2021).

de reformas econômicas não levaram a um aumento do investimento estrangeiro. Sobretudo, a luta contra a corrupção, que levou à prisão de Zenu dos Santos e à alienação financeira da empresária Isabel dos Santos, ficou manchada pelo viés político. Permanece a impressão de que ela era motivada unicamente pela vontade de Lourenço de isolar o clã Dos Santos e consolidar o seu poder dentro do MPLA.

As dificuldades do governo em traduzir as reformas em medidas concretas de melhoria de vida da população levou a uma situação inédita nas eleições gerais de 2022. Ela mergulhou Angola numa nova era: pela primeira vez desde a independência, a perspectiva de uma mudança de governo a médio prazo é uma realidade política. Liderado por Adalberto da Costa Junior, que sucedeu a Isaías Samakuva em 2019 na Presidência da UNITA e promoveu uma renovação de quadros no partido, o partido de oposição passou a atuar de forma mais transparente, aberta e ágil na construção de coalizões.

Embora a frente ampla da oposição não tenha sido aprovada para disputar a eleição³², ela permitiu um alinhamento programático inédito entre as três principais lideranças da oposição. O resultado excepcional de 2022 reflete a nova dinâmica eleitoral em Angola: a UNITA ganhou em cidades que sempre votaram a favor do MPLA, inclusive em Luanda. Uma nova geração de eleitores, que entrou na política durante os movimentos contra Dos Santos, parece ver na alternância de poder a única saída para os problemas do dia a dia. Em posição de força, a UNITA passou a ser reconhecida como um governo em potencial por atores internacionais da diplomacia e do setor privado. A liderança de Adalberto da Costa Junior garante que ela não enfrentará os problemas de divisão que outras formações históricas de oposição aos movimentos de libertação estão enfrentando no resto da região,

32. A “Frente Patriótica Unida”, que agrupava, além da UNITA, o partido opositor Bloco Democrático e o grupo PRA-JA Servir Angola, não pôde efetivar seu registro eleitoral e tampouco foi reconhecida como organização política pelo Tribunal Constitucional de Angola. Ao final, os membros do Bloco Democrático e do PRA-JA concorreram às eleições pela UNITA. A sua reconstituição nas próximas eleições gerais será um ponto de tensão nas relações entre a oposição e o governo.

como o zimbabuano MDC e a moçambicana RENAMO.

A nova política de alianças da UNITA coloca o MPLA em um impasse. Por um lado, a ala mais reacionária do partido, que construiu o Estado absolutista junto com Dos Santos, continua vendo a UNITA como uma ameaça existencial aos seus interesses. Essa ala, que ainda domina uma parte significativa do partido, continua apresentando a UNITA como o “outro” – um grupo armado e subversivo, cuja vitória na eleição levaria Angola de volta ao caos e à violência. Do outro lado, a ala reformista, levada ao poder por João Lourenço, defende que a competitividade eleitoral é uma consequência inevitável das reformas políticas e econômicas implementadas pelo seu governo.

De acordo com os resultados oficiais, o MPLA obteve a maioria absoluta (com 51,17 por cento dos votos), dando assim mais um mandato ao presidente João Lourenço. Em particular, o MPLA teve um desempenho significativamente superior, especialmente na capital Luanda e em outras cidades maiores – um desenvolvimento notável devido às suas raízes historicamente fortes nestes centros urbanos. O resultado foi, no entanto, rejeitado pela UNITA porque a contagem agregada parecia difícil de ser conciliada com as numerosas atas das mesas de voto que indicariam resultado contrário. Uma queixa formal da oposição foi indeferida pelo Tribunal Constitucional de Angola; enquanto isso, o Exército foi colocado preventivamente em “prontidão de combate aumentada”.

A posse de Lourenço para um segundo mandato acabou ocorrendo em meio a rígidas medidas de segurança. Protestos subsequentes foram cancelados pela liderança da oposição devido ao temor de precipitar uma escalada de violência. Mas a tensão na sociedade continua palpável. O próximo ciclo eleitoral será abordado como um referendo pela continuidade do MPLA no poder.

Conclusão

Os casos de Moçambique e Angola mostram como o debate sobre avanços e recuos deve ser superado quando analisamos o processo de democratização na África. Moçambique, outrora apontado como um modelo de paz e democracia, tem evoluído perigosamente em direção à centralização do regime em torno do partido incumbente e, possivelmente, de uma liderança com amplos poderes. Angola tem seguido o caminho contrário, partindo de um regime hipercentralizado nos anos subsequentes à guerra civil para, mais recentemente, avançar na direção de uma democracia multipartidária competitiva.

Embora a dinâmica da democratização seja diferente nos dois países lusófonos, existem elementos em comum que são parte da problemática africana. A literatura mostra que a polarização partidária é importante para a competição política. No entanto, quando ela é instrumentalizada e aplicada a todos os elementos da sociedade, pode devorar as próprias instituições democráticas. Nos dois casos, a polarização entre partidos ganhou importantes contornos regionais, étnicos e culturais. Em Angola, a vitória decisiva na guerra deu uma vantagem inicial ao MPLA sobre a UNITA, que agora vem sendo reduzida com as mudanças geracionais e o desgaste no poder. Já no caso de Moçambique, a RENAMO saiu da guerra em condições de disputar o poder, mas acabou vencida pelas contradições entre a luta armada e a política institucional. Isso permitiu à FRELIMO ampliar o seu controle do Estado, numa tendência que deve se acentuar nos próximos anos. Em ambos os casos, a prioridade deve ser desenhar e implementar um arcabouço institucional que organize a polarização nos melhores termos possíveis. Por isso, é importante os observadores irem além do processo eleitoral e tentarem entender em profundidade as novas dinâmicas políticas.

Por fim, uma questão a ter em conta é o aumento da violência política no norte de Moçambique e no leste de Angola durante os últimos mandatos presidenciais. Essas províncias extrativistas, onde se concen-

tram os recursos naturais, são sempre consideradas lugares de exceção. A democratização historicamente passou ao largo delas.

Angola e Moçambique têm alguma chance de mitigar a combinação mortífera de crescente autoritarismo e conflito violento, mas não será apenas pelo desempenho dos partidos políticos dominantes e instituições estatais fortemente politizadas, como o Poder Judiciário, os órgãos eleitorais e as Forças Armadas. A verdadeira esperança de paz e democracia nesses dois países de grande relevância para o continente reside em ativistas corajosos da sociedade civil e em uma imprensa independente. Em ambos os casos, sua integridade e determinação oferecem um modelo para movimentos sociais e atores da sociedade civil em outros países africanos.

Bibliografia

Adalberto, J. (2022) Comissão para implementação das autarquias Gera desconfiança – DW – 18/10/2022, dw.com. *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-comiss%C3%A3o-para-implementa%C3%A7%C3%A3o-das-autarquias-gera-desconfian%C3%A7a/a-63483787> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Alencastro, M. (2018) “Angola under Lourenço: Towards a Negotiated Hegemony”, Notes de l’Ifri, IFRI. Disponível em: https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/alencastro_angola_under_lourenco_2018.pdf (Acesso em 15 de novembro de 2022).

Alencastro, M. (2021) Conheça Sindika Dokolo, Marchand que impulsionou arte africana e se envolveu no Luanda leaks, Folha de S.Paulo. Folha de S.Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/01/conheca-sindika-dokolo-marchand-que-impulsionou-arte-africana-e-se-envolveu-no-luanda-leaks.shtml> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Almeida, C. (2021) “Angola e os ventos da mudança e continuidade de João Lourenço,” Janus. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4932> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Amundsen, I. (2021) “Always top-down: Constitutional reforms in Angola,” CMI Working Paper, 9. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/8079-always-top-down-constitutional-reforms-in-angola> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Cahen, M. (2021) “RENAMO: de la défaite à la survie?,” *Africana Studia*, 1(36), pp. 165–188.

Caldeira, A. (2022) SG da FRELIMO confirma 3o mandato de Filipe Nyusi, @Verdade, 21 Setembro. Disponível em: <https://verdade.co.mz/sg-da-FRELIMO-confirma-3o-mandato-de-filipe-nyusi> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Camuto, N. (2022) Promotores das Manifestações DENUNCIAM Ameaças de Morte – DW – 10/09/2022, dw.com. *Deutsche Welle*. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/malanje-promotores-das-manifesta%C3%A7%C3%B5es-denunciam-amea%C3%A7as-de-morte/a-63078639> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Cheeseman, N. (2015) *Democracy in Africa: Successes, failures, and the struggle for political reform*. New York, NY: Cambridge University Press.

Chicava, S. (2021) “Filipe Nyusi: um terceiro mandato é possível?”, Caderno IESE, 23. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/10/CadernoIESE23P-SC.pdf> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Cortez E. et al. (2019) “Custos e Consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique”, Centro de Integridade Pública, maio de 2021. Disponível em: <https://ma-cua.blogs.com/files/cip-custos-e-consequencias-das-dividas-ocultas.pdf> (Acesso em 13 de novembro de 2022).

D.W. Morreu Daviz Simango, Edil da Beira e Líder do MDM: DW: 22.02.2021, DW.COM. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/morreu-daviz-simango-edil-da-beira-e-1%C3%ADder-do-mdm/a-56649192> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Davis, J. (2022), Virtual issue: elections, *African Affairs*, Volume 111, Issue 484, July 2022, Pages e1–e7,

Englebert, P. (2009) *Africa: Unity, sovereignty, and sorrow*. Boulder, Colo: Lynne Rienner.

Francisco, G. (2022) Moçambique Pode Ser o “qatar de África” e a “Verdadeira alternativa” Para O Gás na Europa, Plataforma Media. Disponível em: <https://plataformamedia.com/2022/10/20/mocambique-pode-ser-o-qatar-de-afriacae-a-verdadeira-alternativa-para-o-gas-na-europa/> (Acesso 14 de novembro de 2022).

Francisco, A. and Semedo, I. (2016) “Rolling Balances in the Mozambican State Budget: Did Nyusi find the Coffers Empty?,” *Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social*, 82. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/publication/outras/ideias/IESE_IDeIAS82e.pdf (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Hanlon, J. (2018) *Heroína continua sendo uma das maiores exportações*, The Open University. Centro de Integridade Pública. Disponível em: <https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Heroína%20continua%20sendo%20uma%20das%20maiores%20exportac%CC%A7o%CC%83es.pdf> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Harrison, G. (1999) “Mozambique between two elections: A political economy of transition,” *Democratization*, 6(4), pp. 166–180.

International Crisis Group. (2021) *Conter a Insurreição em Cabo Delgado, Moçambique*. rep. International Crisis Group. Disponível em: <https://icg-prod.s3.amazonaws.com/303-cabo-delgado-portuguese.pdf> (Acesso: November 15, 2022).

Jackson, R.H. (1999) *Quasi-states: Sovereignty, international relations and the third world*. Cambridge: Cambridge Univ. Pr.

Messiant, C. (1995) “Angola, les voies de l’ethnisation et de la décomposition,” *Lusotopie*, II, pp. 181–212.

Morier-Genoud, E. (2009) “Mozambique since 1989: shaping democracy after socialism,” in A.R. Mustapha and L. Whitfield (eds) *Turning Points in African Democracy*. Boydell and Brewer, pp. 153–166.

Mosse, M. (2004) *Corrupção em Moçambique alguns elementos para debate, Zambesia*. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/corruptaomocambiquemmosse.pdf (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Neethling, T. (2022) *Offshore gas finds offered major promise for Mozambique: What went wrong*, *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/offshore-gas-finds-offered-major-promise-for-mozambique-what-went-wrong-158079> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

de Oliveira, R. S. (2007) “Business success, Angola-style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol,” *The Journal of Modern African Studies*. Cambridge University Press, 45(4), pp. 595–619.

de Oliveira, R.S. (2015) *Magnificent and beggar land: Angola since the Civil War*. London: Hurst & Company.

Orre, A. (2012) “Autarquias em Angola: Qual o problema do gradualismo?”, *Lucere*. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/4930-autarquias-em-angola> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Orre, A. (2017) *Mozambique: A political economy analysis*, NUPI. Disponível em: <http://www.nupi.no/Publikasjoner/CRISTin-Pub/Mozambique-A-Political-Economy-Analysis> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Pearce, J. (2012) “Control, politics and identity in the Angolan Civil War,” *African Affairs*, 111(444), pp. 442–465.

Pearce, J. (2020) “History, legitimacy, and RENAMO’s return to arms in central Mozambique,” *Africa*, 90(4), pp. 774–795.

Pitcher, M.A. (2008) *Transforming Mozambique: The Politics of Privatization, 1975-2000*. Cambridge etc: Cambridge University Press.

Pitcher, M.A. (2012) *Party politics and economic reform in Africa’s democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pitcher, M.A. (2020) “Mozambique elections 2019: Pernicious Polarization, democratic decline, and rising authoritarianism,” *African Affairs*, 119(476), pp. 468–486.

Ramos, M. (2022) Exploração de Gás Natural Sem Fundo soberano preocupa Especialistas Moçambicanos, VOA. Voz da América. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/explora%C3%A7%C3%A3o-de-g%C3%A1s-natural-sem-fundo-soberano-preocupa-especialistas-mo%C3%A7ambicanos/6814436.html> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Ruszel, M. (2022) “The Development of Global LNG Exports,” in *The Future of Energy Consumption, Security and Natural Gas*. Palgrave Macmillan, pp. 1–20.

Sanches, E., Costa, D.H. and Serra-Silva, S. (2019) *A qualidade da democracia em Cabo Verde - resultados das avaliações dos especialistas*. rep. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia.

Seibert, G. (2006) *Comrades, clients and cousins: Colonialism, socialism and democratization in Sao Tome and Principe*. Leiden: Brill.

Stemming the insurrection in Mozambique’s Cabo Delgado (2021) Crisis Group. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/303-stemming-insurrection-mozambiques-cabo-delgado> (Acesso: 13 de novembro de 2022).

Theo Neethling Professor of Political Science (2022) Offshore gas finds offered major promise for Mozambique: What went wrong, *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/offshore-gas-finds-offered-major-promise-for-mozambique-what-went-wrong-158079> (Acesso: 14 de novembro de 2022).

VOA (2022) João Lourenço Deve COLOCAR Direitos humanos “no centro” da sua política, diz human rights watch, VOA. Voz da América. Disponível em: <https://www.voportugues.com/a/jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-deve-colocar-direitos-humanos-no-centro-da-sua-pol%C3%ADtica-diz-human-rights-watch-/6830221.html> (Acesso: 15 de novembro de 2022).

Weimer, B., Macuane, J. and Buur, L. (2012) “A economia do political settlement em Moçambique: contexto e implicações da descentralização,” Moçambique: Descentralizar o Centralismo, pp. 31–75. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/Descent/IESE_Decimalizacao_1.1.PolSett.pdf (Acesso: 14 de novembro de 2022).

Weinstein, J.M. (2002) “Mozambique: A fading U.N. Success Story,” *Journal of Democracy*, 13(1), pp. 141–156.

Ucrânia e Rússia: guerra e regimes políticos

Timothy J. Colton

Timothy J. Colton é professor de governo e de estudos da Rússia e ex-diretor do Departamento de Governo da Universidade Harvard. É autor de inúmeros livros, incluindo Everyone loses: the Ukraine crisis and the ruinous contest for post-soviet Eurasia [Todos perdem: a crise da Ucrânia e a desastrosa disputa pela Eurásia pós-soviética] (2017), em coautoria com Samuel Charap.

A guerra infame da Rússia na Ucrânia é um evento geopolítico superpropagador. Compreensivelmente, a cobertura no Ocidente tem se concentrado nos efeitos da guerra no exterior. Mas o que a guerra representou dentro da Ucrânia e da Rússia e quais são as implicações para seus respectivos regimes políticos?

Há uma extensa literatura acadêmica buscando associar os conflitos internacionais à governança interna dos países envolvidos. A guerra, diz o famoso adágio, é benéfica para a constituição e para o aprofundamento da democracia. A cientista política Elizabeth Kier classifica os argumentos em três tipos: a guerra cultiva a solidariedade e a inclusão de grupos sub-representados na política; a guerra aprimora o Estado e sua capacidade de realizar reformas; e a guerra obriga as autoridades a oferecer “compensação” à sociedade por participar desse esforço comunitário¹. Vis-à-vis regimes autoritários, uma afirmação frequente

*Publicado originalmente como “Ukraine and Russia, war and political regimes”, Journal of Democracy October 2022, Volume 33, Number 4 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

é que a guerra pode desencadear uma revolução. A Primeira Guerra Mundial foi fatal para impérios dinásticos em toda a Europa; as extensas guerras coloniais minaram a autocracia corporativista de Portugal na década de 1970; e o aventureirismo desastrado no Chipre e nas Ilhas Malvinas, respectivamente, fizeram o mesmo na Grécia em 1967 e na Argentina em 1982.

Infelizmente, o conhecimento acumulado pode oferecer poucos ensinamentos em relação à Ucrânia e à Rússia. Normalmente, a variável dependente na literatura é a ordem política depois que as armas se calam. No entanto, não é possível afirmar quando e como essa guerra cessará, ou em meio a que constelação de forças. Além disso, “os laços entre a guerra e a democracia”, escreve Kier, “são complexos demais para se esperar uma relação direta entre as duas”². As expectativas de avanço democrático por meio da inclusão, do aprimoramento do Estado e da compensação não são corroboradas de maneira uniforme. As autocracias podem ser consumidas pela guerra ou amparadas por ela (como a URSS na Segunda Guerra Mundial), e a guerra pode ser irrelevante para o seu destino. No estudo minucioso de Edward Mansfield e Jack Snyder sobre o tema, os testes estatísticos não “revelaram nenhum padrão forte e sistemático segundo o qual a guerra leva à democratização”. Fatores contextuais, como desenvolvimento socioeconômico, entorno geográfico e composição institucional foram, “quase sempre, muito mais importantes para a democratização do que qualquer processo desencadeado pela guerra”³. Um estudo sobre a Ucrânia e a Rússia, portanto, se beneficiará da receptividade a comparações, mas não da noção de uma ligação umbilical entre a guerra e o regime.

Guerra total assimétrica

A ação militar ordenada por Vladimir Putin em 24 de fevereiro de 2022 é multidimensional e devastadora. A batalha avança por uma

frente irregular, com as baixas ultrapassando a casa das dezenas de milhares, e há ofensivas por todo o espaço econômico e informacional. Dito isso, essa “guerra total” é desordenada e ainda limitada em seu escopo. As táticas de terra arrasada da Rússia devem-se mais à artilharia obsoleta e à vontade de intimidar e conquistar território do que a uma sede de extermínio. Nenhum dos beligerantes encarcerou civis do país inimigo em seu território, expulsou-os ou fechou suas fronteiras para eles. Nenhum deles empregou sistematicamente armas cibernéticas. A Rússia agita o sabre nuclear sem, no entanto, usá-lo.

O encontro também é definido pela assimetria. A Rússia iniciou uma guerra por iniciativa própria, com base em alegações a respeito da artificialidade do Estado adversário. Para a Ucrânia, a luta é existencial. O indicador mais gritante de impacto no país são os voos comerciais. Cerca de 5,7 milhões de ucranianos fugiram para o exterior, “a maior crise de deslocamento humano do mundo atualmente”⁴ e, até julho de 2022, outros 6,3 milhões estavam deslocados internamente e muitas vezes desabrigados, o que significa que 30% da população pré-guerra são refugiados ou deslocados internos (IDP, na sigla em inglês).

Também é possível observar uma assimetria crucial no cenário internacional. Moscou luta sozinho, tendo como únicos companheiros de batalha dois satélites não reconhecidos (“repúblicas populares”) na região de Donbass, no leste da Ucrânia. A Belarus permite que a Rússia use bases lá para atacar a Ucrânia, mas não enviou tropas. O fardo de Kiev, em contraste, foi compartilhado, uma vez que o esforço de guerra é efetivamente financiado pelo G7, pela União Europeia e por trinta e poucos outros países. Os compromissos de ajuda à Ucrânia de 24 de janeiro a 3 de agosto totalizaram 89,7 bilhões de dólares, excluindo os custos com refugiados.⁵ Desse montante, os Estados Unidos prometeram 47,4 bilhões de dólares, com 26,6 bilhões de dólares previstos para assistência militar. É uma injeção impressionante de recursos, considerando o orçamento de defesa (5,9 bilhões de dólares nominais em 2021) e o PIB

(200,1 bilhões de dólares) da Ucrânia. Sem isso, recentes vitórias da Ucrânia no campo de batalha não teriam sido possíveis. O outro lado da moeda é uma enxurrada de medidas punitivas contra a Rússia — “sanções sem precedentes”, afirmou a Casa Branca, “para responsabilizar o presidente Putin por sua guerra contra a Ucrânia, restringir o acesso da Rússia à tecnologia crítica de que precisa para financiar sua máquina de guerra e transformar a Rússia em um pária financeiro global”. A Rússia contra-ataca o melhor que pode.

Um projeto em construção

O que quer que se pense sobre conduta da Rússia desde a Guerra Fria, a agressão e o irredentismo de Moscou em 2022 haveriam de provocar uma resposta contundente do Ocidente. Como na invasão do Kuwait por Saddam Hussein em outra era, o dilema era como, e não se, oferecer ajuda.

A Ucrânia e seus aliados, no entanto, também adotaram uma outra lógica: defender a democracia enquanto sistema de governo. A fala aparece em inúmeros discursos, pronunciamentos e coletivas de imprensa. Washington, disse o presidente Joseph Biden em 26 de março, vê a guerra como um capítulo de “uma batalha entre democracia e autocracia, entre liberdade e repressão, entre uma ordem baseada em regras e uma governada pela força bruta”. O argumento poderia talvez ser considerado um chamariz, o Ocidente se preparando emocionalmente para um confronto “com linhas claras entre o bem e

Antes da guerra, o regime da Ucrânia era um projeto em construção, não um modelo de democracia. Isso não implica que não seja digna de apoio ocidental, mas deve-se levar em conta como o país realmente funciona.

o mal”, ao contrário das complexas divisões políticas internas.⁶ Na Ucrânia, os políticos apreciam não apenas o fascínio ideológico da democracia, mas também sua utilidade em conquistar o apoio internacional.

A crescente retórica e a visão de fora nem sempre se misturam com as realidades locais. O sistema político ucraniano é, sem dúvida, mais aberto e competitivo que o russo. No entanto, na véspera da guerra, o regime da Ucrânia era um projeto em construção e, de modo algum, um modelo de democracia. O relatório *Freedom in the World 2021* [A liberdade no mundo 2021] da *Freedom House* classificou a Ucrânia como “parcialmente livre”, com um regime “de transição ou híbrido”. O relatório *Nations in transit* [Nações em transição] da mesma organização, que mede a governança democrática em 29 países pós-comunistas, estimou a “porcentagem de democracia” da Ucrânia em 39,29% (colocando-a na 16ª posição). A Ucrânia estava acima da média em termos de processo eleitoral e de sociedade civil, mas abaixo dela em termos de governança democrática nacional, mídia independente, governança democrática local, Judiciário e corrupção. O projeto Variedades da Democracia (V-Dem) chega a resultados similares em 2021 em seus cinco “princípios da democracia”. Em uma escala entre 0 e 1, a Ucrânia obteve uma nota de 0,54 para a democracia eleitoral (86º dos 179 países avaliados), sua única pontuação acima da média. Para a democracia deliberativa, obteve 0,44 (70º); para a democracia igualitária, 0,39 (75º); para a democracia participativa, 0,35 (78º); e, para a democracia liberal, 0,35 (92º). Por qualquer indicador, a democracia ucraniana tinha qualidade pior em 2021 do que sob o presidente Viktor Yushchenko por meia década após a Revolução Laranja de 2004.

A nota da Ucrânia em tais índices tem se mantido praticamente inalterada desde 2014, o ano divisor de águas do Euromaidan e das incursões russas na Crimeia e na região de Donbass, e desde a eleição do comediante profissional Volodimir Zelenski como presidente, em

2019. A campanha de Zelenski acusou o então presidente Petro Poroshenko (2014-19) de ser a personificação da não democracia ucraniana. A Ucrânia havia sido sequestrada, afirmava Zelenski, por bandidos “que transitam entre governo e oposição e entre partidos, constantemente acumulando vantagens para si, enquanto se escondem atrás da imunidade [parlamentar e presidencial]”. Atualmente, ironicamente, Zelenski promove seu país como um bastião da democracia.

Isso não implica que a Ucrânia, vítima de agressão e de apropriação de território ilegais, não seja digna do apoio ocidental. Mas qualquer validação do regime deve ter em conta o modo como o país realmente funciona. Na Ucrânia, pesquisas em massa mostraram que apenas uma pequena minoria considera o sistema político do país uma democracia funcional. Na onda 7 da *World Values Survey*, realizada em 2020, apenas 26% dos entrevistados classificaram-na assim, e apenas 13% expressaram satisfação com o sistema existente.⁷ Em termos de preferências, 67% concordavam com a democracia em termos abstratos. No entanto, proporção quase similar, 58%, avaliavam positivamente “ter um líder forte que não precise se preocupar com o parlamento e com eleições” — o que significa que muitos ucranianos apoiavam ambos simultaneamente.

O relatório *Freedom in the World 2021* enfatizou que a Ucrânia “ainda sofre com a falta de Estado de direito”, e que a “vontade de pessoas ou grupos” importa mais do que “instituições estáveis e práticas democráticas”. O relatório destacou o papel crescente do Conselho de Segurança e Defesa Nacional (NSDC, na sigla em inglês), presidido e nomeado por Zelenski, que excedeu suas funções consultivas “concentrando poderes de Ministério Público e do Judiciário, e, sem qualquer supervisão independente, mostrou-se seletivo e opaco em seu processo de tomada de decisão”. Em 2021, em uma manobra amplamente criticada, o governo sancionou, pela primeira vez, “uma ampla gama de alvos domésticos” por motivos políticos, alguns deles

empresas de comunicação e pessoas nunca condenadas por um crime. Um estatuto malfeito permitiu que o NSDC identificasse “oligarcas” e os banisse de eleições, da vida partidária e de participar de leilões de privatização. Dois terços dos ucranianos atribuíram a ação ao populismo, a um toma lá dá cá político e a um desejo de Zelenski e sua comitiva de “redistribuir a propriedade e se tornarem, eles próprios, oligarcas”.⁸ O Índice de Percepção da Corrupção 2021 da Transparência Internacional (TI) colocou a Ucrânia no mesmo nível de 2018 (32 pontos de 100) devido à falta de avanço em medidas críticas anticorrupção.⁹ Em uma ação sem precedentes, considerada por muitos como politicamente motivada, o ex-presidente Poroshenko foi acusado de traição em dezembro de 2021 por sua suposta participação em um esquema suspeito de compra de carvão de Donbass para apoiar militantes da região contrários a Kiev.

Um país de coturnos

Saltando para 2022, quando a Ucrânia, como disse Zelenski, tornou-se “um país de coturnos” da noite para o dia. Isso desencadeou uma mudança de regime para mais democracia ou mais autocracia? Não foi surpresa quando as liberdades civis foram reduzidas à medida que a Ucrânia entrava em modo de guerra. A declaração de “estado de emergência” (*nadzvichainii stan*) via decreto presidencial em 24 de fevereiro endureceu os controles de fronteira, autorizou abordagens aleatórias de cidadãos para checagem de documentos pessoais, proibiu greves e reuniões em locais públicos e autorizou toques de recolher locais. Uma norma sobre efetivo militar determinou que homens de 18 a 60 anos se submetam a exames médicos e não deixem a Ucrânia ou mudem de residência sem a aprovação da polícia.

A equipe de Zelenski rapidamente passou a mirar em atores políticos que considerava serem inadmissivelmente pró-Rússia. Em março,

o NSDC instruiu o Ministério da Justiça a suspender onze partidos políticos que, segundo Zelenski, “buscavam a divisão ou o conluio” com a Rússia. O principal partido, Plataforma de Oposição – Pela Vida, conquistou 13% dos votos nas eleições parlamentares de 2019 e terminou em primeiro lugar nas seções controladas por Kiev em Donbass. O líder do partido, Viktor Medvedchuk, um parlamentar, empresário e ex-chefe de gabinete do presidente Leonid Kuchma, estava em prisão domiciliar desde maio de 2021, indiciado por alta traição no caso que posteriormente também implicaria Poroshenko. Medvedchuk fugiu logo após a invasão, foi preso novamente, e agora está atrás das grades, aguardando julgamento. Essas não são as únicas prisões.

Independentemente da culpa ou inocência dos indiciados, é importante destacar a tendência de judicialização e criminalização. Questões que antes poderiam ter sido debatidas e negociadas são agora reimaginadas como um risco à própria existência do país e, portanto, exigem um remédio extraordinário.

As restrições não têm sido menos duras na esfera das comunicações. Um breve artigo do decreto de 24 de fevereiro proibia “a produção e distribuição de materiais informativos que possam desestabilizar a situação”. Detalhes de operações militares e baixas tornaram-se uma informação estritamente sigilosa. O partido político de Zelenski, o Servo do Povo, faz lobby desde 2019 por uma lei abrangente com um único órgão fiscalizador da aplicação desse artigo para conteúdo jornalístico. O Comitê para a Proteção de Jornalistas, com sede em Nova York, o Sindicato Nacional dos Jornalistas da Ucrânia e outros grupos alertaram que a proposta é uma ameaça à liberdade de imprensa. Nesse meio tempo, o governo tem se utilizado de fechamento de veículos de imprensa (três canais de tevê ligados a Poroshenko foram fechados em abril de 2022), fiscais de redações e “autorregulação”, algo difícil de distinguir de autocensura. Por exemplo, um apresentador de televisão admitiu ter relatado “apenas [...] informações que foram confirmadas pelas auto-

ridades”, apesar de ter acesso a outras informações.¹⁰ A Comissão de Ética Jornalística da Ucrânia criticou o “assédio online a jornalistas, a disseminação de acusações infundadas contra representantes da mídia por supostamente [...] divulgarem dados que ajudam o inimigo [...]. Acusações e declarações infundadas minam a confiança em todos os meios de comunicação e dificultam o trabalho dos jornalistas na linha de frente”.¹¹ O ranking de 2022 do Índice de Liberdade de Imprensa da Repórteres Sem Fronteiras (RSF) classificou a Ucrânia em 106º entre os 180 países pesquisados, uma queda de nove colocações desde 2021.

A imprensa russa e a cultura popular na Ucrânia já haviam sido alvo de restrições antes da guerra: a maioria dos filmes e estações de televisão russas havia sido embargada em 2014, assim como as redes sociais russas em 2017 (era possível contornar o bloqueio via VPN). Essas proibições foram controversas, vistas em alguns casos mais como um meio de silenciar críticas ao governo do que como uma resposta a questões de segurança nacional.¹² Novos protocolos colocados em prática desde o início da invasão proíbem músicas compostas ou executadas por cidadãos russos, a impressão de livros por autores russos e a importação de livros da Rússia ou Belarus. Reações a isso são inevitáveis, dado que o russo é a língua nativa de cerca de um terço da população.

A maioria dos ucranianos aceitou essas mudanças, algo evidenciado pela renovação da fortuna política de Zelenski. Pesquisas nacionais de opinião realizadas no segundo semestre de 2021 mostravam uma desilusão generalizada com o presidente, estimulada pela revelação feita pelos *Pandora Papers* de que ele possuía contas clandestinas no exterior e por seu embate com o presidente do parlamento (Rada), Dmitro Razumkov, em torno da “lei dos oligarcas” e das ambições do NSDC.¹³ Pesquisas realizadas após a invasão mostraram uma reviravolta. De maio a junho de 2022, 88% dos entrevistados afirmaram gostar do presidente; 55% confiavam bastante nele e 29% confiavam

um pouco; 57% avaliaram seu desempenho desde fevereiro como muito bom e 31% como bom.¹⁴

Na Ucrânia, portanto, um líder eleito reuniu a maioria do país em torno da bandeira em uma cruzada contra um invasor estrangeiro. Os atos de censura e redução de direitos são apenas parte do pacote de Zelenski e, aparentemente, a maioria dos ucranianos vê isso como um recurso temporário. É possível que os direitos dos cidadãos sejam eventualmente restaurados e a guerra pareça, em retrospectiva, uma pedra no caminho para a democracia. Isso dependerá em grande medida de Zelenski.

E quanto aos potenciais catalisadores dos avanços democráticos identificados por Elizabeth Kier: solidariedade e inclusão, capacidade estatal e compensação? Começando pelo segundo, a capacidade estatal da Ucrânia é algo incerto. Em abril, Zelenski teorizou sobre uma futura Ucrânia como “um ‘grande Israel’ com cara própria”. Essa visão de democracia armada não poderá se tornar realidade sem um domínio westfaliano de suas fronteiras. Ainda não se sabe como seria a Ucrânia como um Estado dividido ou um país encravado, se chegar a este ponto. Embora o exército tenha lutado obstinada e inventivamente — noite e dia, desde a rendição da Crimeia, em 2014 —, ele tem contato com a generosidade internacional para obter recursos, treinamento e inteligência. De fato, Zelenski às vezes pode parecer tanto o comandante-chefe quanto o captador-de-recursos-chefe, à mercê de generosos — embora autointeressados — apoiadores. Não foi por acaso que seu discurso do Dia da Independência, em agosto de 2022, foi dirigido ao público internacional tanto como aos ucranianos. Se e quando a paz voltar, os ucranianos podem se sentir em dívida tanto com os patronos externos quanto com seu próprio governo (que pode não dispor dos recursos para pagar os cidadãos por sua lealdade em tempo de guerra), elevando o entendimento tradicional das relações entre Estado e sociedade.

Em relação à solidariedade e inclusão de Kier, ambas parecem ter

aumentado, à medida que as pessoas se uniram e demonstraram uma coesão cívica e transversal como não se via desde 1991. O voluntarismo patriótico também tem sido impressionante e pode ter repercussões positivas em tempos de paz. Três em cada quatro ucranianos entrevistados em meados de 2022 disseram que tinham feito doações aos militares, metade havia apoiado refugiados ou deslocados internos e metade havia hasteado a bandeira amarela e azul em casa ou no trabalho. Por outro lado, apenas 17% disseram ter se alistado voluntariamente no serviço militar, e 34% estavam dispostos a fazer “grandes” sacrifícios financeiros à causa (44%, a fazer pequenos sacrifícios e 14%, nenhum sacrifício). Deve ser motivo de preocupação que, embora muitos membros de minorias étnicas (russos, húngaros e outros) tenham corrido em defesa da pátria-mãe, houve episódios de intolerância em relação às suas línguas e culturas por parte dos etnonacionalistas ucranianos.

O principal ato de inclusão até o momento foi em relação a uma comunidade externa — a União Europeia (UE). Em 23 de junho, Bruxelas, ansiosa para demonstrar solidariedade à Ucrânia, concedeu-a status de “candidata à adesão” ao bloco, juntando-a a outros seis países na lista de espera. Embora em grande medida simbólico, o status de candidato não é sem valor. Os critérios de Copenhague da UE consideram as práticas democráticas um pré-requisito para ingressar no clube e têm exercido uma contínua pressão liberalizante sobre os candidatos à adesão. A opinião pública ucraniana superou a ambivalência e abraçou a adesão à UE, a ponto de as expectativas infladas acabarem se tornando um problema. A maioria dos cidadãos prevê que isso aconteça em até cinco anos, enquanto, realisticamente, a Ucrânia terá tido sorte caso isso aconteça em dez ou até vinte anos. No entanto, os ucranianos também querem que seus diplomatas negociem pesado e não façam concessões apenas para acelerar o processo de admissão. O comunicado de junho da Comissão Europeia explicitou que os

problemas crônicos de governança — relacionados ao Judiciário, à corrupção e à lavagem de dinheiro, aos cartéis empresariais, à imprensa e às minorias nacionais — precisavam ser enfrentados para que as negociações avançassem.

É um bom sinal o fato de que mais de 90% dos ucranianos atualmente queiram ser governados democraticamente e que a confiança nas instituições políticas tenha aumentado de maneira generalizada. Mas as instituições com maior grau de confiança não são as estruturas com uma missão democrática, mas os órgãos de controle e defesa do Estado. As maiores pontuações de confiança em uma pesquisa de opinião pública de maio de 2022 foram das Forças Armadas ucranianas (97%) e do Serviço de Emergência do Estado (87%). No final da lista estavam o governo local (56%) e a Rada (40%). O padrão foi mantido na subcategoria “total confiança”: liderando o grupo estavam os militares (63%) e o presidente Zelenski (45%), enquanto o governo local ficou com apenas 11% e a Rada, 4%. Os partidos políticos não foram mencionados; um item sobre as características associadas a uma democracia plena classificou um sistema partidário saudável (“partidos políticos que representem os interesses dos cidadãos”) em último lugar, em 6%.¹⁵

Um projeto em desconstrução

Se, do ponto de vista da democratização, a Ucrânia, antes da guerra, tinha sido um projeto em construção, a Rússia era o inverso: um projeto em desconstrução. Reformas desarticuladas de processos e instituições importantes durante os anos da *perestroika* e os anos Ieltsin fizeram da Rússia uma semidemocracia classificada como “parcialmente livre”, como a Ucrânia é hoje. Posteriormente, os caminhos dos dois países divergiram.

Vladimir Putin assumiu a presidência em maio de 2000. Em 2005, depois de ter marginalizado adversários políticos e construído sua “verti-

cal de poder” burocrática, a *Freedom House* reclassificou a Rússia como uma autocracia “não livre”. Manteve-se assim até os dias atuais, com indicadores se deteriorando ano após ano. No indicador “percentual de democracia” do relatório *Nations in transit* de 2021, a Rússia obteve meros 5%, à frente apenas de Azerbaijão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão na Ásia Central. O V-Dem não foi mais generoso. Em sua escala dos cinco princípios da democracia, a Rússia obteve, em 2021, mínimos históricos em todos os indicadores exceto de democracia participativa: 0,26 no de democracia eleitoral, 0,12 no de democracia deliberativa, 0,20 no de democracia igualitária, 0,18 no de democracia participativa e 0,10 no de democracia liberal.

Uma característica intrigante da evolução do regime russo é o tempo que ele levou para se desenrolar. Putin começou seu mandato sem um plano de governo. A recessão democrática veio em câmera lenta, a cada pequena oportunidade que surgia.

A Rússia ficou em 148º lugar entre 180 países no Índice de Liberdade de Imprensa de 2021 da RSF e em 136º de 180 no Índice de Percepção de Corrupção da TI.

A disseminação de práticas autoritárias entre as instituições políticas russas é um fato evidente. No entanto, generalizações sobre como elas têm funcionado devem ser feitas com alguma sutileza. Uma característica intrigante da evolução do regime russo é o tempo que ele levou para se desenrolar. Putin começou seu mandato sem um plano de governo. A recessão democrática veio em câmera lenta, a cada pequena oportunidade que surgia. A carreira de Putin como *silovik* soviético (um oficial dos serviços de segurança) e sua coleção de ressentimentos pessoais ajudam a explicar o retrocesso da Rússia, mas contingências e eventos exógenos também desempenharam um papel. Quando ele reassumiu a presidên-

cia, em março de 2012, após um hiato de quatro anos*, a desdemocratização ganhou impulso. Ela se encaixava na personalização crescente da autoridade soberana, o que ajuda a explicar a deterioração da qualidade da liderança de Putin, e uma absorção da política identitária que transformou aos poucos o nacionalismo em civilizacionismo. A Rússia, afirmou Putin em 2020, “não é apenas um país, é de fato uma civilização distinta”. O mantra da civilização como destino manifesto, com vertentes neoimperiais e neossoviéticas, é promovido com a cumplicidade da Igreja Ortodoxa Russa, dos *siloviki*, da inteligência conservadora e de clãs empresariais.

Há não muito tempo atrás, alguns especialistas russos ainda consideravam o país como “um tipo de regime híbrido, um sistema que combina, de certo modo, elementos importantes da democracia e da autocracia”.¹⁶ Um legado de “vozes alternativas, debates e desacordos” foi considerado um fator atenuante da autocracia.¹⁷ Outros elementos citados foram o respeito pelas liberdades pessoais; o emprego da gestão e da manipulação de informações em vez do Estado policial; um mínimo de competição eleitoral; a persistência, nos círculos políticos, de grupos liberais e centristas; duas mil organizações da sociedade civil, a maioria apartidária, gerando capital social; a valorização das pesquisas de opinião e da opinião pública pelo Kremlin; e a explosão da internet e das redes sociais a partir de 2010.

Durante todo esse tempo, a reputação de Putin entre a população era alta enquanto ele promovia um contrato social pregando prosperidade e estabilidade. A euforia com a anexação da Crimeia em 2014 aumentou seus índices de popularidade, mas, quando eles caíram, Putin ainda estava à tona em um amálgama atitudinal de apoio, renúncia e medo. Na Onda 7 da *World Values Survey*, realizada na Rússia em 2017 e na Ucrâ-

* Nota do editor brasileiro: Como não podia concorrer a um terceiro mandato consecutivo, em 2008 Vladimir Putin indicou o pouco conhecido Dmitri Medvedev para disputar o cargo de presidente. Eleito, Medvedev convidou Putin para ser seu primeiro-ministro, garantindo assim sua influência sobre os rumos do país. Em 2012, Putin voltou à Presidência e, em 2018, foi reeleito para um quarto mandato, atualmente em curso.

nia em 2020, russos e ucranianos valorizavam a democracia como um sistema de governo em igual proporção (67%); uma proporção menor de russos (50% contra 58%) aprovava um líder forte que não precisasse se preocupar com o parlamento e com eleições. Contrainstintivamente, uma proporção maior de russos do que de ucranianos considerava seu regime democrático (34% contra 26%) e o nível de satisfação com o sistema político, baixo em termos absolutos, era duas vezes maior do que na Ucrânia (30% contra 13%).

Nos últimos tempos, essa ambivalência passou a fazer muito menos sentido analiticamente para os estudiosos da Rússia. Tem sido possível falar de sobrevivências pluralistas, mas apenas enquanto partes de um todo tendente ao polo autoritário do espectro e imbuídas de uma filosofia obsessiva pela segurança. Táticas coercitivas floresceram primeiro no campo da informação, com uma internet livre migrando para uma internet com restrições durante o terceiro mandato de Putin. A Rússia obteve 49 pontos de 100 no índice *Freedom on the net* [Liberdade na rede] da *Freedom House* em 2009; em 2021, sua nota caiu para 30 (a pontuação da Ucrânia foi de 62 e a da China, 10).

A situação apertou ainda mais no quarto mandato de Putin, com início em 2018. Em 2019, os candidatos reformistas foram eliminados das eleições locais e uma nova Rosgvardiya (Guarda Nacional Russa) dispersou protestos liderados por estudantes e jovens trabalhadores. O destaque da repressão em 2020 foi uma série de emendas constitucionais, ratificadas via plebiscito. Algumas restringiam a manifestação política, outras promoviam uma agenda civilizacional, e uma praticamente tornou Putin presidente vitalício.¹⁸ Em meados de 2020, o principal opositor russo, Alexei Navalny, foi envenenado na Sibéria com uma substância neurotóxica. Homens à paisana do Serviço Federal de Segurança (FSB) o seguiam, tornando difícil acreditar que não estavam envolvidos. Após um atendimento de emergência em uma clínica de Berlim, Navalny retornou à Rússia e foi preso sob acusações infundadas

que se converteram em uma sentença de vários anos. A lei de “agentes estrangeiros” de 2012 pode servir como um barômetro da época: inicialmente, a lei impingiu essa letra escarlata (acompanhada de auditorias e papelada) em ONGs que lidam com temas políticos ou quase políticos e recebem qualquer financiamento estrangeiro. Mas, em 2017, a lista negra foi estendida a jornalistas e blogueiros e, em 2020, a outros indivíduos a critério do Ministério da Justiça.

Fortaleza

Dada a forma como a Rússia é governada, as ramificações iniciais da guerra total foram sombrias do ponto de vista democrático. Alguns dos truques do Kremlin são novos. A maioria são extensões e refinamentos de ferramentas bem aprimoradas e não inovações radicais. Na Ucrânia, são os indivíduos que calçam os coturnos. Na Rússia, a ênfase é no coletivo, uma Fortaleza russa.

Desde o primeiro dia da guerra, propagandistas russos promoviam a falsa narrativa de uma “operação militar especial” para salvar a Ucrânia do jugo nazista. Fizeram-no para mostrar quem estava no comando da esfera pública e para silenciar dissidentes. Nas ruas, onde multidões nos centros da cidade se reuniram sob o slogan *Net voine!* (Não à guerra!), a Rosgvardiya reprimia impiedosamente. Em 8 de agosto, o projeto de direitos humanos OVD-Info havia contabilizado 16.347 detenções nos termos do artigo 20.2 do Código de Crimes Administrativos. O artigo, em vigor desde 2004, proíbe reuniões não autorizadas e tornou-se mais rigorosa em 2018.¹⁹ Infrações administrativas (contravenções) geralmente resultam em 24 horas em uma cela e uma multa em dinheiro. A reincidência pode levar à prisão e a um processo criminal. Como receita de dissuasão via ameaça de punição gradual testada pelo tempo, tem sido bastante eficiente: apenas 199 detenções registradas desde 24 de abril.

O regime rapidamente focou na comunicação política e na socialização, afundando a Rússia no Índice de Liberdade de Imprensa de 2022 da RSF até o triste posto de 155º de 180. A Rússia proibiu produtos informativos “desacreditando as Forças Armadas da Federação Russa” ou espalhando “notícias falsas” relacionadas à guerra, conforme determinado pelas autoridades. O procurador-geral divulgou em agosto que 138 mil websites haviam sido “desligados ou bloqueados”. As queixas de contravenção por desacreditar as Forças Armadas somavam 3.807. E 224 russos foram investigados criminalmente por “*fake news*” (90 casos), “vandalismo” (34), “terrorismo telefônico” (16) e uma variedade de transgressões. O primeiro a ser condenado, um vereador de São Petersburgo, foi condenado a sete anos de prisão em julho. Diversos veículos independentes — entre eles a rádio Ekho Moskvyy, a Dozhd TV, o jornal *Novaya Gazeta* (cujo editor, Dmitri Muratov, foi um dos ganhadores do Prêmio Nobel da Paz em 2021), e o site de notícias bilíngue Meduza, cessaram as operações entre março e abril, temendo serem obrigados a “fazer reportagens sobre belos programas de arte e fogos de artifício”.²⁰

Para preparar as gerações futuras, em julho de 2022, Putin assinou uma lei criando uma versão atualizada dos Jovens Pioneiros da URSS, encarregados de desenvolver “uma visão de mundo para crianças baseada em valores tradicionais”. A nostalgia das atividades de escotismo e rituais reconfortantes do passado soviético da organização tem o apoio de 80% dos entrevistados pela pesquisa. Relacionado a isso está a previsão de nomeação de “conselheiros patrióticos” dos diretores de todas as escolas russas e o fornecimento de materiais pedagógicos e de comunicação.

Se a guerra ajudou a construir pontes entre a Ucrânia e o Ocidente, ateou fogo às pontes entre a Rússia e o Ocidente. A paranoia russa, somada à resposta do Ocidente à invasão, causou um rápido afastamento entre ambos. O mais politicamente significativo foi a saída da Rússia, em 15 de março, do Conselho da Europa (COE), o grupo de

direitos humanos preeminente do continente, ao qual a Rússia se uniu em 1996, de acordo com a política de aproximação de Ieltsin. Em junho, a Rússia rompeu com o Tribunal Europeu de Direitos Humanos (ECHR), um desdobramento do COE que analisava queixas de milhares de russos anualmente. O presidente da Duma da Rússia (a câmara baixa do parlamento), Viacheslav Volodin, queixou-se sobre as decisões da ECHR, que estariam “em contradição direta com a constituição russa, nossos valores e nossas tradições”, citando como exemplo o casamento entre pessoas do mesmo sexo.²¹ A base para esses desligamentos foi uma emenda constitucional de 2020 que consagra a supremacia da Rússia sobre o direito internacional.

Com a popularidade em alta dos *siloviki* e de seus aliados linha-dura, o isolacionismo se espalhou por todos os tipos de áreas funcionais. Uma lista de ONG estrangeiras “indesejáveis”, lançada em 2015, foi ampliada e agora inclui a Anistia Internacional, o *Carnegie Endowment for International Peace*, a *Chatham House*, a Fundação Aga Khan, o *Organized Crime and Corruption Reporting Project* [Projeto de denúncia de corrupção e crime organizado] e o *Congress of Ukrainian-Canadians* [Associação dos canadenses ucranianos]. O Ministério da Justiça também anunciou planos de fechar a filial de Moscou da Agência Judaica para Israel.

Em abril, a Rússia retirou-se do Processo de Bolonha, que padroniza os currículos do Ensino Superior em toda a Europa. O Ministério da Educação denunciou o não reconhecimento dos diplomas russos, o desprezo pelos modos russos e o aliciamento ilegal de talentos russos. De todo modo, a Rússia teria sido expulsa assim que surgiram notícias de que a União dos Reitores havia assinado uma carta elogiando a invasão. Em maio, houve a notícia da possível retirada da Rússia da Organização Mundial do Comércio e da Organização Mundial da Saúde, em represália contra decisões desfavoráveis nesses órgãos. Em junho, Moscou deixou a Organização Mundial de Turismo da ONU e, em julho, disse que abandonaria a Estação

Espacial Internacional em algum momento após 2024. Enquanto isso, a cooperação com organizações multilaterais dominadas pela China, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e a Organização para Cooperação de Xangai (SCO), avançou. Putin encontrou-se com o líder chinês Xi Jinping em uma cúpula da SCO em setembro, e os dois aceleraram o trabalho em uma Estação Internacional de Pesquisa Lunar para competir com a estação espacial Lunar Gateway [Portal lunar] da NASA.

Diversas medidas similares soam a paranoia. A Duma aprovou uma lei em junho que amplia a definição de agentes estrangeiros proibidos de receber fundos, incluindo os que estão sujeitos à “influência estrangeira” de qualquer tipo. Esses agentes estão agora proibidos de se comunicar com a população em geral, de organizar reuniões públicas, de ensinar menores de idade ou de lecionar em uma universidade estadual, de aconselhar o governo, de solicitar subsídios estatais ou de participar de licitações. Volodin elogiou o projeto de lei, dizendo ser o troco “àqueles que cantam a música de outra pessoa e são pagos por isso” e, em uma frase sem sentido, equiparou-o à salvação da nação: “Sem essas decisões [...] não haverá Estado [russo]”.²² Um projeto de lei a ser votado em breve forçaria as pessoas “afiliadas” de alguma forma a esses agentes a se declararem cúmplices e se sujeitarem às penalidades.

Essas medidas podem parecer estranhas, mas, de modo geral, os rusos vêm consentindo com a guerra e com o modo pelo qual o governo vem lidando com as consequências internas. O *Levada Center* é um instituto de pesquisa não governamental confiável e não alinhado ao governo Putin (foi classificado como um agente estrangeiro devido a contratos com clientes ocidentais). Uma pesquisa do Levada realizada em julho estimou em 83% a taxa de aprovação a Putin, a mais alta desde 2015.²³ E a proporção dos que achavam que a Rússia estava caminhando na direção certa atingiu a alta histórica de 68%. Sobre a operação na Ucrânia em si, 48% apoiavam incondicionalmente e 28% apoiavam parcialmente; 18% eram completamente ou parcialmente contrários.

Obviamente, não existe unanimidade na guerra. Das clivagens na opinião pública, a mais interessante é pela coorte etária. A pesquisa do Levada constatou que, entre os jovens de 18 a 24 anos, apenas 26% a apoiavam incondicionalmente e 31% a apoiavam parcialmente; entre aqueles com 55 anos ou mais, o apoio era muito maior, com 61% apoiando incondicionalmente e 23%, parcialmente. Uma pesquisa sigilosa realizada para funcionários do Kremlin pela empresa apoiadora do governo VTsIOM no final de junho perguntou mais abertamente se a operação deveria ser encerrada “o mais rápido possível”. De acordo com dados vazados, 30% concordaram e 57% discordaram. Mas, entre os entrevistados de 18 a 24 anos, 56% queriam o fim imediato e 19% não queriam. Entre aqueles com 60 anos ou mais, apenas 20% eram favoráveis ao fim imediato da guerra, enquanto 72% não eram.²⁴

Nada disso sugere um impulso em direção à democracia. Pelo contrário, o impulso tem sido na direção oposta, o que não quer necessariamente dizer que a guerra tenha sido o motor da autocratização. A medida mais extrema para silenciar a oposição nos últimos anos — o plano de assassinato contra Alexei Navalny, seguido por sua prisão por tempo indefinido — tomou forma em agosto de 2020, um ano e meio antes de os tanques aparecerem. A iniciativa comparativamente inofensiva dos Pioneiros é uma ideia há muito defendida pelos tradicionalistas. Putin aprovou-a pela primeira vez em 2015, perdeu o fio da meada e a reviveu agora em um clima mais oportuno. O projeto é parte de uma ideia anterior, que incluía o Movimento Escolar Russo (criado em 2015), os cadetes do Exército da Juventude sob as asas do Ministério da Defesa (2016), os “campos de reeducação militar-patrióticos” para jovens infratores (2019), e leis obrigando a inclusão de aulas de patriotismo e história militar no currículo escolar (2020).

Há sinais de esperança na hipótese de Kier de que a inclusão, a capacidade estatal e a compensação podem levar à democracia? A capacidade do governo de gerenciar a economia e as sanções podem ter me-

lhorado, mas um Estado russo poderoso pode atropelar os direitos civis tanto quanto promovê-los. Quanto à inclusão e à perspectiva de compensação, as outras variáveis na análise de Kier, estas são as paradas intermediárias para um destino desconhecido e, portanto, indesejadas pelo governante, que olha as pesquisas com preocupação e foge de decisões que podem despertar a opinião pública. A insistência de que a guerra é uma operação mundana, sem relação com a vida cotidiana, reflete esse pensamento. Um corolário é a recusa em remediar a escassez de combatentes no campo de batalha convocando reservistas ou impulsionando o alistamento, passos que contradizem a linha partidária. Como medida paliativa, foi elevado o limite de idade para o serviço voluntário, e os generais acomodaram os mercenários do Wagner Group, a quem desprezam, e recrutam mercenários estrangeiros, homens pobres de outros grupos étnicos e presos perdoados em troca do alistamento.

Putin “implementa uma estratégia interna visando proteger os russos das adversidades da guerra — sem alistamento obrigatório, sem funerais em massa, sem sentimento de perda ou conflito. Grande parte do esforço da Rússia no campo de batalha não foi como o Sr. Putin havia planejado, mas, internamente, ele conseguiu fazer a vida russa parecer o mais normal possível”.²⁵ Zelenski saúda a mobilização e o apego apaixonado à causa. O comando no topo das muralhas da Fortaleza russa quer a desmobilização e o desapego, e, por enquanto, conseguiu. Uma minoria dos russos rejeita a farsa e tomou uma decisão dramática — sair do país. Estatísticas incompletas estimam que mais de meio milhão de pessoas emigraram — uma parcela muito menor da população do que os refugiados e IDP da Ucrânia, mas longe de ser trivial. Os destinos favoritos são a Armênia, a Geórgia e a Letônia na Eurásia pós-soviética; a Turquia; os Emirados Árabes Unidos, um paraíso perene para o dinheiro russo; Israel; e Alemanha. Também estimativa, os jovens, os bem-educados e os trabalhadores da tecnologia são super-representados na diáspora. Entre os emigrantes

mais famosos estão Aleksandr Cherkasov, Pavel Chikov e Lev Ponomarev (ativistas de direitos humanos); Ilya Azar, Yuri Dud, Aleksandr Nevzorov e Sergei Parkhomenko (jornalistas e personalidades da mídia);²⁶ Kirill Serebrennikov (diretor de teatro e de cinema); Alla Pugacheva (lendária diva pop); Oxxxymiron (rapper); Viktor Shenderovich (humorista); Anatoly Chubais (orquestrador das privatizações russas na década de 1990); e Pinchas Goldschmidt (rabino-chefe da cidade de Moscou). Olga Smirnova, a principal bailarina russa do Teatro Bolshoi, que agora dança com o Balé Nacional Holandês, articulou em uma carta aberta o que muitos pensavam: “Nunca pensei que teria vergonha da Rússia [...] mas, agora, eu sinto que uma linha foi traçada que separa o antes e o depois”.²⁷ Os pragmáticos juntam-se aos moralistas: trabalhadores que não podem mais ganhar a vida na Rússia devido a sanções secundárias e indivíduos com elevado patrimônio, assustados com a instabilidade do país.

Esse êxodo funcionou como uma válvula de segurança, ajudando a restringir os custos do novo normal da Rússia. Os soviéticos geralmente impediam os descontentes de emigrar. Putin tolera isso e, de fato, até os encoraja com um discurso de “já vai tarde” e “quinta-coluna”, embora ele possa estar começando a se dar conta do problema da fuga de cérebros.

O estrato dominante não é monolítico, mas há um acordo implícito para evitar confrontos abertos sobre a estratégia de guerra. Nos bastidores, cortesãos e burocratas buscam o ouvido de Putin e culpam os outros, como descreveu Tatiana Stanovaya no boletim online *r.politika*. Putin absteve-se de purgar quadros céticos ou favoráveis à guerra, e liberais e tecnocratas se agarram a seus cargos. Na imprensa, algumas reportagens factuais sobre a guerra e as dores de cabeça que geravam são permitidas em veículos oficiais. O mercado de informações menos regulado continua sendo a internet. Embora os tribunais de conformidade tenham banido o Facebook, o Instagram e o Twitter em março, as VPN permitem que os aficionados contornem as restrições.

Um par de canais online de informação e opinião, percebidos em todos os lugares como politicamente neutros, destaca-se dos demais. Um deles é o YouTube, serviço de streaming de vídeo com sede nos EUA. O atrito com o Kremlin e as multas frequentes não o mantiveram fora do ar. O YouTube teve 85 milhões de espectadores únicos na Rússia em junho; o Rutube, chancelado pelo governo, teve 10 milhões.²⁸ A Dozhd TV transmite seu conteúdo no YouTube dos novos estúdios na Letônia, e dezenas de outras vozes ecoam para fora. O outro ativo singular é o aplicativo de bate-papo com criptografia ponta a ponta Telegram, uma criação do empreendedor de tecnologia russo Pavel Durov, com sede em Dubai. Em meados de 2022, o Telegram possuía entre 40 a 50 milhões de assinantes russos (as estimativas variam) e mantinha 426 mil canais e 39,6 mil salas de bate-papo, a maior parte delas apolítica.²⁹ Na política, o Telegram é conhecido por abrigar jornalistas críticos expulsos da mídia tradicional (o Meduza original pode estar fora do ar, mas o Meduza-LIVE, no Telegram desde 2016, resiste com mais de um milhão de fãs); por suas postagens irrestritas sobre todos os aspectos da guerra; e por abrigar falcões de guerra que querem que o exército seja mais agressivo no campo de batalha e que têm falado abertamente sobre como as forças russas têm falhado.

O Telegram é curioso por outras três razões: primeiro, houve uma tentativa *silovik* de bani-lo em 2018, que fracassou e foi repudiada em 2020. Em segundo lugar, o Telegram, como o YouTube da web aberta, provou ser tão valioso para os informantes e publicitários do regime quanto para os estrangeiros. Entre os nomes da lista de proprietários de canais conhecidos estão os pesos pesados do setor, incluindo o ex-presidente Dmitri Medvedev (agora número dois no Conselho de Segurança), o presidente da Duma Volodin, Sergei Kiriyenko (supervisor de política doméstica do governo do Kremlin), Dmitri Peskov (secretário de imprensa da Presidência), Ramzan Kadyrov (governador da Chechênia) e Vladimir Solovyov (apresentador de talk show ultranacionalista).

Há, surpreendentemente, uma terceira anomalia: o principal impulsor de conteúdo dos 46 mil canais e das 6,1 mil salas de bate-papo do Telegram na Ucrânia é ninguém menos que Volodimir Zelenski; em 1º de setembro, seu canal oficial tinha 1.022.290 inscritos.

E agora?

Em setembro de 2022, os militares ucranianos organizaram uma impressionante contraofensiva no nordeste do país. Expulsando as tropas russas de áreas de milhares de quilômetros quadrados, a manobra fez o gambito de Putin soar cada vez mais como arrogância e tornou sua posição no mundo mais solitária do que nunca. Ainda assim, em uma guerra onde nenhum dos lados claramente nocauteia, o outro provavelmente se manterá vivo por algum tempo. Assumindo que a luta e, possivelmente, negociações em torno de um acordo, arrastem-se até o próximo ano, elas coincidirão com os calendários políticos internos. Um teste decisivo viria em 2024: as eleições nacionais. Há duas agendadas na Ucrânia, para presidente, em março, e para o parlamento, em outubro; e uma na Rússia, para presidente, em março.

Na Ucrânia, o eleitorado tem um pavio notoriamente curto e reelegeu um presidente apenas uma vez desde a independência. Zelenski, tendo prometido em 2019 limitar-se a um mandato, parece empenhado em disputar um segundo. Caso seu exército vença a guerra, a reeleição deve ser fácil e haverá uma oportunidade de retomar o processo de democratização. Fora isso, nada se sabe. A perda de terreno, a destruição da infraestrutura e a fuga de civis podem tornar a logística eleitoral inviável? Zelenski ficaria tentado a cancelar as eleições e usurpar poderes ditatoriais, seja como libertador da nação ou como o homem forte que pode se dar ao luxo de assinar um acordo com a Rússia? Se ele tentar, enfrentaria um “Maidan redux”?

Na Rússia, não há oposição organizada a um presidente desde

2000. No entanto, eleições com um verniz de credibilidade, embora suave, conferiram legitimidade ao sistema. Alguns apoiadores farão quase de tudo para preservar a hegemonia em 2024. Mas poderia um deles se arriscar a desertar e remodelar o jogo, como Mikhail Gorbachev, Boris Yeltsin e Vladimir Putin fizeram, cada um à sua maneira? Há a possibilidade de um rompimento com o status quo por meios mais radicais? A resposta provisória para ambas as perguntas só pode ser “sim”.

Putin, o pai da guerra total, tem opções de escalada — entre elas, a mobilização de reservistas e recrutas em grande número (o que, segundo a lei russa, exigiria uma declaração de guerra) e, no limite, armas nucleares — que ele até agora evitou. Em teoria, ele sempre pode declarar vitória e tentar negociar uma saída. Caso sua derrota seja inequívoca, porém, ele não pode se dar ao luxo de atribuir responsabilidade a outra pessoa. Investigações internacionais sobre as atrocidades e os crimes de guerra cometidos não lhe dariam descanso. Pior do que isso, ele sabe perfeitamente que a própria sociedade russa não tem sido gentil com czares, secretários gerais e presidentes que acabam do lado perdedor de uma grande guerra que deu errado — basta lembrar da Crimeia nos anos 1850, da Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, da Primeira Guerra Mundial, do Afeganistão nos anos 1980 e da vizinha Chechênia nos anos 1990. Sendo essas as lições da história, permanece ainda em aberto se um desastre na Ucrânia levaria a Rússia à tirania, a um regime mais moderno e representativo, ou ao caos.

Notas

1. Elizabeth Kier, “Mobilizing Labor for War and Its Implications for Democracy”, *War and Democracy: Labor and the Politics of Peace* (Ithaca, NY, EUA: Cornell University Press, 2021).

2. Kier, *War and Democracy*, 2.

3. Edward D. Mansfield e Jack Snyder, “Does War Influence Democratization?” in Elizabeth Kier e Ronald R. Krebs, eds., *In War’s Wake: International Conflict and the Fate of Liberal Democracy* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010), 45. Mansfield e Snyder olharam apenas para regimes não democráticos.

4. Verbete em www.unhcr.org/ua/en/internally-displaced-persons.

5. *Ukraine Support Tracker*, www.ifw-kiel.de/topics/war-against-ukraine/ukraine-support-tracker. (Quantias expressas em euros e convertidas aqui pela taxa de câmbio de 1 junho 2022.)

6. Liam Kennedy, “Ukraine: A Divided America Seeks Moral Clarity in a War Against Democracy”, *The Conversation*, 22 abril 2022, <https://theconversation.com/ukraine-a-divided-america-seeks-moral-clarity-in-a-war-against-democracy-181806>.

7. Dados de www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp. Assuntos relacionados são discutidos a partir de dados qualitativos em Joanna Szostek e Dariya Orlova. “Understandings of Democracy and ‘Good Citizenship’ in Ukraine: Utopia for the People, Participation in Politics Not Required”, a ser publicado em *Post-Soviet Affairs* (publicado online em junho 2022).

8. Ver dados em www.kiis.com.ua/?lang=eng&cat=reports&id=1074&page=1.

9. Transparency International Ukraine, “Corruption Perceptions Index 2021”, <https://cpi.ti-ukraine.org/en/>.

10. “RSF Urges the Ukrainian Authorities to Lift Arbitrary Restrictions on Reporters in the Field”, Reporters Without Borders, 1 julho 2022, <https://rsf.org/en/rsf-urges-ukrainian-authorities-lift-arbitrary-restrictions-reporters-field>.

11. Ver <https://cje.org.ua/statements/zayava-shchodo-neprypustymosti-tysku-i-zastosuvannia-podviynikh-standativ-do-zhurnalistiv-iaki-vysvitliuiut-viynu/>.

12. Lucan Ahmad Way, “Ukraine’s Post-Maidan Struggles: Free Speech in a Time of War”, *Journal of Democracy* 30 (July 2019), 54–55.

13. Ver Mykhailo Minakov, “Just Like All the Others: The End of the Zelensky Alternative?” *Kennan Institute Focus Ukraine* blog, 2 novembro 2021, www.wilsoncenter.org/blog-post/just-all-others-end-zelensky-alternative.

14. Dados do National Democratic Institute (NDI), “Mozhlyvosti ta pereshkodi na shlyakhu demokratichnogo perekhodu Ukrayinu” [Oportunidades e obstáculos no caminho da transição democrática da Ucrânia], pesquisa realizada em 2–11 maio 2022; “WSJ/NORC [Wall Street Journal/National Opinion Research Center] Ukraine Poll June 2022”, conduzida em 9–13 junho 2022.

15. NDI, “Mozhlyvosti ta pereshkodi”.

16. Henry E. Hale, “Eurasian Polities as Hybrid Regimes: The Case of Putin’s Russia”, *Journal of Eurasian Studies* 1 (janeiro 2010): 33. Ver também Steven Levitsky e Lucan A. Way, *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010); Nikolay Petrov, Maria Lipman, e Henry E. Hale, “Three Dilemmas of Hybrid Regime Governance: Russia from Putin to Putin”, *Post-Soviet Affairs* 30 (janeiro 2014): 1–26; e Timothy J. Colton, “Regimeness, Hybridity, and Russian System Building as an Educative Project”, *Comparative Politics* 50 (abril 2018): 455–73.

17. Jonathan Becker, “Russia and the New Authoritarians”, *Demokratizatsiya* 22, no. 2 (2014): 199.

18. A Constituição foi alterada para permitir no máximo dois mandatos presidenciais, mas uma emenda zerou novamente o placar para Putin (e Dmitri Medvedev, presidente de 2008 a 2012) em 2024. Putin agora pode disputar a reeleição para um mandato de seis anos em 2024 e novamente em 2030, o que significa que ele poderia se manter como presidente até 2036.

19. Os dados nesta seção foram tirados de “Svodka antivoyennykh repressii” [Resumo das repressões antiguerra], <https://data.ovdinfo.org/svodka-antivoennyh-repressiy-polgoda-voyny#6at> e <https://data.ovdinfo.org/svodka-antivoennih-sobytyiy-iyul-2022#1>. O valor 16.347 inclui detenções, não pessoas, já que algumas pessoas foram detidas mais de uma vez.

20. Natalya Sindeyeva da Dozhd, citada em “Key Russian Liberal Media Close, Suspend Operations Amid Kremlin War Crackdown”, *France 24*, 3 março 2022, www.france24.com/en/live-news/20220303-key-russian-liberal-media-close-suspend-operations-amid-kremlin-war-crackdown.

21. Vyacheslav Volodin, “Resheniia Yevropeiskogo suda po pravam chelovaka ispolnyat’sya ne budut” [As decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos não serão implementadas], <http://duma.gov.ru/news/54493>. A Rússia diz que honrará decisões judiciais tomadas antes de 15 de março, mas pagará penalidades apenas em rublos.

22. *Novosti Gosudarstvennoi Dumy*, 30 junho 2022, <http://duma.gov.ru/news/54760/>.

23. Dados de www.levada.ru/en/2022/08/17/conflict-with-ukraine-july-2022/.

24. Dados de <https://meduza.io/feature/2022/07/12/meduza-uznala-rezultaty-zakrytogo-oprosa-vtsiom-provedennogo-po-zakazu-kremlya-po-ego-dannym-30-rossiyan-schitayut-chto-voynu-nuzhno-ostanovit-priamo-seychas>; e <https://thebell.io/zakrytyy-oprosvtsiom-pokazal-razdelenie-mneniya-rossiyan-o-voyne-porovnu>.

25. Valerie Hopkins, “‘Nothing Has Really Changed’: In Moscow, the Fighting Is a World Away”, *Nova York Times*, 6 setembro 2022.

26. Há 250 jornalistas russos em Riga, Letônia, sozinhos. Sou grato à repórter e editora Yevgeniya Albats pelas informações sobre esses deslocamentos.

27. Sarah L. Kaufman, “Bolshoi Star Ballerina Quits Famed Moscow Company”, *Washington Post*, 16 março 2022.

28. Sam Schechner, Miles Kruppa, e Evan Gershkovich, “How YouTube Keeps Broadcasting Inside Russia’s Digital Iron Curtain”, *Wall Street Journal*, 9 agosto 2022.

29. As estatísticas vêm de <https://tgstat.com/ru>. Para discussão em inglês, ver Valeriya Safronova, Neil MacFarquhar, e Adam Satariano, “Where Russians Turn for Uncensored News on Ukraine”, *New York Times*, 16 abril 2022.

Propaganda digital: o poder dos influenciadores

Samuel C. Woolley

*Samuel C. Woolley é professor-assistente de jornalismo e diretor do Laboratório de Pesquisa de Propaganda do Center for Media Engagement da Universidade do Texas em Austin. Seu livro mais recente é *The Reality Game: How the Next Wave of Technology Will Break the Truth [O jogo da realidade: como a próxima onda tecnológica destruirá a verdade]* (2020).*

A Ucrânia tem sido há muito um prenúncio de uma estratégia avançada de desinformação e propaganda: seus cidadãos têm enfrentado campanhas sistemáticas de influência nas redes sociais durante a maior parte do século 21. Esses esforços são difíceis de detectar e envolvem um aparentemente interminável vai-e-vem entre os novos meios de comunicação e os veículos tradicionais, um incansável e cansativo ciclo vicioso de teorias da conspiração e confusão nas plataformas de rede social e em canais de rádio e televisão. A Ucrânia tem sido um alvo constante de esforços de propaganda híbrida, computacional e em rede, que empregam cada vez mais tecnologias e estratégias inovadoras.¹

A Rússia é indiscutivelmente o instigador de grande parte da manipulação de informação na Ucrânia. Inúmeros estudos já mostraram como o Kremlin, sob a direção astuta do presidente Vladimir Putin e seu exército de propagandistas, tem travado uma ofensiva informacio-

*Publicado originalmente como “Digital Propaganda: the power of influencers”, *Journal of Democracy*, July 2022, Volume 33, Number 3 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

nal da Rússia contra seu vizinho a sudoeste, com consequências reais e devastadoras:² a Ucrânia viu um aumento do extremismo violento e ampliação do separatismo russo, especialmente na região fronteiriça de Donbass.³ Em resposta, o país desenvolveu inúmeros e inovadores esforços para verificar, desmentir e combater falsidades online.

A invasão do país por Putin trouxe à tona essa dinâmica. Por um lado, as redes sociais e as tecnologias de assistência são centrais para as campanhas hostis de desinformação transfronteiriça. Por outro lado, essas inovações são cruciais para a comunicação e a organização entre os ucranianos, que lutam para expulsar aqueles que invadiram seu país. Os ucranianos fizeram intenso uso de aplicativos de mensagens instantâneas criptografadas, incluindo Viber, Telegram, Signal e WhatsApp, para compartilhar de forma mais eficaz, privada e segura notícias e informações críticas. Também utilizaram plataformas digitais mais públicas, como Facebook, Twitter e YouTube, para disseminar histórias, vídeos e imagens de atrocidades russas para audiências estrangeiras e internas, a fim de angariar apoio para a resistência.

De maneira trágica e inevitável, a guerra na Ucrânia levou a terríveis perdas de vida humana e a uma série de violações dos direitos humanos. Também acentuou a preocupação quanto aos perigos relacionados à politização das mentiras digitais. É claro que tais preocupações têm sido parte importante do *Zeitgeist* global desde bem antes dos escândalos da *Cambridge Analytica* e da Rússia nas eleições norte-americanas de 2016. De fato, a crescente onda de manobras de influência online começou a circular em plataformas de rede social já em 2004.⁴ E muitos regimes autoritários vêm aprimorando seus modelos particulares de controle digital desde a chegada da internet em suas fronteiras. Os regimes da Arábia Saudita, China, Cingapura, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Myanmar, Rússia, Vietnã e outros vêm desenvolvendo sistemas online sob medida para reforçar seu poder por décadas.⁵ A propaganda online não é novidade, mas certamente vem se transformando e se espalhando.

Muitas democracias promissoras já foram vítimas de campanhas de influência e de desinformação virulenta. No Brasil, o chamado “gabinete do ódio” do presidente Jair Bolsonaro (uma fábrica clandestina de *trolls* da internet supostamente administrada por seus familiares e equipe de assessores) coordenou campanhas de ódio patrocinadas pelo Estado, *bots* (robôs) ou contas automatizadas nas redes sociais e mentiras digitais contra jornalistas, líderes da sociedade civil e o público mais amplo.⁶ Hungria, Índia, Mali, Filipinas e Turquia têm experimentado retrocessos em direção ao iliberalismo impulsionados em parte pelo nítido controle de seus líderes sobre seus ambientes informacionais. Ao mesmo tempo, democracias consolidadas como o Reino Unido e os Estados Unidos foram abaladas pela disseminação desenfreada de falsidade institucionalizada — particularmente em torno do referendo do *Brexit* de 2016 e das tentativas infundadas de Donald Trump de anular as eleições presidenciais de 2020.

Por que a desinformação e a propaganda surgiram com força renovada em todo o mundo na última década? Como Larry Diamond apontou nestas páginas*, a democracia passou de ressurgente, na década de 1990, para uma situação de perigo, atualmente.⁷ A guinada recente em direção ao autoritarismo está indissociavelmente ligada ao surgimento da desinformação digital. Mas pode ser difícil saber onde uma dinâmica começa e a outra termina — ou qual gerou a outra. As duas se alimentam uma da outra, e os fatores interconectados que proporcionam sua ascensão são culturais, políticos e econômicos. Essas dinâmicas também são afetadas por fatores regionais e globais. O recrudescimento do autoritarismo e da desinformação tem ocorrido devido a complexas transformações tecnossociais causadas não apenas pela mudança de governantes e no ambiente de mídia global, mas também por efeitos de segunda e de terceira ordem difíceis de se detectar de operações de influência online.⁸

* Nota do editor brasileiro: o artigo “O arco da democracia: do renascimento à ameaça”, de Larry Diamond, foi publicado no *Journal of Democracy* em Português em junho de 2022 (Vol. 11, Nº 1).

Ao mesmo tempo, organizações e indivíduos poderosos em todo o mundo normalizaram o uso de redes sociais e de tecnologias de comunicação online para seus próprios fins nefastos. A dinâmica das redes sociais e o ecossistema descentralizado da internet, que antes eram vistos por muitos como ferramentas aparentemente inevitáveis de liberdade e de democracia, passaram a ser usados para a manipulação da opinião pública. Plataformas como Facebook e Google, apesar das tentativas de se apresentarem como neutras, foram programadas com os vieses do Vale do Silício.⁹ E seus algoritmos de tomada de decisão e ecossistemas de comunicação continuam sendo regularmente cooptados para a manipulação política e psicológica, assim como as ferramentas de mídia antes deles.

As redes sociais e os mecanismos de busca da internet oferecem, de maneira sistemática, desinformação e hipérbole em lugar de fatos e bom senso, e o fazem em uma escala impensável nos tempos de Gutenberg ou de Gilgamesh.

Isso não significa que a organização e o ativismo democráticos não sejam mais proporcionados pela internet, mas, sim, que foram profundamente afetados na maioria dos espaços de comunicação digital. Muitos pesquisadores, jornalistas e especialistas têm argumentado que as mesmas tecnologias e táticas destinadas a manipular a opinião pública online para causas autoritárias podem — e até mesmo devem — ser adotadas para as causas mais democráticas. Para tanto, os analistas da RAND Corporation afirmam que a “metralhadora de mentiras” digital da Rússia não pode ser combatida com a “pistola d’água da verdade”. Eles defendem vários meios de combater esse dilúvio de desinformação, que vai desde a exposição dos usuários de internet ao conteúdo “correto” até “manobras de guerra eletrônica ou ciberguerra”.¹⁰ Pesqui-

sadores de educação e comunicação digital apontam que os *chatbots* (muitas vezes associados às atuais campanhas de propaganda nas redes sociais) podem se tornar verdadeiros andaimes cívicos automatizados para melhorar e personalizar o aprendizado e têm sido usados em contextos reais.¹¹

Mas há muitas desvantagens potenciais de combater o fogo com fogo (ou automação com automação) online. Esforços amplificados para difundir a democracia ou conter o autoritarismo, por mais bem intencionados que sejam, correm o risco de alienar e irritar ainda mais as pessoas já exaustas do frenético mundo online, do *spam* e da mentira. Isso é especialmente verdadeiro caso essas campanhas de propaganda democrática não forem transparentes sobre suas origens. Confiança é um recurso escasso e precioso na internet e os usuários não gostam de ser enganados ou bombardeados, não importa a fonte.

Como a desinformação e a propaganda se tornaram mais difundidas e poderosas do que eram durante a era da televisão e do rádio? Sem dúvida, a internet permitiu que aqueles que queriam manipular o fluxo de informações pudessem fazê-lo em uma escala transnacional massiva. Esses propagandistas empregam tecnologias caracterizadas pela automação e pela amplificação. Devemos também reconhecer, no entanto, que a Alphabet (controladora do Google e do YouTube), a Meta (controladora do Facebook) e outros conglomerados multinacionais projetaram seus ecossistemas de redes sociais para manter as pessoas engajadas a todo custo. Assim, o Facebook e o YouTube foram construídos para priorizar a venda de anúncios e de dados pessoais dos usuários e não a proteção da democracia e dos direitos humanos. Isso significa que seus destaques e recomendações — exibidos diariamente para bilhões de pessoas — promovem sensacionalismo e teorias conspiratórias.

Obviamente, esses são tipos de narrativas que venderam e se espalharam desde a introdução da imprensa e, sem dúvida, desde o alvorecer da civilização. Mas as redes sociais e os mecanismos de busca da

internet oferecem, de maneira sistemática, desinformação e hipérbole em lugar de fatos e bom senso, e o fazem em uma escala impensável nos tempos de Gutenberg ou de Gilgamesh. A propaganda de hoje é diferente de tudo o que o mundo já viu e, muitas vezes, é impossível saber quem está por trás disso. O conteúdo propagandístico é anonimizado por meio de uma criptografia inquebrável e amplificado por intermediários difíceis de monitorar até mesmo na mais pública das plataformas de rede social.

A evolução da influência online: três dinâmicas

Como as táticas e as tecnologias da desinformação e da propaganda de hoje estão mudando de forma a tornar as operações de influência online mais dinâmicas e poderosas? Embora tenha havido pouca mudança em larga escala nas ferramentas de mídia digital na última década, os propagandistas continuaram a inovar. De fato, muitos desses avanços foram estimulados pelas tentativas frenéticas e fragmentadas das grandes plataformas de rede social de controlar o que eram, até recentemente, espaços online não regulamentados repletos de *bots* e contas inautênticas que semeiam mentiras perniciosas e outros conteúdos nocivos. Os propagandistas trabalham para se manter à frente da regulamentação que tenta conter seus esforços e buscam tirar proveito de quaisquer brechas em sua implementação. Eles são pragmáticos, usando as ferramentas mais baratas e prontamente disponíveis. Quando possível, por exemplo, optam por tecnologias relativamente simples, como um software caseiro de edição de vídeo, para editar de maneira bastante seletiva um clipe de seus opositores em vez de usar um software complexo de “*deep fake*” para criar um conteúdo falso.¹²

Desde 2019, a equipe que lidero no Laboratório de Pesquisa de Propaganda, um projeto do *Center for Media Engagement* da Universidade do Texas em Austin, vem estudando como os produtores de

campanhas de manipulação de informação na internet estão se adaptando para evitar a detecção por reguladores, moderadores e verificadores de conteúdo.¹³ Essas adaptações foram estimuladas em parte pelos esforços tímidos das plataformas de rede social para reprimir ferramentas mais simples, como contas de *bots*. Com isso em mente, minha equipe e eu nos concentramos em analisar como a propaganda se espalha usando novas ferramentas de mídia digital pouco estudadas e cada vez mais importantes politicamente.

Entre elas estão aplicativos de mensagens instantâneas que oferecem várias formas de comunicação criptografada, como o WhatsApp da Meta, bem como o Viber, o LINE, o KakaoTalk e o Telegram; espaços privados, como mensagens ponta a ponta e mensagens privadas; *clones* especializados de plataformas populares de rede social, incluindo Gab, Gettr, Parler e Rumble;¹⁴ mercados de dados, dispositivos de geolocalização e tecnologias de vigilância; e inteligência artificial (IA) e tecnologias de realidade estendida (na medida em que se relacionam com o fluxo de informações). Analisamos as pessoas que fazem e monitoram desinformação e propaganda usando essas tecnologias — o que significa que conversamos e estudamos operadores de fábricas de *trolls*, bem como grupos de fiscalização e controle que buscam reprimi-las. Nossa preocupação são as novas táticas e estratégias que estão sendo adotadas para manipular a opinião pública online.

Nossa pesquisa é internacional no escopo e focamos principalmente em monitorar propaganda durante eleições, crises de segurança e outros eventos cruciais — estudos anteriores sugerem que os esforços de influência online são particularmente prevalentes nesses tempos.¹⁵ Nossos estudos de caso exploram novos esforços de manipulação política online em doze países: Brasil, Egito, Eritreia, Estados Unidos, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, México, Myanmar, Turquia e Ucrânia. Entrevistamos mais de setenta pessoas com relevante experiência nesses países para comparar casos. Com isso, identificamos três

dinâmicas primárias e interrelacionadas na evolução da propaganda e desinformação online e outras formas de operações coordenadas de influência digital em todo o mundo:

Em primeiro lugar, as operações de influência online estão trocando as ferramentas e estratégias “inorgânicas” por outras “semiorgânicas”. Em outras palavras, quando possível, os propagandistas agora implementam exércitos organizados de pessoas reais ou de contas semiautomatizadas de redes sociais, em vez de *bots* totalmente automatizados (que não usam IA).

Em segundo lugar, e de maneira fortemente relacionada à primeira dinâmica, os propagandistas estão agora contratando influenciadores de redes sociais para impulsionar seus ataques políticos online. Entrevistamos funcionários de inúmeras empresas de marketing de rede social que organizam e alugam listas de usuários populares como promotores online para campanhas de informação (ou de desinformação). Essas empresas gostam particularmente de alavancar “nanoinfluenciadores”, que têm menos de dez mil seguidores cada. Nossos entrevistados relatam que os nanoinfluenciadores produzem um efeito mais localizado, mas potente entre seus seguidores.

Em terceiro lugar, os aplicativos de mensagens criptografadas (EMA, em inglês) populares e os aplicativos de mensagens privadas estão desempenhando um papel cada vez mais importante nos esforços globais de influência. A segurança dessas plataformas torna a propaganda e a desinformação muito mais difíceis de se monitorar. Uma dessas plataformas, o WhatsApp, oferece espaços para mensagens mais íntimas, onde as pessoas geralmente se comunicam com amigos, familiares ou comunidades de interesse. Assim, semelhante ao conteúdo de nanoinfluenciadores, as operações de influência no WhatsApp e similares são mais convincentes porque a propaganda se espalha por meio dos relacionamentos comuns dos usuários entre si e com propagandistas.

De campanhas inorgânicas a semiorgânicas

As contas de *bots* políticos ainda desempenham, sem dúvida, um papel crucial na propaganda automatizada (ou “computacional”),¹⁶ mas, agora, são mais frequentemente usadas de maneira complementar a ferramentas e estratégias mais naturais e mais difíceis de se detectar. Campanhas de influência online que datam de 2010 têm contado com grandes grupos de contas automatizadas de redes sociais, com usuários falsos ou identidades roubadas, para espalhar conteúdo de propaganda, fazendo com que pareçam muito mais populares do que realmente são.¹⁷ Assim, os propagandistas enganam os algoritmos das redes sociais, que impulsionam essas postagens aparentemente “em alta” ou virais. Essas operações visam transformar a desinformação (*disinformation*, disseminação proposital de conteúdo falso) na disseminação acidental de informações falsas (*misinformation*), à medida que as postagens virais são captadas e compartilhadas por usuários desavisados em um efeito adesão (*bandwagon effect*).

Os esforços de pesquisadores e jornalistas para revelar amplas campanhas de propaganda envolvendo *bots* e as tentativas das empresas de rede social de combater essa automação maliciosa têm atrapalhado as campanhas políticas mais óbvias. Por isso, em vez de basear totalmente suas campanhas em operações de automação — inorgânicas, não humanas e rigorosamente coordenadas —, aqueles que manipulam o sentimento público online e os fluxos de comunicação política estão combinando o trabalho humano e de *bots* de maneira mais efetiva.

Muitos dos propagandistas profissionais que minha equipe entrevistou disseram que alterações relativamente simples em seus procedimentos operacionais os ajudaram a enganar os mecanismos de detecção. Por exemplo, em vez de usar apenas software automatizado pré-programado para acessar plataformas de rede social e produzir postagens, eles agora empregam grupos de pessoas para acessar esporadicamente cada uma de suas contas de rede social manualmente

e postar ao longo da semana. Nossos entrevistados não descartaram completamente a automação porque ela continua sendo útil para amplificação e escala, mas a atividade humana periódica em suas contas falsas pode despistar algoritmos de detecção de atividades inorgânicas. Frequentemente, quando as contas de propaganda caem na área cinzenta por serem semiautomatizadas (ou semiorgânicas), elas evitam o temido banimento.

A automação também pode ser combinada com humanos. Um entrevistado, dono de vários grandes sites para a geração de memes (tipo de conteúdo online facilmente compartilhado e disseminado), explicou como ele usa *bots* do Telegram para coordenar seu grupo de mais de mil propagandistas humanos pagos. Quando ele quer que as pessoas compartilhem um meme para um cliente, tudo o que tem que fazer é deixá-lo com um bot que o compartilha com cada um de seus mil chats do Telegram — um para cada propagandista, poupando-os de ter que fazer login em cada chat manualmente. Cada propagandista pago tem contas de memes altamente populares nas redes sociais (conhecidas como “páginas de memes”), onde compartilham seu conteúdo — seja humorístico, político ou de outro tipo —, ampliando sua exposição. Ele afirma ter divulgado mais de setenta mil posts patrocinados em dez países diferentes nos últimos dois anos, gerando cinco bilhões de visualizações (ou “impressões”) por usuários de rede social. Em outras palavras, ele conclui: “É realmente impressionante a escala do que alguém consegue fazer por meio de páginas de meme.”

Os dias em que as empresas de propaganda digital precisam manter dezenas de milhares de contas próprias, sejam elas baseadas ou não em *bots*, estão contados. Em vez disso, eles empregam cada vez mais estratégias de compartilhamento semiorgânico, contando com redes distribuídas que combinam suas próprias contas, contas contratadas e contas (involuntárias) de outros usuários. Em muitos casos, as empresas empregam um quadro menor de perfis bem-posicionados para

postar mensagens provocativas nos lugares certos. Eles semeiam informações onde usuários “reais” gastam seu tempo, circulando memes políticos em grupos populares do Facebook, em coleções específicas de chats do Telegram ou com uma *hashtag* específica do TikTok. As empresas buscam fazer com que os usuários comuns peguem as informações e compartilhem-nas por conta própria.

Por meio de tais mecanismos semiorgânicos é possível ser disseminado mais do que conteúdo falso — hipoteticamente, essa tática poderia espalhar uma grande variedade de tipos de mensagens, desde que o conteúdo seja persuasivo o suficiente para fazer com que as pessoas queiram compartilhá-lo. O CEO de uma empresa de marketing digital afirmou que sua organização “poderia gerar centenas de milhões de impressões sobre as vacinas contra a Covid-19, dizendo às pessoas por que elas deveriam tomá-la”. Ele nos disse que a principal razão pela qual ele ainda não tinha feito isso foi não ter um cliente interessado.

Governos, corporações, ONGs, grupos extremistas e partidos políticos em todo o mundo agora usam campanhas de propaganda online meio-humanas e meio-bot. Entrevistados no Egito descreveram campanhas de rede social iniciadas pelo governo que fizeram uso de táticas semiorgânicas para atacar e difamar adversários estrangeiros. Eles nos disseram que empresas profissionais de marketing online foram contratadas para empregar estratégias semiorgânicas em coordenação com grupos nos Emirados Árabes Unidos e na Arábia Saudita para disseminar, por meio das redes sociais, alegações de que o Irã, a Turquia e o Catar patrocinam o terrorismo, são moralmente corruptos e cometem violações dos direitos humanos.

Um ex-congressista filipino e especialista em segurança nos disse que, em 2019, a propaganda online nas Filipinas havia migrado de campanhas majoritariamente impulsionadas por *bots* para grupos coordenados de pequenos influenciadores humanos e *bots*. Grupos políticos nas Filipinas pagaram “atraentes influenciadores de estilo

de vida” para postar seu conteúdo, a fim de torná-lo mais autêntico. Muitos desses influenciadores contavam com *bots* para inflar artificialmente seu número de seguidores.

Esses nanoinfluenciadores são componentes cruciais das operações de propaganda semiorgânica. Esta é outra dinâmica global que minha equipe tem observado nos últimos três anos: a ascensão do nanoinfluenciador político ou partidário. Um entrevistado chamou os influenciadores de pequena escala de “organizadores de comunidades de base de hoje” e de “mensageiros de confiança” online. Enquanto os megainfluenciadores (cujo número de seguidores excede cem mil) eram bons em obter muitas visualizações para uma mensagem específica, os nanoinfluenciadores eram muito melhores em gerar confiança e engajamento genuíno com usuários comuns. Assim como em contas semiautomatizadas, os propagandistas implantam grupos de nanoinfluenciadores patrocinados para dar a ilusão de autenticidade — da comunicação online orgânica. Quando alavancado por grupos políticos organizados, no entanto, o uso de nanoinfluenciadores é mais semelhante ao *astroturfing** partidário do que à verdadeira organização de base.

A ascensão dos influenciadores políticos

Muitas campanhas políticas e outras organizações politicamente motivadas nas Filipinas, no México, nos Estados Unidos e em vários dos outros países que estudamos nos disseram que trabalham com influenciadores de redes sociais para espalhar mensagens sobre um tema ou candidato específico. Um entrevistado que dirige uma empresa de marketing de influenciadores políticos nos Estados Unidos disse que sua empresa vê o uso de influenciadores humanos reais como um con-

* N.T. *Astroturfing* é a prática de mascarar os patrocinadores de uma mensagem ou organização, fazendo-a parecer ter se originado em movimentos populares espontâneos. O nome deriva de uma marca de grama sintética, fazendo um trocadilho com *grassroots* (“de base” ou “de raiz” ou, literalmente, “raízes de grama”).

traponto aos *bots*, *trolls* e campanhas de desinformação de seus opositores políticos. A maioria dos cerca de três milhões de influenciadores (a maioria dos quais são nanoinfluenciadores) que ele disponibiliza para aluguel em seu portfólio só concordam em espalhar mensagens, endossar pontos de vista ou apoiar candidatos em que eles já acreditam. O problema, no entanto, é que isso aparentemente está longe de ser a regra. Muitos influenciadores em todo o mundo estão espalhando conteúdo político simplesmente porque são pagos para fazê-lo — às vezes, com dinheiro real, mas também com prestígio político, brindes de campanha ou acesso direto a um poderoso representante eleito.

Além disso, não é incomum que influenciadores políticos evitem afirmar claramente que uma determinada postagem é patrocinada por um grupo político. Dependendo de quem está pagando, um influenciador também pode espalhar conteúdo político sensacionalista ou enganoso. Nesses casos — e em muitos outros —, o uso de influenciadores políticos pagos equivale à propaganda computacional por outros meios que não os *bots*, as contas inautênticas e as fábricas de *trolls*.

O uso pelas organizações de influenciadores políticos pagos e coordenados é uma progressão lógica da manipulação digital — ele afasta aqueles que buscam manipular a opinião pública do emprego de *bots* políticos. Os propagandistas não precisam mais contar com *bots* para ampliar os esforços de encontrar e se comunicar com usuários humanos. Na verdade, mesmo os *bots* de hoje são bastante fáceis de detectar em conversas online. Por causa disso, robôs mais rudimentares nunca foram particularmente capazes de conquistar corações e mentes. Frequentemente, o objetivo daqueles que implantam exércitos de *bots* é enganar os algoritmos de recomendação, fazendo-os entender algo como popular devido à grande quantidade de tráfego gerado. Grupos de *bots* coordenados que espalham mensagens (mesmo que repetitivas) também podem ser efetivos para atacar ou *trollar* usuários específicos, o que pode fazer com que se silenciem sobre um determi-

nado assunto ou até mesmo que saiam de uma plataforma de rede social. Influenciadores políticos, por outro lado, podem ser persuasivos e atrair públicos específicos.

Em última análise, pagar influenciadores políticos para espalhar uma mensagem partidária ou endossar um candidato oferece aos propagandistas uma nova maneira de camuflar seus esforços de manipulação e evitar detecção: Mensagens disseminadas por usuários humanos são incrivelmente difíceis de serem classificadas como orgânicas ou inorgânicas. Influenciadores pagos também dão a campanhas políticas e a outros atores uma alternativa aos painéis publicitários tradicionais. Como os pagamentos a influenciadores políticos geralmente ocorrem fora da plataforma de rede social onde o conteúdo patrocinado é postado, pode ser muito difícil para as empresas de rede social aplicarem suas próprias regras para que o conteúdo patrocinado seja identificado. A falta de transparência dos influenciadores sobre as postagens políticas pagas também traz implicações para as leis de financiamento de campanha.

Os nanoinfluenciadores são especialmente úteis para os entes políticos porque oferecem uma forma de relacionamento localizada e de base comunitária.

Os nanoinfluenciadores são especialmente úteis para entes políticos porque oferecem uma forma de relacionamento localizada e de base comunitária. Eles são mais efetivos em permitir uma organização política relacional, boca a boca, que soa para os usuários comuns como mais genuína e confiável do que a propaganda política tradicional nas redes sociais ou (obviamente) a desinformação baseada em *bots*. Um estrategista digital que entrevistamos explicou a capacidade relacional dos nanoinfluenciadores de espalhar mensagens sobre questões relacionadas à Covid-19:

Estamos recrutando trabalhadores da linha de frente, que são criadores de conteúdo e influenciadores sociais, para contar suas histórias pessoais. Assim, temos subconjuntos de microinfluenciadores que estão compartilhando suas interações pessoais e experiências com esses trabalhadores da linha de frente. Pense nisso como anéis concêntricos. [...] Isso mostra a especificidade com que você pode criar narrativas poderosas, emocionais, pessoais e muitas vezes locais para responder ou se adiantar a algo além do que está no seu horizonte.

Em outros casos, nanoinfluenciadores políticos são contratados para impulsionar candidatos políticos com visões extremas. Um funcionário de uma empresa de influenciadores políticos creditou a ascensão de políticos de extrema-direita habilidosos nas redes sociais, nos Estados Unidos e em outras democracias, a “influenciadores que os exaltaram e construíram seu perfil online”. Nesses casos, os candidatos não precisavam ser amplamente conhecidos ou ter o apoio de entidades conhecidas — eles poderiam contar com a tração online gerada por influenciadores para ganhar a eleição. Além disso, os influenciadores que ele alugou para esses e outros candidatos e causas geraram mais engajamento e custaram menos do que outras estratégias de marketing online, como anúncios tradicionais ou *bots*.

Minha equipe e eu catalogamos até agora quatro importantes maneiras pelas quais os grupos alavancam os influenciadores políticos: 1) cooptando e redirecionando discussões políticas orgânicas, por exemplo, inflamando e manipulando conversas em grupos do Facebook ou do WhatsApp; 2) apoiando movimentos sobre temas específicos [como em torno da mudança climática]; 3) promovendo posições políticas específicas, incluindo as mais extremas; e 4) endossando candidatos políticos específicos. Identificamos exemplos desses métodos em diversos países no nível local, regional e nacional.

Essencialmente, notamos algumas lacunas na lógica por trás da utilização de influenciadores políticos. Alguns dos estrategistas políti-

cos e profissionais de marketing relataram enfrentar sérios desafios na medição da eficiência ou eficácia dos influenciadores — embora nossos entrevistados estivessem convencidos de que os influenciadores humanos eram mais potentes do que *bots* ou outras ferramentas. Mas muitas das empresas e indivíduos que entrevistamos disseram que tiveram dificuldade em construir, manter e gerenciar grandes redes de influenciadores. No entanto, vários deles, incluindo o diretor de uma grande empresa de influenciadores com sede nos EUA mencionada anteriormente, alegaram administrar redes de influenciadores políticos de milhões de pessoas. Em outros casos, observamos grupos de influenciadores políticos espalhando mensagens idênticas — tal qual os *bots*. É possível que seus empregadores lhes tenham enviado um roteiro que eles precisavam personalizar, e eles simplesmente não o fizeram. Seja qual for a razão, essa repetição é algo fácil de as empresas de rede social identificarem e controlarem. Muitos influenciadores políticos coordenados também usaram as mesmas *hashtags* personalizadas — tanto quando divulgaram conteúdo político patrocinado como quando não o fizeram. Este pode ser outro meio de rastrear campanhas pagas não declaradas e prevenir o tráfego inorgânico.

Manipulação criptografada

Devido à natureza criptografada de muitos aplicativos de mensagens — e à relutância das empresas de rede social em compartilhar dados com pesquisadores independentes —, ainda estamos desenvolvendo nossa compreensão de como a propaganda e a desinformação se desenvolvem no Facebook e no YouTube. Os aplicativos de mensagens criptografadas (EMA) e os aplicativos de mensagens privadas são ainda mais difíceis de se estudar. Embora o Twitter tenha historicamente permitido aos usuários acessar uma quantidade definida de dados sobre um determinado tópico e o Facebook facilite o compartilhamento limitado de dados com pesquisadores selecionados, plataformas com criptografia de ponta a ponta, como

WhatsApp e Viber, não permitem esse tipo de acesso.¹⁸ Essas plataformas são especificamente projetadas para permitir que os usuários se comuniquem de forma segura e privada. Por um lado, ativistas de todo o mundo, particularmente em países cuja imprensa é limitada ou reprimida, dependem de tais aplicações para uma comunicação segura. Por outro lado, os EMA e os aplicativos de mensagens privadas estão despontando como vetores importantes de manipulação política em todo o mundo.¹⁹

Em todos os doze países estudados, essas aplicações desempenham um papel importante na comunicação do dia a dia. Os indianos, em particular, usam muito o WhatsApp: em 2021, havia quase meio bilhão de usuários ativos na Índia*. O WhatsApp é indiscutivelmente o principal vetor de campanhas de manipulação digital na Índia e é cada vez mais importante em todos os países discutidos neste ensaio. Na Ucrânia, o Viber e o Telegram são extremamente populares e hospedam uma grande quantidade de desinformação da Rússia e de outras fontes. No Egito, México, Filipinas e Estados Unidos, os EMA e os aplicativos de mensagens privadas são fortemente utilizados, embora em uma escala muito menor do que em países como Brasil e Índia. A popularidade desses aplicativos continua crescendo: só o WhatsApp adicionou mais de um bilhão de usuários em todo o mundo de 2016 a 2020,²⁰ e o Messenger da Meta, o WeChat, o KakaoTalk, o Signal e o LINE são cada vez mais usados para manipulação política.

Mas a falta de acesso dos pesquisadores aos dados, particularmente aos grandes conjuntos de dados úteis para análises quantitativas e computacionais, dificulta o estudo desses espaços. Com isso em mente, minha equipe se concentrou em entrevistas para entender como os EMA e os aplicativos de mensagens privadas são usados para semear conteúdo político falso e coercitivo. Identificamos três importantes temas comparativos nos países que estudamos.

* Nota do editor brasileiro: pesquisa realizada pelo Datafolha em março de 2022 junto a um universo de 1.918 internautas revelou que 92% dos brasileiros utilizam o WhatsApp. Segundo pesquisa Digital Media 2022, cerca de 165 milhões de brasileiros utilizam o serviço de mensagens.

Primeiro, os EMA e os aplicativos de mensagens privadas — assim como os nanoinfluenciadores — são particularmente efetivos na disseminação de conteúdo manipulador por meio da organização relacional e das conexões pessoais mais próximas. No WhatsApp, por exemplo, os grupos — até recentemente limitados a 256 participantes, mas agora limitados a 512 — geralmente são compostos por amigos, familiares ou indivíduos que compartilham um interesse comum. A intimidade do WhatsApp significa que as informações espalhadas na plataforma podem ser particularmente convincentes para quem as recebe.

À primeira vista, pode parecer difícil para propagandistas invadir espaços tão íntimos. No entanto, entrevistados em vários países e, particularmente, no Brasil e na Índia, afirmaram que não é este o caso. Na verdade, muitos propagandistas passaram a confiar na velocidade com que a desinformação se transforma em disseminação não intencional de informações falsas em grupos de WhatsApp. Em outros casos, organizações políticas poderosas afirmam ter uma vantagem sobre a concorrência porque seus grupos foram agraciados por plataformas como o WhatsApp pelo princípio da anterioridade e, portanto, não estão sujeitos a regras (como as relacionadas ao recrutamento e criação e comunicação em grupo) implementadas após a criação dos grupos.

Entrevistados que espalharam propaganda pelo WhatsApp em nome do Partido do Povo Indiano (BJP) da Índia, por exemplo, disseram-nos que grupos mais antigos permitiram que eles escapassem de muitas das novas regras na plataforma. De acordo com um analista de dados do BJP, os partidos políticos indianos que aderiram ao WhatsApp em meados dos anos 2010 retiveram “milhões” desses grupos mais antigos. Mas os partidos que estão apenas começando na plataforma ou que possuem contas mais novas, que estão sujeitas às novas regras, não possuem o mesmo alcance. A plataforma, segundo ele, “construiu uma vantagem competitiva no processo político”.

Em segundo lugar, em vários países, há um processo de retroali-

mentação entre os EMA, os aplicativos de mensagens privadas e as plataformas de rede social mais públicas, incluindo Twitter, Facebook e YouTube. Na Índia e nos Estados Unidos, por exemplo, representantes eleitos nos mais altos níveis têm usado suas posições e popularidade nessas plataformas para incentivar a disseminação pelos EMA de propaganda e de desinformação — e até mesmo mencionando e celebrando conspirações populares que circulam pelos EMA em seus perfis públicos. Em outros casos, os EMA e os aplicativos de mensagens privadas servem como espaços de incubação para grupos que esperam levar suas campanhas de manipulação para mais espaços digitais públicos. Um entrevistado lembrou que, após o tiroteio em 2018 em Parkland, na Flórida, um pequeno grupo de supremacistas brancos usou o Discord e o Telegram para criar e depois espalhar desinformação na internet e até na televisão e no rádio. O grupo de ódio conseguiu que os principais meios de comunicação relatassem uma mentira que cultivavam nesses espaços privados — que o atirador era um membro de sua organização. Entrevistados no Brasil e no Egito descreveram a natureza circular da desinformação espalhada do WhatsApp ao Facebook para os meios de comunicação tradicionais. Entrevistados ucranianos disseram coisas semelhantes sobre os fluxos de propaganda do Telegram e do Viber.

Em terceiro lugar, grupos que usam os EMA para espalhar propaganda e desinformação estão cada vez mais organizados e sofisticados em seus esforços. O BJP da Índia vem trabalhando para construir uma infraestrutura política digital centrada em torno do WhatsApp há quase uma década e, agora, tem uma enorme rede de “células de TI” operando em determinadas regiões para semear ativamente propaganda partidária, ódio organizado e desinformação. Essas células possuem uma estrutura de liderança de cima para baixo, e “é de conhecimento público que essas células muitas vezes compartilham em massa conteúdo planejado que foi aprovado pelo líder digital do [BJP]”.²¹ No

México, cartéis usam o WhatsApp para monitorar e atacar vítimas — mesmo fora das fronteiras do país. Nos Estados Unidos, grupos extremistas cada vez mais empregam o Telegram e o Signal para coordenar e organizar tanto a propaganda online quanto ações offline. Na Ucrânia, tanto grupos pró-Ucrânia quanto pró-Rússia usam o Telegram, o Viber e o WhatsApp para executar campanhas complexas de propaganda — e com uma ferocidade crescente durante o conflito atual.

Parando a circulação

Os propagandistas mais eficazes são especialistas em ficar um passo à frente das tentativas de conter suas operações de influência. Estão constantemente elaborando novos mecanismos para manipular a opinião pública. Sempre procuram expandir-se para novos espaços de comunicação — especialmente se as populações vulneráveis passam tempo nelas. Na próxima década, grupos de propaganda continuarão a desenvolver e crescer seus programas tanto em plataformas de rede social mais tradicionais, como Facebook, Twitter e YouTube, quanto em espaços de comunicação digital cada vez mais populares, incluindo Telegram, Viber, TikTok, Clubhouse, Discord e Twitch. É crucial que aqueles que combatem a desinformação monitorem vários canais de mídia e prestem particular atenção aos espaços informacionais emergentes. A mídia emergente é, afinal, mais maleável, para o bem e para o mal — e pode ser mais efetivamente protegida das formas mais prejudiciais de propaganda antes que elas se apoderem completamente de sua plataforma.

Qualquer solução que vise combater a propaganda online está repleta de julgamentos de valor daqueles que as implementam. Dito de outra forma, é quase impossível ser neutro na implementação de contramedidas contra a desinformação política. Afinal, a própria democracia é uma forma de governo idealmente construída em torno dos

valores de justiça, liberdade e igualdade. Governos e outras instituições que lutam contra o mar de falsidade digital, mentiras e manipulações devem ser claros sobre os valores que movem essas campanhas, especialmente quando os autocratas estão por trás delas.

Embora seja verdade que os EMA são agora ferramentas populares em todo o mundo para a propaganda organizada, também é verdade que eles continuam a ser ferramentas cruciais para ativistas democráticos e aqueles que trabalham para derrubar regimes autoritários. Por isso, os defensores da democracia devem elaborar métodos para combater a desinformação e outros problemas informacionais nesses espaços que não envolvam o desmantelamento da criptografia. Por exemplo, como o WhatsApp pode criar políticas que reduzam o poder dos incontáveis grupos de propaganda na Índia, preservando os milhões de grupos que permitem todos os tipos de outras formas de comunicação? Além disso, como pesquisadores independentes e grupos de fiscalização e controle podem trabalhar com empresas para criar formas éticas de acesso a dados necessários para operações de propaganda e desinformação em EMA e aplicativos de mensagens privadas? A análise de espaços criptografados está atualmente limitada a estudos qualitativos, como o da minha equipe; outras coletas de dados exigem que os pesquisadores ingressem e monitorem grupos manualmente. Precisamos de mais métodos para analisar em larga escala as informações prejudiciais desses aplicativos de mensagens secretas.

Há uma aparente demanda por melhores regras para o gerenciamento de operações de influência semiorgânicas e o uso crescente de influenciadores políticos. Aqueles que monitoram a desinformação e outras formas de propaganda online podem procurar pontos transitórios onde os *bots* e o trabalho humano se encontram, pois isso geralmente indica o início de campanhas de propaganda. As plataformas de rede social também devem permanecer atentas e construir meios mais sofisticados para analisar mensagens repetitivas (particularmente o compartilhamento de

links), detectar o sincronismo da atividade de múltiplas contas e identificar outras evidências de coordenação ilícita online.

Uma das formas mais rápidas para chegarmos a uma internet mais democrática é as empresas de rede social se comunicarem diretamente com os influenciadores políticos, que estão cada vez mais na vanguarda das campanhas de propaganda online e de lavagem de informações. Muitos dos influenciadores que entrevistamos, e até mesmo muitas das empresas que coordenam e vendem seus serviços, têm uma visão pouco clara de quais atividades políticas são permitidas nas redes sociais. Os influenciadores se beneficiariam muito de diretrizes claras de plataformas de rede social e de reguladores governamentais sobre os tipos de conteúdo que eles podem compartilhar e sobre as penalidades por violar as regras. As penalidades devem ser exequíveis e mais robustas. Os formuladores de políticas e as empresas de tecnologia precisam trabalhar juntos para determinar meios eficazes de prevenção do uso coordenado e pouco transparente de influenciadores políticos pagos em todos os níveis. As organizações políticas que empregam influenciadores pagos devem tornar essas atividades públicas e facilmente rastreáveis por grupos de fiscalização e controle. Cursos de educação midiática devem ser fornecidos a qualquer usuário que se envolva em postagens patrocinadas.

A resiliência da Ucrânia diante da artilharia avançada de propaganda pode fornecer novas ideias sobre como usar ferramentas e táticas online para resistir ao autoritarismo e à violência. O povo da Ucrânia faz uso de uma infinidade de aplicativos e de tecnologias de rede social para lutar contra as campanhas de manipulação do Kremlin, ao mesmo tempo em que avança a resistência no país e no exterior. Plataformas relativamente novas, como o TikTok, estão desempenhando papéis cruciais na disseminação de informações.²² E os ucranianos estão usando smartphones com recursos de gravação de vídeo e captura de imagens de alta qualidade para catalogar as atrocidades ao lado

de jornalistas profissionais.²³ Embora seja evidente que esse empenho para lançar luz sobre as transgressões da Rússia exista em paralelo com inúmeras tentativas de desinformação, tais esforços podem fornecer insights sobre o uso efetivo e honesto das tecnologias digitais em benefício da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito.

Notas

1. Ver Andrew Chadwick, *The Hybrid Media System: Politics and Power* (Oxford: Oxford University Press, 2013); Samuel C. Woolley e Philip N. Howard, *Computational Propaganda: Political Parties, Politicians, and Political Manipulation on Social Media* (Oxford: Oxford University Press, 2018); e Yochai Benkler, Robert Faris, e Hal Roberts, *Network Propaganda: Manipulation, Disinformation, and Radicalization in American Politics* (Oxford: Oxford University Press, 2018).

2. Entre esses propagandistas estão Vladislav Surkov, Vladimir Medinsky e Dmitry Kiselyov. Sobre os esforços de propaganda online da Rússia no Leste Europeu, ver Todd C. Helmus et al., *Russian Social Media Influence: Understanding Russian Propaganda in Eastern Europe* (Santa Monica, Califórnia: RAND Corporation, 2018).

3. Ver Stanislav Aseyev, *In Isolation: Dispatches from Occupied Donbas*, trad. Lidia Wolanskyj (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2022).

4. Jacob T. Rob e Jacob N. Shapiro, “A Brief History of Online Influence Operations”, *Lawfare*, 28 outubro 2021, www.lawfareblog.com/brief-history-online-influence-operations.

5. Para uma exploração inicial, ver Shanthi Kalathil e Taylor C. Boas, *Open Networks, Closed Regimes: The Impact of the Internet on Authoritarian Rule* (Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2002).

6. Julie Richard e Juliano Medeiros, “Using Misinformation as a Political Weapon: Covid-19 and Bolsonaro in Brazil”, *Harvard Kennedy School Misinformation Review* 1 (abril 2020): 1–8.

7. Larry Diamond, “Democracy’s Arc: From Resurgent to Imperiled”, *Journal of Democracy* 33 (janeiro 2022): 163–79 (Ed. bras.: “O arco da democracia: do renascimento à ameaça”, *Journal of Democracy em português* 11, n. 1 [junho 2022]).

8. Muitos pesquisadores, jornalistas e especialistas tentaram negar ou minimizar o impacto da desinformação digital e da propaganda computacional por causa dos desafios para se traçar uma ligação causal direta entre, por exemplo, notícias falsas ou bots de rede social e mudanças no resultado das urnas. Esses argumentos tendem a simplificar demais os mecanismos digitais de mudança social e política que, por sua própria natureza, funcionam em rede — passados de pessoa para pessoa por meio de um complexo conjunto de mídia, cultura e código.

9. Ver Safiya Umoja Noble, *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism* (Nova York: New York University Press, 2018); e Shoshana Zuboff, *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power* (Nova York: PublicAffairs, 2019).

10. Christopher Paul e Miriam Matthews, “The Russian Firehose of Falsehood Propaganda Model: Why It Might Work and Options to Counter It”, RAND Corporation, 2016, www.rand.org/pubs/perspectives/PE198.html.

11. Ver Sebastian Wollny et al., “Are We There Yet? A Systematic Literature Review on Chatbots in Education”, *Frontiers in Artificial Intelligence* 4 (2021): 1–18.

12. Ver John Bowers, Tim Hwang, e Jonathan Zittrain, “What Should Newsrooms Do About Deepfakes? These Three Things, for Starters”, Nieman Lab blog, Neiman Journalism Lab, 20 novembro, 2019, www.niemanlab.org/2019/11/what-should-newsrooms-do-about-deepfakes-these-three-things-for-starters.

13. Para mais informações, ver <https://mediaengagement.org/propaganda>.

14. Esses são sites de rede social que se assemelham muito às plataformas tradicionais. Gab, Gettr e Parler, por exemplo, imitam o Twitter. Rumble, por sua vez, é uma cópia do YouTube. Muitos deles foram desenvolvidos com públicos particulares em mente — o Gettr se autodenomina um espaço para os conservadores dos EUA — ou para divulgar a liberdade de expressão irrestrita.

15. Ver Woolley e Howard, *Computational Propaganda*.

16. A propaganda computacional usa automação e algoritmos para manipular a opinião pública nas redes sociais. Ver Samuel C. Woolley e Philip N. Howard, “Automation, Algorithms, and Politics: Political Communication, Computational Propaganda, and Autonomous Agents—Introduction”, *International Journal of Communication* 10 (2016): 4882–90.

17. Ver Panagiotis Takis Metaxas e Eni Mustafaraj, “From Obscurity to Prominence in Minutes: Political Speech and Real-Time Search”, trabalho apresentado na Web Science Conference, Raleigh, Carolina do Norte, abril 2010.

18. Daí o grande número de estudos acadêmicos usando dados do Twitter e a grave escassez de pesquisas relacionadas a outras plataformas. Facebook, YouTube e outros permanecem sob pesadas críticas por não fornecerem a pesquisadores independentes o acesso a dados cruciais para entender o aumento da desinformação e da comunicação política online.

19. Ver Zelly Martin et al., *Political Talk in Private: Encrypted Messaging Apps in Southeast Asia and Eastern Europe* (Austin, Texas: Center for Media Engagement, 2021); e Jacob Gursky et al., *Encrypted Propaganda: Political Manipulation via Encrypted Messaging Apps in the United States, India, and Mexico* (Austin: Center for Media Engagement, 2020).

20. Ver Matthias Mehner, “WhatsApp, WeChat and Meta Messenger Apps — Global Usage of Messaging Apps, Penetration and Statistics”, MessengerPeople, 1 março 2022, www.messengerpeople.com/global-messenger-usage-statistics.

21. Ver Gursky, *Encrypted Propaganda*, 5.

22. Ver Sara Brown, “In Russia-Ukraine War, Social Media Stokes Ingenuity, Disinformation”, *Ideas Made to Matter* blog, MIT Sloan School of Management, 6 abril 2022, <https://mitsloan.mit.edu/ideas-made-to-matter/russia-ukraine-war-social-media-stokes-ingenuity-disinformation>.

23. Ver Washington Post Staff, “Database of 235 videos Exposes the Horrors of war in Ukraine”, *Washington Post*, 9 maio 2022.

Por que a democracia alimenta teorias da conspiração

Scott Radnitz

*Scott Radnitz é professor associado de estudos sobre Rússia e Eurásia na Jackson School of International Studies da Universidade de Washington. É autor de *Revealing Schemes: The Politics of Conspiracy in Russia and the Post-Soviet Region [Esquemas reveladores: a política da conspiração na Rússia e na região das ex-repúblicas soviéticas]* (2021) e coeditor de *Enemies Within: The Global Politics of Fifth Columns [Inimigos internos: a política global dos quintas-colunas]* (2022).*

Ao redor do mundo, teorias conspiratórias parecem ter tomado de assalto a política. Em países como Índia, Indonésia, Brasil, Tanzânia e Estados Unidos, tornaram-se amplamente aceitas alegações de que há conspirações em andamento, como um plano internacional para tomar a Floresta Amazônica, um complô secreto de homens muçulmanos para converter mulheres hindus casando-se com elas, uma infiltração chinesa na polícia nacional para suprimir protestos pós-eleitorais, um plano estrangeiro para pagar cientistas para exagerar a gravidade da Covid-19, e um esquema do “Estado profundo” para privar Donald Trump da vitória nas eleições presidenciais dos EUA em 2020, para citar apenas alguns exemplos.¹

Uma teoria da conspiração, por definição, é a crença de que indivíduos ou grupos estão “agindo secretamente para alcançar algum fim

*Publicado originalmente como “Why Democracy Fuels Conspiracy Theories”, *Journal of Democracy*, April 2022, Volume 33, Number 2 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

nefasto”.² Como os exemplos acima indicam, esses relatos de eventos e de realidade social estiveram implicados em episódios recentes que incluem rejeição de vacinas contra a Covid-19, violência interétnica e insurreição. Um acúmulo crescente de evidências sugere que tais crenças surgem de um poço profundo de desconfiança social, cinismo, polarização e sentimento de alienação.³ Assim, a proeminência das teorias conspiratórias em uma sociedade é um sintoma, mais do que uma causa, de ataques recentes à democracia. No entanto, além de expressar a imaginação popular sobre graves abusos de poder, as teorias conspiratórias servem a propósitos que as tornam úteis enquanto retórica política. Embora o surgimento e a crescente popularidade das teorias da conspiração possam, por si só, ser mais sintomáticas que causais, uma vez que elas emergem — e quando a crença nelas se espalha e intensifica —, podem causar danos à democracia, agravando clivagens sociais, degradando a confiança nas instituições democráticas e exacerbando as fragilidades da democracia.

Na tentativa de explicar a retórica da conspiração, um elemento que merece mais atenção é a presença de competição política. Embora seja comum classificar essa retórica como uma marca de ditaduras, é importante compreender as maneiras pelas quais sistemas políticos relativamente abertos — ou seja, com eleições ao menos parcialmente livres e justas e algum grau de liberdade de imprensa — oferecem aos políticos incentivos para fazer acusações conspiratórias contra seus inimigos. Até recentemente, era comum associar o uso estratégico de teorias conspiratórias na política com os piores ditadores da história. Desde a adoção por Adolf Hitler do mito do *Dolchstoß* (“punhalada pelas costas”), usado pelo Exército Imperial Alemão para explicar a derrota na Primeira Guerra Mundial, aos alertas sombrios de Josef Stalin sobre o “cerco capitalista” à União Soviética, conspirações foram invocadas por líderes cujos regimes tinham total controle da mídia, e a retórica conspiratória foi usada como pretexto para campanhas

de violência e repressão em massa. Críticas contra inimigos internos e externos eram feitas para manter populações inteiras em um estado constante de medo e redirecionar suas frustrações com os governantes para grupos marginalizados.

Recentemente, o mundo testemunhou o uso de teorias conspiratórias pelo presidente russo Vladimir Putin para produzir o *casus belli** da invasão da Ucrânia. Às vésperas da guerra, ele alegou que a expansão da OTAN ameaçava a existência da Rússia e que a Ucrânia era governada por nazistas e praticava o “genocídio” da população de etnia russa, entre outras alegações. Essas afirmações fantasiosas de situações nefastas vieram depois de anos de propaganda do Kremlin retratando o Ocidente como ardiloso e determinado a subjugar a Rússia.

No entanto, a visão das teorias da conspiração como um monopólio de autocratas está obsoleta. No século 21, as teorias conspiratórias foram democratizadas. As normas que impediam autoridades públicas de promover teorias conspiratórias foram enfraquecidas nas democracias a tal ponto que as conspirações às vezes trazem recompensas eleitorais em vez de ostracismo. A marca da política democrática, a competição eleitoral, vem contribuindo para a retórica conspiratória, e mesmo os países semidemocráticos (onde a competição, embora limitada, ainda faz parte do jogo político) estão assistindo ao surgimento do “conspiracionismo”. Trata-se de um fenômeno global, e sua ascensão ameaça aumentar a desilusão dos cidadãos com a democracia e diminuir a capacidade dos governos de enfrentar desafios como as mudanças climáticas e a disseminação de doenças infecciosas. No limite, abre as portas para demagogos eleitos, cuja resposta preferida às conspirações imaginadas é pôr fim à própria democracia*.

* N.T. Do latim, “caso de guerra”. Ato que dá origem à guerra entre países.

** Nota do editor brasileiro: leia o artigo “Teorias conspiratórias e democracia”, de Bernardo Sorj, publicando em junho de 2022 no Journal of Democracy em Português (Vol. 11, Nº 1).

O benefício político de inimigos ocultos

Teorias conspiratórias podem ser consideradas uma variante da propaganda: uma mentira deliberada empregada por pessoas no poder para moldar percepções e induzir comportamentos que favoreçam seus interesses.⁴ Teorias conspiratórias postulam a prática de ações que trazem grandes prejuízos ao público, mas não fornecem evidências críveis que subsidiem essas alegações. Trata-se de um tipo perigoso de formação de agenda: a atenção se volta a um problema e alguém é culpabilizado sem que se atenda ao princípio do ônus da prova.

Os líderes políticos normalmente constroem sua retórica a partir de um menu de opções, dependendo do contexto e do público. A forma narrativa das teorias conspiratórias tem a vantagem, na perspectiva do orador, de aprofundar as divisões sociais ou políticas. Criar um enredo e um culpado pode aumentar o senso de identidade intragrupo com base em sentimentos de vitimização, como quando pessoas perdem seu poder econômico ou temem perder status para outro grupo.⁵ Pessoas que normalmente não se identificam como um grupo podem mudar de ideia diante de uma ameaça comum, entendendo que compartilham de um destino comum. Em uma cartada final, líderes que promovem teorias conspiratórias podem se apresentar como aliados dos grupos vitimados. Isso lhes permite minimizar seu status de elite ao afirmar representarem os interesses do grupo. Donald Trump é um empresário rico e Jair Bolsonaro, um político veterano, mas ambos se apresentaram com sucesso como vítimas de um sistema injusto e, assim, reuniram apoiadores dispostos a se organizar, a espalhar desinformação, a votar e a se abster de criticar aquele que parece defender seus interesses.

Essa visão das teorias da conspiração como um monopólio de autocratas está obsoleta. No século 21, as teorias conspiratórias foram democratizadas.

Outro incentivo ao uso político de teorias conspiratórias envolve a sinalização, na qual os atores fornecem indiretamente informações sobre si mesmos por meio de suas palavras ou ações. As autoridades públicas têm acesso a informações exclusivas por meio de informantes, agências de inteligência e tecnologia. Essa inteligência lhes dá mais insights sobre eventos que ocorrem no país do que qualquer indivíduo comum é capaz de perceber. Quando os políticos dão voz às teorias da conspiração, usando seu acesso à mídia, sua demonstração de conhecimento de uma trama secreta sinaliza sua autoridade e lembra o público de seu poder sobre potenciais adversários.⁶ As alegações conspiratórias baseadas no acesso a segredos de Estado também os protege de refutação pelos céticos. Essa foi a base plausível usada pelo senador Joseph McCarthy para afirmar que havia comunistas no Departamento de Estado dos EUA em 1950, bem como pelo ex-presidente Trump para alertar, em um tuíte, que havia “criminosos e pessoas desconhecidas oriundas do Oriente Médio” em uma caravana de migrantes que atravessava o México.⁷

Teorias conspiratórias também podem ser empregadas para sinalizar transgressão, uma manobra que vem sendo usada com maior sucesso em democracias avançadas. Normalmente, políticos democráticos buscam atrair cada grupo de eleitores por meio de promessas baseadas em políticas públicas, fazendo afirmações empiricamente fundamentadas que são, ao menos em teoria, passíveis de verificação. No entanto, esse estilo pode se esgotar quando boa parte dos eleitores considera o sistema corrupto e os políticos, mentirosos. O cinismo popular cria uma oportunidade para que políticos engenhosos ganhem atenção violando essas expectativas. Teorias conspiratórias podem ser usadas para atrair cidadãos descontentes, mas são especialmente efetivas em um contexto competitivo. Elas permitem que os transgressores sinalizem suas credenciais não convencionais e ostentem sua “autenticidade”, em contraste com os políticos “tradicionais”.⁸

Não é surpresa, portanto, que as teorias da conspiração sejam preferidas por políticos populistas, que alegam representar uma manifestação genuína do “povo” contra uma elite sem rosto. Encaixam-se nesse modelo teorias conspiratórias que postulam a existência de alianças escusas entre as elites intelectuais ou culturais e os imigrantes (à direita), entre políticos neoliberais e o capital financeiro (à esquerda) ou entre qualquer adversário político e os judeus (em ambos) contra uma maioria nacional vulnerável. O enquadramento conspiratório clássico, de um grupo ameaçado por outro, mais organizado e aparentemente incontrolável, alinha-se à tendência das pessoas de simpatizar com Davis virtuosos contra Golias traiçoeiros, mesmo quando os Davis objetivamente detêm mais poder.⁹

Competição e conspiracionismo

Apesar das vantagens intrínsecas das teorias da conspiração, claramente nem todos os políticos fazem uso delas. Como em qualquer forma de retórica política, a frequência com que são expressas e seu conteúdo dependem de uma variedade de fatores, como cultura política, memória histórica, confiança social e força institucional.

A associação entre teorias conspiratórias e o grau de abertura de uma sociedade pode parecer contraintuitiva, até observarmos como os governantes que tentam permanecer no poder em diferentes sistemas empregam a propaganda. Os regimes autoritários de hoje são às vezes chamados de autocracias “informativas”. Isso ocorre porque usam seu controle sobre a mídia para moldar a opinião pública e angariar apoio, evitando a coerção explícita.¹⁰ Regimes com a capacidade de censurar narrativas alternativas — como na China de Xi Jinping ou nas monarquias do Golfo Pérsico — normalmente preferem comunicações públicas que exaltem sua competência, seu heroísmo e suas credenciais nacionalistas. Alguns regimes, como a Rússia de Putin, lançam um fluxo

constante de propaganda positiva para consolidar o apoio ao mandatário e de teorias conspiratórias para criar uma imagem de inimigos estrangeiros implacáveis. Os regimes autocráticos mais isolados e controlados de maneira mais rígida renunciam a teorias conspiratórias em favor de uma propaganda “caricaturesca” que vangloria seus feitos — um exemplo infame é o presidente do Turquemenistão, retratado na televisão estatal como um atirador perito, um músico, um montador de cavalo e um intrépido motorista *off-road*¹¹ —, atestando seu poder avassalador e a ausência de uma oposição viável.¹²

Em contraste, quando os mandatários enfrentam uma disputa institucionalizada e os adversários têm acesso à mídia — condições típicas de regimes semidemocráticos ou híbridos —, estão sujeitos à crítica pública. As mensagens da oposição não precisam fazer alegações conspiracionistas. Em muitos sistemas políticos, em especial, em autocracias e quase-autocracias, a corrupção e a malversação do dinheiro público são, infelizmente, muito comuns. A oposição só precisa divulgar fatos sobre as falhas e omissões do governo. Nos últimos anos, os erros cometidos pelos governos tornaram-se mais conhecidos pelo público graças às mídias sociais e ao jornalismo investigativo. As contribuições das vozes independentes para o discurso público fornecem os meios para responsabilizar os políticos, ao mesmo tempo em que, ironicamente, aumentam a possibilidade de degradação desse discurso.

Os líderes que são alvos de críticas, legítimas ou não, lutarão para definir a narrativa pública em seus próprios termos. Teorias conspiratórias são úteis para líderes que buscam maneiras de contra-atacar seus críticos. Em vez de responder diretamente às acusações — especialmente as bem fundamentadas —, os governantes podem atacar o mensageiro. Assim, um veículo de imprensa que exponha a corrupção em uma contratação pública será acusado de ser testa-de-ferro da CIA. Um legislador da oposição que quer investigar uma política desastrosa deve estar tentando desviar a atenção de suas ligações com terroristas ou traficantes de drogas.

Em todos os regimes, mas especialmente nos competitivos, os líderes que se sentem cercados por percepções de que seu governo é inepto podem valer-se de conspirações para sinalizar sua força e, com isso (assim esperam), contrapor essas impressões. Em abril de 2020, políticos indianos próximos ao governo do primeiro-ministro Narendra Modi reagiram a um surto de Covid-19 em uma instituição muçulmana em Nova Déli chamando-o publicamente de “corona-terrorismo”.¹³ Em maio de 2021, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro especulou que o vírus era resultado de uma “guerra biológica”.¹⁴ Se um governo diz estar se esforçando para proteger o público contra poderosas forças do mal, os cidadãos não poderiam ficar tentados a conceder-lhe o benefício da dúvida?

Protestos em massa contra o governo frequentemente provocam acusações conspiratórias porque representam contestações visíveis e potencialmente ameaçadoras ao regime. Teorias conspiratórias que insinuam um apoio nefasto, muitas vezes externo, aos protestos visam deslegitimar os manifestantes e sinalizar força, lembrando o público da capacidade do governo de acessar informações sobre eventos aparentemente obscuros. Assim, em vez de aceitar os protestos de 2013 na Praça Taksim, em Istambul, como expressão da discordância popular com os planos de desenvolvimento urbano do governo de Recep Tayyip Erdogan, alegou-se um complô dos EUA e de sionistas para impedir o progresso da Turquia.¹⁵ De maneira similar, segundo a República Islâmica do Irã, cidadãos que, entre o final de 2019 e o início de 2020, protestaram contra o aumento dos preços dos combustíveis durante uma contração econômica só poderiam ter sido treinados, financiados e organizados pelos Estados Unidos.¹⁶

Em regimes competitivos, durante os períodos eleitorais, as acusações conspiracionistas podem vir de várias direções. As campanhas políticas muitas vezes se tornam pessoais, envolvendo táticas como difamações, rumores, insinuações, exageros e mentiras. Em demo-

cracias consolidadas, com importantes exceções, os candidatos normalmente tentam fazer acusações que sejam factualmente precisas, ou pelo menos difíceis de refutar. Políticos flagrados fazendo afirmações patentemente falsas geralmente temem a cobertura negativa da mídia e a queda de popularidade. As pesquisas têm mostrado, no entanto, que as pessoas são atraídas por informações que confirmem opiniões pré-existentes e resistem a informações em contrário, especialmente quando seus amigos e vizinhos pensam da mesma maneira. Os eleitores, portanto, podem não punir os políticos por exagerar os fatos, e podem estar programados para acreditar nas alegações mais grosseiras sobre políticos de quem já desconfiam. Nessas circunstâncias, as teorias conspiratórias podem ser uma tática de campanha atraente.

Em regimes híbridos, onde a mídia é muitas vezes partidária e as instituições de controle são fracas, as teorias conspiratórias proliferam durante campanhas políticas. As eleições dão à oposição uma atenção incomum e uma plataforma para tecer críticas públicas aos mandatários. Estes, geralmente, não têm material factual no mesmo nível para desacreditar os adversários, que não detêm o poder e passaram menos tempo sob os holofotes. Os mandatários podem, portanto, ver utilidade nas teorias da conspiração, como uma maneira de associar seus rivais a agendas veladas, a histórias pessoais inventadas ou a outras figuras estrangeiras ou internas impopulares. As teorias podem ser disseminadas por terceiros, possibilitando aos mandatários negar seu envolvimento. Se há alegações de que informações oficiais secretas fundamentam as acusações, tanto melhor do ponto de vista dos mandatários, pois isso lembra os eleitores de seu poder e autoridade.

O papel transgressor das teorias da conspiração funciona melhor quando um adversário enfrenta alguém que representa as normas políticas convencionais. Nos Estados Unidos e na Europa, a confiança no governo vem diminuindo há anos, e uma parcela do eleitorado passou a rejeitar políticos de centro-esquerda e de centro-direita por conside-

rá-los egoístas e alienados em relação à realidade dos cidadãos.¹⁷ Em tais circunstâncias, os oportunistas políticos podem recorrer a conspirações para sinalizar seu status de outsider. Tentativas de políticos tradicionais, figuras da imprensa e agências de checagem de fatos de refutar os oportunistas e suas teorias conspiratórias podem sair pela culatra e reforçar a atração por teorias conspiratórias entre pessoas que (recordemos) já desdenham do establishment e de seu apelo à autoridade. Essa lógica aponta para uma conclusão inquietante de que instituições produtoras de conhecimento robustas e uma estigmatização generalizada da retórica da conspiração podem ajudar os candidatos conspiracionistas a posar, ainda mais vigorosamente, de defensores dos eleitores descontentes.

O emprego de teorias conspiratórias para atrair cidadãos cínicos geralmente não é uma estratégia eficaz para conquistar uma maioria democrática. Em países com instituições eleitorais contramajoritárias (Estados Unidos) ou regras proporcionais tendenciosas (Hungria), no entanto, uma estratégia de reunir e mobilizar sua base pode ser algo poderoso, abrindo o caminho para o poder sem a mesma preocupação de políticos convencionais com a “conquista” da ampla fatia do eleitorado mediano. Também pode ser suficiente para garantir uma base parlamentar (em um sistema de voto proporcional com baixo quociente eleitoral) e, com isso, talvez a capacidade de influenciar a construção de uma coalizão governista. Partidos populistas de direita na França, Alemanha, Itália e Países Baixos adotaram essa abordagem, promovendo narrativas que associam as elites aos imigrantes vindos de países muçulmanos.¹⁸ Essas alegações vão além das discordâncias políticas convencionais, afirmando haver um plano nefasto das elites liberais e centristas para minar os valores tradicionais ou diluir a população nativa. Embora esses partidos dificilmente conquistem mais de 20% dos votos, eles fazem com que os partidos de centro-direita, que, ao contrário dos partidos periféricos, por vezes detêm o poder, mo-

vam-se mais à direita por medo de perder seus eleitores mais conservadores e normalizem ideias conspiratórias como discurso político.¹⁹

Na Polônia e na Hungria, os partidos têm difundido teorias conspiratórias para conquistar maiorias em vários ciclos eleitorais. O partido Lei e Justiça (PiS) na Polônia concorreu em oposição ao establishment pós-comunista, criticando

a desigualdade resultante de reformas neoliberais e a disposição dos antigos líderes comunistas de lucrar com a transição. Ele abraçou as teorias conspiratórias como ferramenta política depois que um acidente de avião em abril de 2010 matou o presidente Lech Kaczyński, que voava para a Rússia para um evento de reconciliação. Embora investigações independentes tenham determinado que a queda tenha sido causada pelo fato de Kaczyński ter pressionado o piloto (um oficial da Força Aérea da Polônia) a pousar em Smolensk sob uma densa neblina, o irmão sobrevivente do falecido presidente, Jarosław Kaczyński, deu início a uma narrativa consistente de que o Kremlin — e os rivais políticos do PiS — haviam sabotado o avião e cometido um assassinato. Essa teoria da conspiração serviu para fazer de Lech Kaczyński um mártir político e para lembrar o público das credenciais nacionalistas de seu partido.²⁰

Uma vez que a narrativa conspiracionista ecoa em um país, ela pode ser copiada e adaptada por outros países onde haja um eleitorado receptivo à política do “nós contra eles”.

Na Hungria, o primeiro-ministro Viktor Orbán usou teorias conspiratórias para acumular poder com base na defesa contra diversas supostas ameaças. Como outros populistas de direita após a crise financeira global de 2008, Orbán capitalizou as ansiedades econômicas e culturais, culpando atores externos pelos problemas de seu país: a UE, George Soros e os migrantes (muçulmanos) a quem supostamente

ajudaram. Embora poucos dos migrantes que fugiram do Oriente Médio para a Europa em 2015 tenham entrado na Hungria, Orban explorou imagens de muçulmanos saqueadores para se passar por um justo defensor da nação húngara e da civilização cristã.²¹

As teorias da conspiração predominantes entre os populistas de direita na Europa assumem diversas formas, mas um elo comum é a incitação do nacionalismo étnico, mirando alvos impopulares, às vezes uma entidade distante como Bruxelas, em outras ocasiões bodes expiatórios internos, como minorias. As alegações de uma aliança entre as duas entidades atraíram eleitores descontentes sensíveis à presença de novos imigrantes e apreensivos com mudanças culturais. E, uma vez que a narrativa conspiracionista ecoa em um país, ela pode ser copiada e adaptada por outros países onde haja um eleitorado receptivo à política do “nós contra eles”.

Um caso notável de conspiracionismo como sinal de transgressão em democracias consolidadas é a ascensão de Donald Trump e a reformulação do Partido Republicano. Em 2016, as abundantes alegações conspiracionistas do candidato Trump — sobre o chamado Estado profundo, os imigrantes, o local de nascimento de Barack Obama e a Fundação Clinton, entre outros — ajudaram a estabelecer sua reputação como alguém de fora da política, disposto a sacudir a política tradicional. Teorias conspiratórias foram fundamentais para o posicionamento de Trump como um defensor dos eleitores que se sentiam abandonados ou explorados pelo que ele chamou de um sistema “corrompido”. A transgressão das normas da retórica política provocou críticas de instituições e atores tradicionais, incluindo companheiros de partido, o que o tornou ainda mais admirado pelos eleitores descontentes, que passaram a ver Trump como a sua “voz”.

Embora Trump, tanto em sua retórica como em suas ações como presidente, tenha sido comparado por muitos de seus detratores a líderes autoritários, foi precisamente a natureza hipercompetitiva da de-

mocracia dos EUA que permitiu que o gambito de Trump funcionasse. A oposição dos democratas no Congresso e nas ruas e a investigação do Departamento de Justiça sobre o conluio com a Rússia alinhavam-se à narrativa de Trump como vítima de um sistema injusto. Uma mídia independente e robusta, fascinada pelo espetáculo de Trump e seduzida por altas audiências, deu a Trump e a suas teorias conspiratórias uma plataforma e o acesso direto aos eleitores por meio de seus canais de televisão e feeds de rede social. Ao mesmo tempo, os freios institucionais informais que anteriormente limitavam a viabilidade política de demagogos não funcionaram como planejado. Em particular, os esforços de checagem de informações e as reportagens investigativas da imprensa não ecoaram entre os eleitores para os quais o estilo conspiratório de Trump era uma virtude e não um defeito.²² Trump não obteve a maioria do voto popular (Hillary Clinton venceu por 48,2% a 46,1%), mas venceu no colégio eleitoral e, com isso, conquistou a Casa Branca.

A degradação do discurso político

A capacidade dos políticos de prosperar em meio a mentiras e xenofobia nos Estados Unidos e em outras democracias foi possibilitada pela confiança hesitante nas instituições, contribuindo para agravá-la ainda mais. Esses processos ocorrem como um movimento de pinça: os líderes contaminam deliberadamente o discurso público fazendo alegações infundadas, enquanto seus apoiadores trabalham para desacreditar órgãos independentes que são projetados para expor alegações falsas e responsabilizar seus autores. Campanhas caluniosas para minar a imprensa, as universidades, os juízes e o funcionalismo público neutro aumentam o impacto da retórica conspiratória dos políticos, enquanto ataques verbais conspiratórios permitem aos apoiadores dos líderes autoritários levantar dúvidas sobre esses órgãos.

O que acontece com um sistema político quando teorias conspiratórias são consideradas uma estratégia eleitoral eficaz? Um cenário é o observado nos casos acima: teorias conspiratórias funcionam para alguns atores, introduzindo suas credenciais transgressoras, mas outros continuam a comunicar suas posições e valores de maneiras mais convencionais. Partidos que estabeleceram uma reputação de governança eficaz podem concluir que podem obter o maior número de votos com apelos tradicionais de políticas públicas. Ao fazê-lo, buscam (re)capturar o centro político, trazendo de volta um grupo de eleitores descontentes, mas que ainda possuem preocupações materiais.

De fato, essa tem sido a estratégia dos partidos de centro-direita e de centro-esquerda na Europa, bem como do Partido Democrata nos Estados Unidos. Na França e na Alemanha, os partidos de centro-direita avançaram mais para a direita para conter as deserções para a extrema direita, mas continuam a competir por votos baseados em posições políticas convencionais e táticas de campanha bem estabelecidas.²³ Apelos gerais centrados na governança eficaz e no combate à corrupção também têm sido a estratégia das coalizões de oposição na Hungria, na Polônia e na Turquia.

Nos Estados Unidos, embora alguns democratas flertassem com o conspiracionismo para explicar o gosto intrigante de Trump pela Rússia e por Putin, as campanhas para as primárias presidenciais democratas de 2020 giravam principalmente em torno de questões econômicas e sociais, à medida que os candidatos buscavam capitalizar a reação contra as ações de Trump como presidente. Enquanto concorria à Casa Branca e como presidente, Joseph Biden adotou uma estratégia de tentar manter e expandir a coalizão do Partido Democrata, abordando as causas básicas da alienação política que levou alguns eleitores a votar em Trump em 2016. Esses programas, projetados para expandir a rede de proteção social e reduzir a desigualdade, tinham como objetivo demonstrar a capacidade de resposta do governo e reduzir o potencial para futuros demagogos.

Também pode se desenvolver um equilíbrio mais pernicioso, no qual os grandes partidos empregam teorias conspiratórias de maneira descontrolada. Uma vez que a retórica conspiratória se torna prática corrente, os esforços para refutar teorias da conspiração podem sair pela culatra, reforçando as alegações iniciais por meio da repetição. Os alvos de alegações conspiracionistas podem, portanto, ser incentivados a fazer suas próprias alegações contra seus acusadores, tanto como ação preventiva quanto como distração. Cálculos políticos podem resultar em uma dinâmica autossustentada de alegações conspiracionistas mutuamente destrutivas que afastam retóricas baseadas em política pública. É mais provável que essa situação ocorra em sistemas com competição acirrada e instituições fracas ou com pouca confiança.

Por exemplo, essa dinâmica era evidente na Ucrânia, uma nação politicamente dividida que também é objeto de disputa geopolítica. Em um episódio típico, em 2011, o presidente Viktor Yanukovich acusou a oposição de comprar armas e planejar uma revolução, enquanto seus opositores alegaram que Yanukovich estava espalhando desinformação como pretexto para reprimir e transformar a Ucrânia na Belarus.²⁴ Durante os protestos Euromaidan de 2014, o presidente fez coro à Rússia, acusando seus inimigos políticos de serem conspiradores e agentes da OTAN. A oposição, por sua vez, acusou Yanukovich de receber ordens da Rússia e de planejar operações de bandeira falsa que visavam fazer os manifestantes parecerem violentos. A imprensa disseminou histórias que serviam aos interesses políticos de seus proprietários oligarcas, independentemente de seu conteúdo factual.²⁵ A camada geopolítica, na medida em que a Ucrânia hesitava entre o Oriente e o Ocidente, elevava as apostas e conferia às alegações conspiracionistas uma aura de plausibilidade.

Em 2019, Volodimir Zelenski — que não era um político profissional — tentou transcender a cultura política tóxica da Ucrânia ao concorrer à Presidência da Ucrânia sem retórica conspiratória ou

tribuna geopolítica. Como os principais flagelos dos populistas discutidos acima, ele “baixou a temperatura” dando ênfase às políticas populares — no caso, as medidas anticorrupção — a fim de construir uma ampla coalizão. E conseguiu, superando alegações de que ele era um fantoche russo e derrotando Petro Poroshenko com uma votação esmagadora de 73% dos votos.²⁶

Antes de as normas jornalísticas se consolidarem no século 21, as teorias conspiratórias eram parte integrante da política nos EUA. Das supostas inclinações pró-Grã-Bretanha dos federalistas aos supostos planos dos abolicionistas antes da Guerra Civil, era comum que políticos eleitos e membros respeitados da sociedade apresentassem alegações conspiratórias para obter vantagem política.²⁷ Uma imprensa partidária e orientada pelo lucro circulava avidamente essas ideias em uma democracia vigorosa — e frequentemente corrupta. Uma propensão para teorias conspiratórias pode decorrer de uma desconfiança do governo que persistiu de várias formas ao longo da história dos EUA, mas seu uso pelas elites se deve aos benefícios políticos percebidos. Não há exemplos maiores dessa inclinação do que dois praticantes das artes conspiratórias da era da Guerra Fria: o já citado senador McCarthy e Richard Nixon, que, como membro da Câmara dos Representantes dos EUA e, mais tarde, do Senado, avançou politicamente disseminando teorias conspiratórias sobre comunistas no governo federal.²⁸

Hoje, teorias conspiratórias se espalharam pelo Partido Republicano, tanto entre a elite como entre a massa de apoiadores, contrariando as tendências de outras democracias avançadas. Quando Trump demonstrou os dividendos políticos do conspiracionismo, outros seguiram sua liderança, em particular na disseminação da alegação de que os democratas “roubaram” a eleição de 2020. Assim, membros republicanos do Congresso, procuradores-gerais, legisladores estaduais e potenciais funcionários de órgãos eleitorais têm

utilizado essa narrativa para sinalizar sua lealdade a Trump, apelar para a base partidária e fabricar o pretexto para criar restrições ao voto no nível estadual.²⁹

Essa narrativa conspiratória, enquanto um sintoma de desconfiança institucional à direita, também serve para promover uma causa — uma com consequências potencialmente terríveis para a democracia. Ela fornece uma base para os republicanos contestarem, e possivelmente anularem, eleições futuras. A imprensa se refere a essa manobra como a “Grande Mentira”, fazendo uma referência provocativa à Alemanha nazista e capturando com precisão seu poderoso momentum e as maneiras pelas quais ela impõe conformidade àqueles que querem permanecer membros respeitados do partido.

Como o conspiracionismo pode ser combatido?

A forma como a retórica conspiratória aumenta e diminui sugere que nem todos os políticos veem a conspiração como uma tática vencedora, e mesmo aqueles inclinados a espalhar teorias conspiratórias podem se conter às vezes. A observação da incidência variável da retórica conspiracionista naturalmente levanta a questão de quais fatores militam contra o uso de teorias da conspiração na política.

Recentemente, em resposta a uma aparente onda de “notícias falsas” e desinformação, especialistas demandaram uma variedade de contramedidas, como o letramento informacional, a verificação de informações e o monitoramento minucioso e a rotulagem de desinformação pelas plataformas de rede social. Isso pode ajudar até certo ponto, mas onde a desinformação é onipresente e vista como politicamente útil, é improvável que isso faça muita diferença. Pesquisas sugerem que os partidários desmascaram de maneira mais eficaz as teorias da conspiração quando elas vêm de seu próprio campo ideológico,³⁰ mas eles geralmente relutam em ser vistos como traidores de seu partido,

como evidenciado pela ampla aquiescência das elites republicanas à campanha patentemente falsa de “parem a fraude” (*stop the steal*).

Na medida em que as teorias da conspiração são empregadas por serem vistas como politicamente úteis, a melhor esperança para o seu declínio é que elas eventualmente colapsem sob o próprio peso. Em primeiro lugar, a retórica que está em desacordo com a realidade pode perder força ao conflitar com as experiências pessoais, como as alegações de que a Covid-19 não é mais mortal que a gripe, ou de que as vacinas contêm microchips. As pessoas certamente dispõem de quantidades enormes de tempo assistindo à televisão e consumindo as redes sociais dentro de câmaras de eco informacionais, mas elas também têm encontros não mediados com a realidade. Pode ser mais fácil acreditar em rumores não verificados sobre eventos distantes — sobre os quais as pessoas têm pouco conhecimento — do que sobre assuntos que podem observar diretamente. As pessoas podem demonstrar fidelidade a teorias da conspiração populares que se conformem com suas identidades partidárias, mas inconscientemente se comportar de maneira consistente com as evidências observáveis, sem mencionar o bom senso. Por exemplo, muitos membros republicanos do Congresso e personalidades da Fox News que espalham desinformação sobre as vacinas contra a Covid-19 provavelmente foram vacinados.³¹

Na medida em que as teorias da conspiração são usadas por serem politicamente úteis, a melhor esperança para o seu declínio é que elas eventualmente colapsem sob o próprio peso.

Essas contradições não necessariamente se traduzirão em mudanças no comportamento político, pois as pessoas continuarão a formar vínculos políticos com base em emoções e identidade, em vez de apenas em fatos. E as teorias da conspiração mais cintilantes das eleições nacionais (George Soros, serviços de inteligência estrangeiros, o “Estado

profundo”, a “Grande Substituição”) não estão sujeitas à verificação individual, tornando-as resistentes à refutação com base na experiência. Os promotores de teorias conspiratórias, no entanto, correm o risco de perder credibilidade se habitualmente preverem resultados terríveis que não se concretizam ou fizerem alegações claramente em desacordo com a realidade. A perda de confiança pode levantar dúvidas sobre as qualificações de um líder, especialmente se seu poder não repousar sobre a legitimidade eleitoral. A conversão de uma modesta proporção de crentes da conspiração que decidem começar a acreditar em seus “olhos mentirosos” pode bastar para diminuir as fortunas políticas de um fabulista raivoso.

Em segundo lugar, as teorias da conspiração podem perder sua capacidade de galvanizar os eleitores quando seu caráter de novidade passar. Teorias da conspiração causam impacto devido à sua natureza contrariadora e por estimular a ansiedade ou a raiva. Assim, elas ganham mais atenção quando parecem chocantes para os defensores do status quo, mas isso as torna suscetíveis à lei dos rendimentos decrescentes. Se os provocadores quiserem manter sua notoriedade, devem aumentar a estranheza de suas alegações, a fim de se manter em destaque diante do barulho constante da televisão, das redes sociais, dos videogames e de outras distrações. Teorias da conspiração que ecoam no vácuo podem não valer a pena compartilhar, e alegações cada vez mais radicais, apocalípticas e rebuscadas, um produto da concorrência entre os promotores de conspirações, podem levar a um descrédito da mentalidade da teoria da conspiração ao fazer suposições cada vez mais fantasiosas e apontar para consequências improváveis.

Por fim, políticos conspiracionistas podem perder popularidade se não atenderem às demandas da sociedade. Assim como os revolucionários normalmente não possuem as habilidades para governar, os teóricos da conspiração podem ter dificuldade para oferecer uma agenda positiva. Eles enfrentam o risco de que o aumento das percepções de ameaças crie

uma distração apenas temporária antes de o público passar a julgar seu governo por sua capacidade de resolver problemas reais. A resposta de Trump à Covid-19, culpando a China pela pandemia e não tomando as medidas tangíveis para reduzir a propagação do vírus, é um exemplo disso. Bolsonaro, que fez uso com sucesso de teorias da conspiração tanto como candidato quanto como presidente, também privilegiou bravatas e arrogância em vez de medidas que poderiam mitigar a pandemia e, conseqüentemente, viu sua popularidade despencar.³²

Embora essa aparente fraqueza possa parecer um calcanhar de Aquiles, há exceções a essa regra. Alguns partidos que apostaram em narrativas conspiratórias venceram consistentemente as eleições usando outros instrumentos de governo para angariar votos. Por exemplo, sob o PiS, a Polônia paga às famílias uma pensão mensal para cada criança. Na Índia, o partido de Modi se beneficiou de uma reputação de governo honesto e de apoiador dos negócios, ao mesmo tempo em que implementou políticas redistributivas que ajudaram os pobres. Os eleitores que acham os conspiradores inadequados ainda podem estar inclinados a votar neles se, diante das baixas expectativas, eles devolverem dinheiro ao povo em vez de roubá-lo. A fusão da retórica conspiratória, que atrai uma base indignada, com um aparato partidário que aborda as preocupações materiais cotidianas do eleitorado pode ser uma fórmula vencedora em uma era de cinismo e de privação material. Se os políticos se conscientizarem dessa estratégia e forem competentes em implementá-la — nunca uma conclusão inevitável —, esse modelo tem o potencial de se tornar mais difundido.

Em um futuro próximo, há razões para esperar que as teorias da conspiração persistam e até prosperem. Desafios estruturais, como desigualdade e insegurança, dão a impressão de um jogo desigual, levando os cidadãos a imaginar que agentes ocultos é que dão as cartas. Uma sensação de que as pessoas não têm qualquer capacidade de conduzir seus próprios destinos, muito menos a política ou a economia,

alimenta sua vontade de buscar culpados. Enquanto os cidadãos se afastarem das instituições para melhorar suas vidas, eles buscarão narrativas alternativas que satisfaçam seu desejo de atribuir culpa.

A maré crescente do conspiracionismo não anuncia seu triunfo final nem significa o fim do discurso político baseado em fatos — mas a política democrática pode começar a parecer diferente. Considerando que a democracia se baseia em uma concordância sobre fatos, mas discordâncias sobre políticas, podemos estar entrando em um período em que os atores políticos não concordam nem com realidades elementares — ou, mais precisamente, em que alguns atores deliberadamente negam fatos conhecidos. Dependendo das regras institucionais, essa forma de política pode persistir enquanto os partidos entenderem que suas táticas são eficazes. É claro que mesmo esse cenário requer a manutenção da competição eleitoral e uma imprensa suficientemente independente para que os cidadãos possam ter acesso aos fatos, se quiserem. O perigo é que um vencedor conspiracionista, levando os agouros conspiratórios à sua conclusão lógica e atendendo aos desejos dos eleitores conspiracionistas, decida que a democracia não serve mais aos interesses do vencedor.

Notas

1. Luiz Romero, “How Brazil’s Fear of Losing the Amazon Guides Bolsonaro’s Policies Towards the Forest”, *CNN*, 22 junho 2021, www.cnn.com/2021/06/22/americas/brazil-amazon-fear-meme-bolsonaro-intl/index.html; Hannah Ellis-Petersen e Ahmer Khan, “‘They Cut Him into Pieces’: India’s ‘Love Jihad’ Conspiracy Theory Turns Lethal”, *Guardian*, 21 janeiro 2022; Quinton Temby, “Disinformation, Violence, and Anti-Chinese Sentiment in Indonesia’s 2019 Elections”, *ISEAS Perspective*, n. 67, 2 setembro 2019, www.iseas.edu.sg/images/pdf/ISEAS_Perspective_2019_67.pdf; Peter Beaumont, “Tanzania’s President Shrugs Off COVID-19 Risk After Sending Fruit for ‘Test’”, *Guardian*, 19 maio 2020.
2. Michael Barkun, *A Culture of Conspiracy: Apocalyptic Visions in Modern America*, 2nd ed. (Berkeley: University of California Press, 2013), 3.
3. Karen M. Douglas et al., “Understanding Conspiracy Theories”, *Political Psychology* 40 (fevereiro 2019): 3–35.
4. É uma definição similar à proposta por Garth S. Jowett e Victoria O’Donnell, *Propaganda and Persuasion*, 5th ed. (Los Angeles: Sage, 2012).
5. Aleksandra Cichocka et al., “‘They Will Not Control Us’: Ingroup Positivity and Belief in Intergroup Conspiracies”, *British Journal of Psychology* 107 (agosto 2016): 556–76.
6. Scott Radnitz, *Revealing Schemes: The Politics of Conspiracy in Russia and the Post-Soviet Region* (Nova York: Oxford University Press, 2021).
7. Linda Qiu, “Trumps Evidence-Free Claims About the Migrant Caravan”, *New York Times*, 22 outubro 2018.
8. Oliver Hahl, Minjae Kim, e Ezra W. Zuckerman Sivan, “The Authentic Appeal of the Lying Demagogue: Proclaiming the Deeper Truth About Political Illegitimacy”, *American Sociological Review* 83 (fevereiro 2018): 1–33.
9. Nadav Goldschmied e Joseph A. Vandello, “The Advantage of Disadvantage: Underdogs in the Political Arena”, *Basic and Applied Social Psychology* 31, n. 1 (2009): 24–31.
10. Sergei Guriev e Daniel Treisman, “Informational Autocrats”, *Journal of Economic Perspectives* 33 (outono 2019): 100–27.
11. Gavin Butler, “Turkmen President Dispels Rumours of His Death by Doing Doughnuts at the ‘Gates of Hell’”, *Vice*, 7 agosto 2019, www.vice.com/en/article/evj4nn/turkmenistan-president-dispels-rumours-by-death-doughnuts-gates-hell-flaming-darvaza-crater.

12. Victor Chung-Hon Shih, “‘Nauseating’ Displays of Loyalty: Monitoring the Factional Bargain Through Ideological Campaigns in China”, *Journal of Politics* 70 (outubro 2008): 1177–92; Haifeng Huang, “Propaganda as Signaling”, *Comparative Politics* 47 (julho 2015): 419–37.

13. Aniruddha Ghosal, Sheikh Saaliq, e Emily Schmall, “Indian Muslims Face Stigma, Blame for Surge in Infections”, *ABC News*, 25 abril 2020, <https://abcnews.go.com/Health/wireStory/islamophobia-large-cluster-affects-indias-virus-fight-70344026>.

14. “Brazil’s Bolsonaro Links Pandemic to ‘Germ Warfare’”, *France 24*, 5 maio 2021, france24.com/en/live-news/20210505-brazil-s-bolsonaro-links-pandemic-to-germ-warfare.

15. Turkey Salim Nefes, “The Impacts of the Turkish Government’s Conspiratorial Framing of the Gezi Park Protests”, *Social Movement Studies* 16 (setembro 2017): 610–22.

16. Somayeh Malekian e Conor Finnegan, “Iran’s Supreme Leader Blames US for Protests over Fuel Costs as Mike Pompeo Voices Support for Demonstrations”, *ABC News*, 27 novembro 2019, <https://abcnews.go.com/International/irans-supreme-leader-blames-us-protests-fuel-costs/story?id=67342766>.

17. Cas Mudde e Cristóbal Rovira Kaltwasser, *Populism: A Very Short Introduction* (Nova York: Oxford University Press, 2017).

18. Rogers Brubaker, “Between Nationalism and Civilizationism: The European Populist Moment in Comparative Perspective”, *Ethnic and Racial Studies* 40 (junho 2017): 1191–226.

19. Andrea L.P. Pirro, Paul Taggart, e Stijn Van Kessel, “The Populist Politics of Euroscepticism in Times of Crisis: Comparative Conclusions”, *Politics* 38 (agosto 2018): 378–90.

20. Wojciech Przybylski, “Explaining Eastern Europe: Can Poland’s Backsliding Be Stopped?”, *Journal of Democracy* 29 (julho 2018): 52–64; Natalia Ojewska, “Poland Polarised on Plane Crash Anniversary”, *Al Jazeera*, 10 abril 2013, www.aljazeera.com/features/2013/4/10/poland-polarised-on-plane-crash-anniversary.

21. Peter Plenta, “Conspiracy Theories as a Political Instrument: Utilization of Anti-Soros Narratives in Central Europe”, *Contemporary Politics* 26, n. 5 (2020): 512–30.

22. Kathleen Hall Jamieson e Doron Taussig, “Disruption, Demonization, Deliverance, and Norm Destruction: The Rhetorical Signature of Donald J. Trump”, *Political Science Quarterly* 132 (inverno 2017–18): 619–50.

23. Noam Gidron e Daniel Ziblatt, “Center-Right Political Parties in Advanced Democracies”, *Annual Review of Political Science* 22 (2019): 17–35.

24. “Na Ukraine gotovyatsya vooruzhennyye napadeniya na organy vlasti—Viktor Yanukovich” [Ataques armados contra autoridades estão sendo preparados na Ucrânia—Viktor Yanukovich], *ITAR-TASS—SNG*, 2 novembro 2011; “Zayavleniya Yanukovicha o vooruzhennykh napadeniyakh ‘mogut svidetel’stvovat’ o planakh vlasti zakrutit’ gayki’ v strane—Yatsenyuk” [As alegações de Yanukovich de ataques armados ‘podem indicar’ planos das autoridades para apertar os parafusos’ no país—Yatseniuk], *UNIAN Novosti-Online*, 2 novembro 2011.

25. Sergii Leshchenko, “The Maidan and Beyond: The Media’s Role”, *Journal of Democracy* 25 (julho 2014): 52–57.

26. Vijai Maheshwari, “The Comedian and the Oligarch”, *Politico*, 17 abril 2019, www.politico.eu/article/volodomyr-zelenskiy-ihor-kolomoisky-the-comedian-and-the-oligarch-ukraine-presidential-election/; Jonah Fisher, “Ukraine’s Zelensky Accused by Ex-Leader of Hosting Russian ‘Fifth Column’”, *BBC News*, 5 julho 2020, www.bbc.com/news/world-europe-53281086.

27. Gordon S. Wood, “Conspiracy and the Paranoid Style: Causality and Deceit in the Eighteenth Century”, *William and Mary Quarterly* 39 (julho 1982): 401–41; Michael Butter, *Plots, Designs, and Schemes: American Conspiracy Theories from the Puritans to the Present* (Berlim: De Gruyter, 2014).

28. Kathryn S. Olmsted, *Real Enemies: Conspiracy Theories and American Democracy, World War I to 9/11* (Nova York: Oxford University Press, 2009).

29. Jane Mayer, “The Big Money Behind the Big Lie”, *New Yorker*, 2 agosto 2021, www.newyorker.com/magazine/2021/08/09/the-big-money-behind-the-big-lie.

30. Adam J. Berinsky, “Rumors and Health Care Reform: Experiments in Political Misinformation”, *British Journal of Political Science* 47 (abril 2017): 241–62; Salil D. Benegal e Lyle A. Scruggs, “Correcting Misinformation About Climate Change: The Impact of Partisanship in an Experimental Setting”, *Climatic Change* 148 (maio 2018): 61–80.

31. Annie Grayer, Lauren Fox, e Sarah Fortinsky, “Not All Republicans Are Embracing McConnell’s Vaccine Push: Read What Some Had to Say When Asked This Week”, *CNN*, 22 julho 2021, <https://edition.cnn.com/2021/07/22/politics/house-republicans-vaccination-rates/index.html>.

32. Jen Kirby, “Jair Bolsonaro Is Facing a Political Reckoning in Brazil: How Far Will It Go?”, *Vox*, 4 junho 2021, www.vox.com/2021/6/4/22456981/brazil-jair-bolsonaro-impeachment-protests-coronavirus.

Como os autocratas instrumentalizam os direitos das mulheres

Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg

*Elin Bjarnegård é professora associada de ciência política na Universidade de Uppsala e autora de *Gender, informal institutions and political recruitment: explaining male dominance in parliamentary representation* [Gênero, instituições informais e recrutamento político: explicando o domínio masculino na representação parlamentar] (2013). Pär Zetterberg é professor associado de ciência política na Universidade de Uppsala.*

De todos os países do mundo, o que possui a maior parcela de cadeiras do parlamento ocupada por mulheres é Ruanda. Os assentos reservados para as mulheres foram introduzidos pela Constituição de 2003. Desde sua adoção, a representação feminina na Câmara dos Deputados cresceu muito além das duas dúzias de assentos originalmente reservados a elas (de um total de 80), alcançando 49 assentos (61%) após a eleição de 2018. Em 2007 e, novamente, em 2016, o presidente de Ruanda, Paul Kagame, ganhou prêmios de igualdade de gênero por promover a inclusão de mulheres no sistema político de seu país.¹ Em Dakar, Senegal, ele recebeu o *African Gender Award* [prêmio africano de gênero] e, nove anos depois, na capital de seu país, Kigali, recebeu o *Gender Champion Award* [prêmio pela defesa de gênero].

Ruanda é uma autocracia. Kagame dominou a política do país

*Publicado originalmente como “How autocrats weaponize women’s rights”, April 2022, Volume 33, Number 2 © 2022 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

desde o fim do genocídio e da guerra civil, no início dos anos 1990, e foi presidente por mais de vinte anos. Durante esse tempo, a *Freedom House* sempre classificou o país como “não livre”, e vários analistas descreveram em detalhes a busca do poder pelo regime de Kagame por meio de fraude eleitoral, repressão de opositores e abusos dos direitos humanos. As reformas de igualdade de gênero de Ruanda são parte de uma estratégia mais ampla para desviar a atenção das práticas antidemocráticas de seu governo.² Ao intensificar drasticamente a representação política das mulheres, observa um estudioso, o regime de Kagame “vestiu sua governança cada vez mais autoritária em roupas democráticas”.³

Ruanda não é o único país autoritário que fez progressos notáveis no que diz respeito à inclusão política das mulheres. Embora, historicamente, as desigualdades de gênero tenham sido uma marca dos Estados autoritários, as três décadas desde o fim da Guerra Fria testemunharam uma mudança dramática em termos de legislação relacionada aos direitos das mulheres. Protocolos internacionais, como a Declaração de Pequim (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher), de 1995; os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre mulheres, paz e segurança; e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, têm pressionado os países a tomar medidas concretas para aumentar o acesso das mulheres a cargos de gestão, bem como à educação, ao trabalho remunerado e à saúde. Em parte, em resposta a esses esforços, países em todo o mundo vêm adotando um número crescente de reformas de igualdade de gênero desde meados da década de 1990. Embora o movimento pela igualdade de gênero tenha sido global, as autocracias têm, surpreendentemente, adotado a maioria dessas reformas.⁴ Por exemplo, dos 75 países que adotaram leis de cotas baseadas em gênero para representação parlamentar,⁵ cerca de dois terços (51) têm sido governados por líderes não democráticos.

Por que os autocratas parecem apoiar a inclusão política das mulheres? Eles podem ter razões ideológicas para fazê-lo (por exemplo, em estados socialistas), mas considerações estratégicas também podem pesar. Autocratas fazem uso da vigilância, da manipulação de eleições e da repressão para se manter no poder, mas alguns também buscam maior legitimidade para conquistar, se não a aprovação, pelo menos a obediência passiva ou a tolerância. Autocratas modernos são mais propensos do que seus antecessores a adotar reformas de igualdade de gênero para aumentar a legitimidade do regime, desviando a atenção das violações da integridade eleitoral e dos direitos humanos.

Em outras palavras, estamos assistindo à “lavagem de gênero (*genderwashing*) autocrática”. Ao receber os créditos pelos avanços na igualdade de gênero, os governos autocráticos voltam os holofotes para uma área amplamente vista como ligada à democracia, tirando o foco das contínuas práticas autoritárias. Mais especificamente, levar crédito pelo progresso da igualdade de gênero permite aos autocratas elaborar estratégias de legitimação voltadas para grupos específicos: a oposição política, atores internacionais e a sociedade civil e os cidadãos.

Para entender o uso efetivo que as autocracias fazem das reformas que promovem os direitos das mulheres, precisamos situar esse fenômeno no contexto da ascensão da ordem mundial liberal pós-Guerra Fria. Antes da década de 1990, a inclusão política das mulheres e o empoderamento geral pouco apareciam na promoção da democracia. À medida que a igualdade de gênero entrava na agenda internacional, no entanto, o repertório de ações para o desenvolvimento da democracia expandiu-se gradualmente e passou a enfatizar a representatividade dos sistemas políticos.⁶ Com isso, a ideia de inclusão das mulheres tornou-se um aspecto integral dos esforços de promoção da democracia, a ponto de a igualdade de gênero e a democracia serem agora amplamente vistas como intimamente conectadas e terem sido descritas como “normas casadas” inseparáveis.⁷

Assim, a comunidade internacional tem abraçado cada vez mais essa união entre democracia e gênero, ao passo que a promoção da democracia ganhou importância e influenciou o comportamento e as estratégias dos autocratas. Na era pós-Guerra Fria, Estados autoritários, particularmente aqueles com ligações com democracias ocidentais, responderam à demanda por democracia desenvolvendo instituições democráticas formais e abrindo-se para eleições.⁸ No entanto, esses não são países em transição democrática. São, sim, autocracias eleitorais ou regimes autoritários competitivos que permitem eleições multipartidárias, mas apenas de forma distorcida e manipulada. Assim como os autocratas aprenderam a explorar o instituto da eleição multipartidária, a fim de sinalizar a presença de uma democracia que não existe de fato, esses governantes também aprenderam a usar a igualdade de gênero de forma semelhante. Ao anunciar a adoção de uma cota de gênero no parlamento, por exemplo, um regime autoritário pode mostrar-se comprometido com o valor democrático da inclusão, ao mesmo tempo em que deixa de lado as pressões por eleições parlamentares livres e justas.

Assim, a lavagem de gênero autocrática equivale à promoção da igualdade de gênero *com segundas intenções*. A ideia por trás disso é ajudar um regime a parecer progressista, liberal e democrático, desviando a atenção de suas contínuas práticas autoritárias. Pode ser de forma calculada, como quando um regime segue um plano de marketing político que define o escopo e o momento de suas reformas de igualdade de gênero, ou de forma oportunista, como quando muitos autocratas pularam na onda e adotaram cotas eleitorais de gênero após a IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada pelas

A ideia por trás da lavagem de gênero é ajudar um regime a parecer progressista, liberal e democrático, desviando a atenção de suas contínuas práticas autoritárias.

Nações Unidas em Pequim, em 1995. Seja planejada ou *ad hoc* (ou um pouco de ambos), a lavagem de gênero autocrática envolve uma avaliação de risco-benefício. Como as normas democráticas e de gênero estão firmemente ligadas, os benefícios, em termos de sinalizar democracia e aumentar as perspectivas de sobrevivência do regime, provavelmente serão altos.

A associação entre democracia e igualdade de gênero muitas vezes se baseia em uma suposição acrítica, em vez de em uma análise mais profunda. A disposição excessiva de equiparar até mesmo reformas superficiais de igualdade de gênero com a democracia aumenta a possibilidade de os autocratas se beneficiarem dessas reformas. Os autocratas podem imaginar que o aumento da representação das mulheres nas instituições políticas seja visto como uma marca de progresso democrático, ainda que as instituições nas quais mais mulheres foram agora incluídas tenham pouco poder.⁹ Ao mesmo tempo, as reformas de igualdade de gênero tendem a envolver pouco risco para o regime em comparação com mudanças que possam fortalecer a oposição ou levar a uma competição eleitoral justa.

Em muitas autocracias, as mulheres legisladoras tendem a ser mais leais aos seus respectivos partidos do que os homens.¹⁰ As mulheres são muitas vezes mais dependentes das hierarquias partidárias e das lideranças porque têm acesso limitado a outros caminhos para a política, como redes clientelistas locais.¹¹ Em um ambiente autoritário, a lealdade das mulheres pode ser até uma condição para a sua inclusão. Assim, trazer para o parlamento mais mulheres com filiações partidárias pode solidificar em vez de ameaçar o apoio ao regime. Melhorar a inclusão política das mulheres, em outras palavras, pode ser uma estratégia eficaz de cooptação que traz pouco risco para a sobrevivência de uma autocracia.

Do ponto de vista normativo, portanto, agrupar a igualdade de gênero e a democracia é problemático. Esse agrupamento dá aos auto-

cratas uma oportunidade de usar a inclusão (das mulheres) como uma manobra para evitar uma disputa mais justa entre governo e oposição. Em qualquer definição de democracia, a competição justa é fundamental. A menos que as reformas que promovam a inclusão das mulheres tornem a concorrência mais justa, elas não constituem, por si só, melhorias democráticas. Na ausência de uma competição justa, os autocratas podem transformar até mesmo reformas aparentemente inclusivas em instrumentos de um regime autoritário.

O escudo de legitimidade

A questão torna-se, então, *como* os autocratas usam as reformas de igualdade de gênero para promover a sobrevivência do regime. Embora tenha havido um forte foco no uso de estratégias coercitivas pelos autocratas para permanecer no poder, as reformas de igualdade de gênero fazem parte de outro tipo de estratégia autocrática: a busca de legitimidade.¹² Pode ser possível governar apenas por coerção, mas esse é um curso arriscado em comparação com fazer com que o poder pareça legítimo. Os autocratas têm a imprensa e as escolas públicas para disseminar propaganda, e também podem buscar legitimidade e prestígio sediando diversos eventos internacionais.¹³ Diferentes estratégias de legitimação podem ser direcionadas a diferentes atores, e as estratégias nem sempre precisam efetivamente angariar apoio ao regime, já que, em muitos casos, o consentimento passivo ou a tolerância podem ser suficientes para os objetivos autoritários.

Algumas estratégias de legitimação estão relacionadas à identidade do regime. Por exemplo, há partidos governistas que justificam seu direito de governar fazendo referências a conquistas históricas, como um papel fundador no processo de construção do Estado. Movimentos de libertação anticolonial que viraram partidos no poder — o FRELIMO de Moçambique é um exemplo, entre muitos — muitas vezes

vangloriam-se de suas ações na luta pela independência nacional. Outra estratégia de legitimação baseada na identidade é reivindicar uma ideologia nacional comum. Regimes autocráticos às vezes elegem um sistema de crenças oficial, baseado no nacionalismo ou — como no caso do Irã — em uma religião específica. Uma terceira estratégia de legitimação que se baseia na identidade do regime é o personalismo. Ao longo da história, houve muitos regimes autocráticos — como a ditadura de Rafael Trujillo de 1930-61 na República Dominicana — que têm procurado justificar seu direito de governar focando em características específicas do líder. Elogios frequentes ao governante como uma figura carismática, abençoada por qualidades inatas únicas e encarregada de uma missão histórica de liderar o país.

Quadro. Estratégias de legitimação e alvos da lavagem de gênero autocrática.

Estratégia de legitimação	Público-alvo	Exemplo de reforma de igualdade de gênero
Baseada em procedimentos	Oposição política	Mudança de regras eleitorais afetando direta ou indiretamente a representação das mulheres
Baseada em prestígio	Comunidade internacional	Melhorias simbólicas, mas bastante visíveis, do status das mulheres
Baseada em desempenho	Cidadãos	Garantia de direitos ou prestação de serviços focados em parte do eleitorado

As reformas de igualdade de gênero fazem parte de outro conjunto de estratégias de legitimação que são orientadas a resultado, em vez de baseadas em identidade. Compreender isso significa focar mais atentamente nas ações do regime autocrático. Com base no trabalho de Christian von Soest e Julia Grauvogel, identificamos três maneiras pelas quais os autocratas usam a igualdade de gênero para buscar legitimidade.¹⁴ Cada estratégia pode servir ao regime como um escudo contra diferentes tipos de ameaça à sua estabilidade. Elas podem basear-se em procedimentos, prestígio e desempenho. Quando combinadas com uma reforma específica de igualdade de gênero, elas constituem estratégias de legitimação, visando diferentes atores, dependendo de quem o autocrata está buscando impressionar e de onde vêm as ameaças.¹⁵

O quadro analítico é sintetizado no quadro acima. Ele sugere, em primeiro lugar, que regimes autocráticos enxergam nas reformas de igualdade de gênero um meio de manter o domínio sobre a oposição política. Em segundo lugar, os regimes também recorrem a tais reformas a fim de ganhar prestígio internacional — uma coisa boa a se ter quando os governantes tentam resistir às pressões externas por democratização. Terceiro e último, os autocratas buscam legitimidade baseada em desempenho de cidadãos ou de organizações de mulheres para satisfazer a massa. Quando essas estratégias de legitimação também são usadas para garantir a estabilidade do regime e adiar a democratização (normalmente preservando limites estritos à competição política), elas equivalem à lavagem de gênero autocrática.

Na prática, a mesma reforma da igualdade de gênero pode ser usada em várias estratégias de legitimação ao mesmo tempo, visando mais de um tipo de público. Por exemplo, a ratificação de um tratado internacional pode, sob certas circunstâncias, atingir um público tanto externo quanto interno. Como os autocratas precisam lidar com ameaças potenciais provenientes de várias direções, é útil distinguir entre as diferentes estratégias de legitimação utilizadas nos vários ca-

sos. Constituem partes distintas, porém integradas, de uma abordagem multifacetada com um único objetivo: ajudar os autocratas a usar as reformas de igualdade de gênero para evitar a democratização.

Para ser efetiva, toda estratégia de legitimação precisa ser cuidadosamente adaptada ao cenário político em que é empregada. A estratégia deve “contar” aos olhos dos atores relevantes — deve moldar a forma como veem o regime e afetar sua escolha de apoiar (ou ao menos tolerar) o regime em vez de retirar seu apoio.

Manipulando a representação

Quando os autocratas decidem realizar eleições, o objetivo, normalmente, é poder alegar uma legitimidade *procedimental* sem perder o controle das regras do jogo. Ao invocar fontes procedimentais de legitimidade, os autocratas vinculam explicitamente seu direito de governar aos resultados eleitorais ou ao arcabouço legal em vigor. Resaltam que seguiram as regras, sem mencionar que são eles que estabelecem as regras e que decidem como são aplicadas. Regras elaboradas por autocratas tendem, não surpreendentemente, a favorecê-los. Seus oponentes ficam em desvantagem. Estratégias de legitimação procedimental envolvem as instituições políticas existentes; partidos governistas frequentemente fazem uso delas para controlar a oposição. O controle procedimental da oposição é eficiente justamente porque permite e até incentiva a oposição a aderir ao jogo político. Quando os partidos de oposição optam por “investir” nas instituições existentes, competindo em seu âmbito e aderindo aos procedimentos do regime, oferecem um endosso implícito da configuração institucional do regime. Sua derrota, quando ocorre, parece procedimentalmente legítima: eles concordaram em competir pelas regras do regime e perderam.

Esse jogo procedimental tende a se repetir continuamente em autocracias competitivas, e pode tomar muitas formas diferentes. As refor-

mas de igualdade de gênero são um elemento relativamente novo no jogo. Quando uma reforma eleitoral é projetada para favorecer o partido do governo, a redução da competição eleitoral pode ser disfarçada de avanço na inclusão se as mulheres forem colocadas nas “cadeiras garantidas” criadas pela reforma. Quando a oposição perde a eleição da qual optou por participar, mesmo que o partido do governo esteja disputando com mais candidatas mulheres, qualquer cadeira adicional que o governo ganhe pode ser caracterizada como um ganho para a inclusão democrática. Assim, a lavagem de gênero autocrática torna-se parte do jogo de legitimidade procedimental. A igualdade de gênero pode ser aplicada estrategicamente para tornar mais palatáveis os efeitos antidemocráticos de uma reforma específica, mas novas reformas de igualdade de gênero também podem ser introduzidas para desviar a atenção de outras táticas autoritárias.

Estratégias de legitimação procedimental que dependem de reformas de igualdade de gênero tendem a envolver a presença das mulheres no parlamento. A adoção de cotas eleitorais de gênero constitui uma forma cada vez mais comum de rever as regras do jogo eleitoral em uma direção mais inclusiva. Nas últimas três décadas, as leis de cotas de gênero tornaram-se uma das reformas eleitorais mais abrangentes do mundo. Cotas eleitorais de gênero muitas vezes melhoram de fato a representação das mulheres. Países com cadeiras reservadas têm significativamente mais mulheres em seus parlamentos do que países que não adotaram cota.¹⁶ A proporção média de cadeiras no parlamento reservadas para mulheres deputadas é de 24%. No entanto, as cotas de gênero podem ser usadas como instrumentos de lavagem de gênero autocrática. Isso acontece especialmente quando as cotas acabam limitando, na prática, a oposição política. O método mais comum usado por um partido no poder é organizar a cota de gênero para que ela beneficie principalmente as apoiadoras fiéis do governo, deixando as mulheres da oposição de fora.

É difícil quantificar exatamente quantas cadeiras “extras” os partidos no poder em países autoritários em todo o mundo obtiveram por meio de cotas de gênero. Uma das razões é que, globalmente, há poucos dados de representação desagregados de acordo com o partido e o gênero.¹⁷ Outra razão é que “cotas de gênero” é um termo guarda-chuva para uma série de reformas eleitorais diferentes que visam aumentar a representação das mulheres. Um dos principais tipos de cotas — as cotas para registro de candidatura — aplica-se ao processo regular de seleção de candidatos, especificando que um percentual mínimo de candidatos de cada partido deve ser de mulheres. Nestes casos, não há assentos “extras” a preencher e, portanto, não podemos avaliar facilmente o ganho para os partidos autocráticos.

O outro tipo comum de quota de gênero — a reserva de cadeiras no parlamento — é de particular interesse aqui, pois tem sido adotado exclusivamente por não democracias. Hoje, ele é usado em cerca de vinte países. Esse tipo de cota utiliza diferentes mecanismos para destinar cadeiras no parlamento para as mulheres. Esses mecanismos podem ser projetados de modo a beneficiar partidos do governo ou partidos de oposição, e uma análise do formato preferido pelos autocratas pode nos dar uma pista. Até o ano 2000, as mulheres eram, com poucas exceções, indiretamente selecionadas para as cadeiras reservadas.¹⁸ Por exemplo, as cadeiras eram preenchidas após a eleição parlamentar, de maneira proporcional ao resultado eleitoral, ou nomeadas pelo Executivo. Essa seleção indireta beneficiou claramente os partidos do governo em relação aos de oposição. Nos últimos vinte anos, tornou-se mais comum eleger mulheres diretamente para cadeiras reservadas, sobretudo introduzindo distritos especiais ou listas para mulheres. Essas eleições diretas de mulheres são incorporadas em processos eleitorais que já são distorcidos em favor dos partidos governistas.

Apenas em alguns sistemas do tipo “melhor perdedor”, adotado pela primeira vez no Afeganistão em 2004 por pressão de organiza-

ções internacionais, é que as cadeiras reservadas são projetadas para tentar equilibrar as desigualdades entre os partidos do governo e da oposição (já que, nesse sistema, as cadeiras reservadas às mulheres são preenchidas por aquelas que concorreram contra os homens nas eleições gerais e receberam um número substancial de votos, embora não o suficiente para serem eleitas).

Um exemplo de viés governista pode ser encontrado em Singapura, onde o partido do governo, o Partido de Ação Popular (PAP), há muito usa cálculos eleitorais estratégicos para manter sua hegemonia. Os métodos do PAP incluem cotas étnicas e uma forma de redesenho de distritos eleitorais (*gerrymandering*) projetada para garantir que as minorias (sobretudo singapurenses etnicamente malaios ou indianos) não formem maioria em nenhum distrito. O objetivo do PAP é evitar a ascensão de partidos de oposição de base étnica. As preocupações de gênero foram recentemente incorporadas a esse modelo. O PAP tem incorporado a igualdade de gênero em sua retórica e redesenhou os Círculos Eleitorais Representativos de Grupo (GRC), expandindo-os em tamanho e número, a fim de permitir mais candidatas indicadas pelo PAP. Os GRC geralmente representam “cadeiras garantidas” para o PAP, que a oposição raramente preenche. Essa expansão dos GRC ajudou o PAP a se posicionar como um partido mais inclusivo, sem renunciar a nenhuma de suas forças eleitorais.¹⁹

Na Tanzânia, o partido autoritário que há muito governa o país engajou-se na aprendizagem autoritária, reformando ativamente e adaptando o sistema de cotas de gênero de “cadeiras especiais” para garantir que continue a ajudar o regime a vencer as eleições, apesar de alterar a dinâmica competitiva. Por exemplo, o regime aumentou repetidamente o número de cadeiras parlamentares destinadas às mulheres, mantendo um sistema no qual essas cadeiras são preenchidas após a eleição de acordo com a proporção de votos que cada partido

recebeu. Este sistema claramente desfavorece o principal partido tradicional de oposição, cujos apoiadores se concentram em um par de ilhas (Zanzibar e Pemba) fora do continente tanzaniano. No entanto, esse arranjo também tem beneficiado outro partido de oposição, cujos eleitores estão mais geograficamente dispersos.

Mais uma vez, o partido no poder tem buscado maneiras de adaptar essa reforma. Ele tentou aprovar um projeto de emenda constitucional, interrompido em 2015 devido às tensões e críticas da oposição, para criar um sistema de representação ainda mais radical, que não só garantiria a paridade de gênero como também reforçaria o poder do partido do governo, alocando assentos tanto para homens quanto para mulheres com base em um sistema de maioria simples (*first-past-the-post*).²⁰ Isso demonstra que governos autoritários, assim como outros atores políticos, também passam por um processo interativo de aprendizagem. As reformas podem ter consequências intencionais e não intencionais. Para um governo autoritário, que controla o processo legislativo, isso muitas vezes significa promover ajustes e adaptações das leis ao longo do tempo.

Em outros casos, as reformas procedimentais de igualdade de gênero têm buscado desviar a atenção de mudanças antidemocráticas. Na Etiópia, em 2004, o partido do governo adotou uma cota de gênero voluntária (pelo menos 30% de seus candidatos tinham que ser mulheres), declarando explicitamente que a representação das mulheres era um indicador de democracia autêntica. Nas eleições que se seguiram, no entanto, houve evidências de que os resultados das urnas haviam sido substancialmente manipulados, indicando que o partido no poder não tinha intenção de tornar as eleições democráticas. Mais mulheres acabaram eleitas para a legislatura controlada pelo regime, mas tinham laços muito fortes com o partido do governo. Além disso, um dos principais objetivos de todo esse processo tinha sido desviar a atenção das acusações de fraude eleitoral.²¹

Em Bangladesh, a controversa 14ª Emenda (2004) à Constituição de 1972 elevou a idade de aposentadoria dos juizes da Suprema Corte de 65 para 67 anos. O dispositivo foi aprovado por 226 votos a 1 durante um boicote da oposição ao Parlamento. O objetivo da mudança era permitir a continuidade no cargo do então presidente da Suprema Corte, KM Hasan, a quem o Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP) queria manter no cargo por razões partidárias. Para tornar essa manobra mais palatável, o BNP acrescentou ao texto da emenda um dispositivo que destinaria mais cadeiras no parlamento às mulheres.²²

Os autocratas veem as cotas de gênero como úteis por várias razões. Bangladesh é um país pobre, que depende de ajuda externa; o BNP provavelmente via o aumento da cota de gênero no parlamento como uma manobra de baixo risco que teria potencialmente um grande retorno na forma de aumentar o financiamento externo. Embora o BNP não tenha conseguido se manter no poder, seu sucessor pouco democrático, a Liga Awami, manteve a cota de gênero. Em Singapura, o velho PAP pode ter percebido a necessidade de atrair um crescente eleitorado jovem e progressista.

***A lavagem de gênero
pressupõe que as
mulheres sejam
colocadas em cargos
simbólicos para que
o regime possa se
posicionar como
moderno e progressista.***

Lavagem de reputação

Os autocratas podem realizar reformas de igualdade de gênero em busca de *prestígio* aos olhos da comunidade internacional, na tentativa de mitigar ameaças externas e, ao mesmo tempo, reforçar narrativas de legitimação do regime. Para compreender a estabilidade institucional, é preciso considerar as inter-relações internacionais.²³ A igualdade de

gênero é um instrumento cada vez mais importante para garantir o apoio estrangeiro. A lavagem de gênero autocrática pressupõe que as mulheres sejam colocadas em cargos simbólicos e em posições de alto escalão, que sejam aprovadas leis de igualdade de gênero ou que os direitos das mulheres sejam fortalecidos — tudo para que um regime autoritário possa se posicionar como moderno e progressista e, assim, melhorar sua reputação internacional.

As autocracias têm motivos estratégicos particulares para buscar a melhora de sua reputação. Uma esperança é evitar críticas e pressões externas para que se democratize — em outras palavras, os regimes acreditam que a lavagem de gênero pode encorajar os países doadores a parar de pressionar por, digamos, reformas que ampliem a competição política. A necessidade de recursos econômicos, como investimentos estrangeiros diretos, empréstimos e financiamento para o desenvolvimento, também pode impulsionar reformas relacionadas a gênero.²⁴ Os regimes capazes de angariar tais recursos conseguem se proteger melhor de pressões por democratização, enquanto a suspensão ou a redução desses recursos pode trazer um grande problema para um sistema autoritário caso sua economia seja afetada.

A maioria dos exemplos de lavagem de gênero autocrática em busca de prestígio internacional diz respeito à adoção de cotas de gênero ou ao aumento da representação das mulheres. Organizações internacionais começaram a classificar os países com base na presença das mulheres nos parlamentos. Ruanda, como observado, está no topo da lista, e Jennie Burnet afirma que essas políticas “dão liberdade às missões diplomáticas em Kigali para ignorar o autoritarismo do regime e os abusos dos direitos humanos”.²⁵ Uma pesquisa de opinião pública recente sugere que as cotas de gênero realmente favorecem os regimes autoritários: cidadãos em países doadores percebiam as autocracias como mais democráticas e mostravam-se mais propensos a apoiar o envio de ajuda estrangeira aos países que haviam adotado cotas e aumentado a representação política das mulheres.²⁶

Há outras maneiras pelas quais a igualdade de gênero pode ser usada para melhorar a reputação internacional de um país ao mesmo tempo em que desvia a atenção de práticas antidemocráticas. Veja, por exemplo, os Camarões. O presidente Paul Biya está no poder desde 1982, tornando-o o chefe de Estado mais longo do mundo (com exceção de monarcas coroados). Biya e seu partido seguiram muitas das recomendações da Declaração de Pequim de 1995. Foram reforçados mecanismos institucionais para o avanço das mulheres. Em 1997, os Camarões criaram o Ministério dos Assuntos da Mulher e o Comitê Consultivo para a Promoção das Mulheres. Esse pronto cumprimento das normas internacionais para a igualdade de gênero ajudou Biya a obter financiamento significativo tanto de países doadores individuais quanto de fontes multilaterais. Desde 1995, os Camarões receberam mais de US\$ 19 bilhões em ajuda oficial e assistência ao desenvolvimento.

O dinheiro e o prestígio adicionais saíram barato: Biya nunca deu ao novo ministério muito orçamento, e o comitê se reuniu apenas três vezes em doze anos. Na prática, essas instituições de fachada supostamente favoráveis às mulheres prejudicaram as atividades das organizações de mulheres e dos funcionários progressistas do ministério.²⁷ O regime de Biya, por sua vez, continuou fraudando eleições, limitando as atividades dos partidos de oposição e restringindo as liberdades de imprensa e de associação. Até hoje, os Camarões continuam sendo um Estado fortemente autoritário, classificado pela *Freedom House* como “não livre”. Assim, tanto organizações internacionais quanto países doadores individuais têm contribuído para fortalecer a capacidade estatal de um regime autoritário que, por meio de declarações públicas e da criação de instituições públicas em apoio à igualdade de gênero, tem sido capaz de evitar ser responsabilizado, tanto internacional quanto domesticamente, pela falta de progresso democrático real.

Cooptando a sociedade civil

Os autocratas também podem tentar mitigar as ameaças ao seu governo vindas dos cidadãos, alegando um ótimo desempenho na área de igualdade de gênero. Isso geralmente envolve citar realizações reais ou imaginárias para satisfazer as necessidades dos cidadãos. Em termos de igualdade de gênero, muitas vezes implica o Estado apoiar projetos de igualdade de gênero de grande visibilidade. Alegações de legitimidade de desempenho também podem contar com a aprovação de reformas legais relacionadas ao status ou ao bem-estar das mulheres. O principal interesse do autocrata é evitar qualquer tipo de mobilização em massa em torno dessas questões. Como é comum em regimes autoritários, os recursos estatais são usados para difundir notícias sobre as realizações (reais ou imaginárias) do governo, enquanto os críticos têm o acesso à imprensa negado. As fronteiras entre o Estado e o partido no poder tornam-se deliberadamente confusas, e sobre as alegações de desempenho do governo são menos sujeitas a um escrutínio crítico.

Regimes autoritários são mais propensos a permitir ações da sociedade civil em áreas como a igualdade de gênero, que não são percebidas como diretamente ameaçadoras ao regime, e este ainda pode levar crédito por qualquer progresso alcançado. Existem várias razões para os partidos no poder colaborarem com a sociedade civil para buscar legitimidade sem deixar de exercer o controle. Permitir que a sociedade civil opere transmite a impressão de uma democracia funcional. Além disso, ao cumprir o rito burocrático para a realização dessas atividades, as organizações da sociedade civil reafirmam a ordem autoritária. Os vínculos do regime autoritário com a sociedade civil podem ser uma fonte útil de informação para ele. Por fim, as organizações de assistência social da sociedade civil, em particular, podem se mostrar úteis quando prestam serviços ou satisfazem necessidades sociais não atendidas pelo aparato estatal. Quando o regime coopta com sucesso

iniciativas da sociedade civil, os governantes podem levar crédito pelos serviços prestados e alegar legitimidade baseada em desempenho.²⁸

Há vários exemplos dessa estratégia de legitimação. Na Argélia, por exemplo, o presidente Abdelaziz Bouteflika ampliou os direitos das mulheres ao longo de sua presidência (1999-2019). Em 2005, época em que assinava um acordo de paz com combatentes islâmicos, ele alterou o Código de Família da Argélia de 1984. O original, por muito tempo alvo de críticas de grupos de mulheres, tinha incluído grandes concessões aos fundamentalistas islâmicos. O novo código rompeu com algumas interpretações islâmicas, por exemplo, elevando a idade mínima do casamento para dezenove anos para homens e mulheres, e declarando que apenas a própria mulher (e não outra pessoa por procuração) poderia consentir com seu casamento. As alterações podem ter sido motivadas pela necessidade de Bouteflika de angariar o apoio (ou pelo menos o consentimento silencioso) de forças progressistas da sociedade civil por seus esforços pela paz com os islâmicos após uma sangrenta guerra civil que eclodiu em 1992 (quando o exército suspendeu as eleições) e se estendeu por uma década, matando em torno de 150 mil argelinos.

Outras reformas de igualdade de gênero adotadas no governo Bouteflika concederam às mulheres direitos políticos mais amplos e mais recursos contra a violência de gênero. Grupos de mulheres tornaram-se mais ativos para pressionar por essas mudanças, mas também se encaixavam nos planos do regime de se apresentar como um “defensor dos direitos das mulheres”.²⁹ Essa estratégia foi uma forma de Bouteflika convencer o mundo de que seu regime se preocupava com a democracia e cultivar o apoio entre as mulheres e entre os segmentos mais liberais da sociedade argelina. Ainda que o regime adotasse partes da agenda de reformas da sociedade civil, no entanto, também impunha novas restrições à própria sociedade civil. As organizações de mulheres não foram poupadas, pois tiveram restringido seu acesso a financiamento externo. Algumas organizações da sociedade civil foram fechadas.

A Arábia Saudita, que nunca recebeu outra classificação além de “não livre” pela *Freedom House* desde que sua pesquisa começou, há 50 anos, adotou uma reforma relacionada a gênero de grande visibilidade em junho de 2018. Virou manchete mundial quando a Arábia Saudita deixou de ser o único país do planeta que proibia as mulheres de dirigir. O príncipe herdeiro Mohammed bin Salman (MBS), que havia chegado ao poder um ano antes e começado a fazer mudanças de cima para baixo, queria (e ainda quer) angariar apoio entre os sauditas mais jovens. Ele procura retratar-se como progressista e reformista. Ações em temas ligados aos direitos das mulheres servem a esse propósito. O plano de modernização de MBS para o país, “Visão 2030”, espera que as mulheres entrem na força de trabalho em maior número para ajudar a Arábia Saudita a diversificar sua economia e a escapar da dependência das receitas de petróleo. Para isso, obviamente, as mulheres trabalhadoras precisarão dirigir.

Embora as ativistas mulheres sauditas lutem há muito tempo pelo direito de dirigir, MBS teve o cuidado de não dar ao movimento das mulheres qualquer crédito pela reforma. E como poderia, se estava aprisionando ativistas dos direitos das mulheres — incluindo ativistas do direito de dirigir — como parte de uma política de repressão que iniciou em janeiro de 2018? Essas detenções, aliás, têm sido apenas uma entre muitas frentes de uma campanha de abusos de direitos humanos que inclui detenções arbitrárias, punições desproporcionais e o assassinato, em outubro de 2018, do dissidente Jamal Khashoggi no consulado saudita em Istambul, na Turquia.

Deixar as mulheres dirigir pode ter sido uma política voltada principalmente para um público interno de cujo apoio MBS precisa, mas não há dúvida de que a Arábia Saudita também recebeu aclamação internacional pela mudança. Houve uma ampla cobertura da mídia mundial que soou como um golpe publicitário de MBS. Tanto na Arábia Saudita quanto na Argélia, os regimes avançaram em direção a uma

maior igualdade de gênero, embora ambos os países seguissem sendo regimes autoritários (a Arábia Saudita é dominada pela monarquia e a Argélia, pelos militares) que restringem a liberdade de associação, inclusive a dos próprios ativistas cujas ideias de reforma os regimes reclamavam para si.

Como ilustram os exemplos acima, a lavagem de gênero autocrática abarca o controle autoritário sobre ativistas dos direitos das mulheres. Controlar e limitar a mobilização em massa faz parte das estratégias de um governo autoritário para se manter no poder. Permitir o empoderamento ou a mobilização de mulheres fora do domínio do governo autoritário pode até melhorar as chances de sucesso dos movimentos pela democracia.³⁰

Desmascarando a lavagem de gênero autocrática

Somente tornando pública a lavagem autocrática de gênero é que conseguiremos efetivamente chamar a atenção para o perigo que ela representa. Estudiosos do autoritarismo deveriam explorar estratégias concretas para identificar a lavagem de gênero autocrática e analisar quando e onde diferentes tipos de autocracias podem se valer reformas de igualdade de gênero para buscar legitimidade procedimental, obter prestígio internacional ou alegar bom desempenho doméstico. Nossos exemplos sugerem que regimes autocráticos usam a lavagem de gênero como parte de um pacote de estratégias de legitimação, que variam dependendo de qual ameaça ou conjunto de ameaças o autocrata está tentando se proteger. Além disso, como sugerem os casos da Argélia e da Arábia Saudita, uma única reforma de igualdade de gênero pode ter múltiplos objetivos, servindo a mais de uma estratégia de legitimação e atingindo mais de um tipo de público. É possível que essa versatilidade da lavagem de gênero — juntamente com o baixo nível de risco envolvido — explique por que ela se tornou tão popular entre as autocracias.

Ainda assim, existem contextos específicos que produzem tipos específicos de comportamento de lavagem de gênero entre as autocracias? E certos tipos de reformas de igualdade de gênero se prestam mais facilmente à lavagem de gênero? É importante analisar as variações entre as autocracias e entre as áreas de política pública porque também estamos testemunhando, em algumas autocracias e democracias em recessão, uma tendência recente de ataque crescente ao feminismo, buscando reverter avanços em áreas como os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o direito de família.³¹

Nosso argumento sobre a lavagem de gênero autocrática, em contraste, sugere que, longe de atacar abertamente os direitos das mulheres, muitos autocratas se apresentam como defensores da igualdade de gênero. Pesquisas recentes sobre prestígio internacional focam em particular nas autocracias eleitorais, países onde eleições multipartidárias são permitidas, mas manipuladas. Camarões, Ruanda e Uganda enquadram-se nessa categoria. Também estão ligados ao Ocidente por um forte sistema de vínculos (*linkages*) e influência (*leverage*).³² Todos recebem ajuda europeia e norte-americana e possuem uma relação comercial significativa com democracias desenvolvidas. Parecer democrático aos olhos do público internacional é importante para os governantes desses países. Todos consideram que unir normas de gênero e democracia é uma fonte útil de novas oportunidades para reforçar as aparências democráticas sem de fato tornarem-se mais democráticos. Essas considerações sugerem que a lavagem de gênero enquanto meio de obter prestígio no cenário mundial é mais comum nesse conjunto de autocracias do que em outros estados autoritários. Aqui está uma tarefa para pesquisas empíricas.

Quaisquer que sejam seus usos por autocratas, é evidente que as normas de igualdade de gênero tornaram-se mais populares em muitas nações, não apenas em governos autoritários competitivos. Ao promover a lavagem de gênero, estariam os autocratas reconhecendo a crescente

importância atribuída às normas de igualdade de gênero pela comunidade internacional? Embora o reconhecimento da relevância da igualdade de gênero nas últimas três décadas constitua um avanço notável, o risco de que possa ser “sequestrada” para fins não igualitários é real. Políticos, diplomatas, investidores internacionais, jornalistas, acadêmicos e ativistas devem tomar cuidado para não serem levados a confundir a crescente inclusão das mulheres na política e na sociedade com democratização. Embora as reformas igualitárias sejam importantes em si, elas não são um substituto para eleições livres, justas e competitivas. Além disso, os opositoristas em países autoritários devem estar atentos a como as reformas eleitorais baseadas em gênero podem afetar o equilíbrio do jogo político, uma vez que os governos autocráticos não realizam essas reformas de forma neutra, mas, sim, buscando obter vantagens. Não é coincidência, portanto, que a introdução de cadeiras reservadas para as mulheres no continente africano tenha sido, em grande parte, impulsionada pelos partidos no poder, pois são os únicos em posição de planejar e implementar uma reforma que concilie compromissos de igualdade de gênero com maior força eleitoral.

Por fim, cidadãos organizados que se preocupam com a democracia e com a igualdade de gênero precisam estar cientes do risco de que a adoção de uma reforma de igualdade de gênero por parte de seu governo possa ser uma política de fachada ou uma tentativa de cooptar organizações de mulheres e importantes lideranças femininas, ou, ainda, as duas coisas ao mesmo tempo: um gesto vazio e uma manobra dissimulada.

É claro que as reformas de igualdade de gênero em países autoritários, ainda que obra de governantes com motivos duvidosos, podem fazer diferença para as mulheres e tornar as sociedades mais justas. Ainda que os autocratas estejam agindo estrategicamente — o que aumenta o risco de tratar as reformas de igualdade de gênero como mero paliativo —, é possível que o aumento da representação das mulheres no parlamento possa, sob certas condições, produzir melho-

rias para as mulheres, por exemplo, estimulando maiores gastos com saúde pública e levando a menores taxas de mortalidade materna e infantil.³³ Esses avanços são valiosos, obviamente. No entanto, nosso argumento principal permanece: ainda que as reformas de igualdade de gênero sejam avaliadas em seus méritos, os públicos-alvo das estratégias de legitimação dos autocratas (como os países doadores) devem estar cientes da estratégia mais ampla de evasão democrática que os regimes autoritários estão adotando quando promovem essas reformas. Isso não pode isentar esses governantes de críticas sobre seus objetivos ou iludir os formuladores de políticas de democracias sobre o que acontece quando os autocratas promovem a lavagem de gênero de seus regimes.

Notas

Os autores gostariam de agradecer o apoio recebido do Conselho Sueco de Pesquisa (Grant 2015-00955) e do Instituto Holandês de Estudos Avançados nas Ciências Humanas e Sociais (NIAS), bem como os valiosos comentários e discussões que tivemos com Jan Teorell, Henriette Müller, Bozena Welborne, Simon Willmetts, Daniela Donno e Sarah Bush.

1. James Munyaneza. “Kagame receives 2007 Africa Gender Award”. *New Times*, Kigali, 12 dec. 2007, <https://www.newtimes.co.rw/section/read/2022>; “President Kagame receives Gender Champion Award,”. paulkagame.com, 9 jul. 2016, www.paulkagame.com/president-kagame-receives-gender-champion-award.

2. Antonio Cascais. “Rwanda: Real Equality or Gender-washing?” *Deutsche Welle*, 7 mar. 2019, <https://www.dw.com/en/rwanda-real-equality-or-gender-washing/a-47804771>.

3. Jennie E. Burnet, “Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-genocide Rwanda”, *African Affairs*, 107 (jul. 2008):366.

4. Daniela Donno, Sara Fox, e Joshua Kaasik, “International Incentives for Women’s Rights in Dictatorships,” *Comparative Political Studies*, 14 jul. 2021, <https://doi.org/10.1177/00104140211024306>; Pär Zetterberg et al., “Democracy and the Adoption of Electoral Gender Quotas Worldwide,” *Comparative Politics* 54 (jan. 2022): 327–48.

5. Melanie M. Hughes et al., “Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform,” *Comparative Politics* 51 (jan. 2019): 219-38.

6. Thomas Carothers, “Democracy Support Strategies: Leading with Women’s Political Empowerment,” *Carnegie Endowment for International Peace*, set. 2016. <https://carnegieendowment.org/2016/09/14/democracy-support-strategies-leading-with-women-s-political-empowerment-pub-64534>.

7. Donno, Fox e Kaasik. “International Incentives for Women’s Rights in Dictatorships.”

8. Steven Levitsky e Lucan A. Way, “International Linkage and Democratization,” *Journal of Democracy* 16 (jul. 2005): 20–34.

9. Elin Bjarnegård e Erik Melander, “Revisiting Representation: Communism, Women in Politics, and the Decline of Armed Conflict in East Asia,” *International Interactions* 39 (set. 2013):558–574; Gabrielle Bardall, “Autocrats use feminism to undermine democracy,” *Policy Options*, 30 out. 2019, <https://policyoptions.irpp.org/magazines/october-2019/autocrats-use-feminism-to-undermine-democracy>.

10. Amanda Clayton e Pär Zetterberg, “Gender and Party Discipline: Evidence from Africa’s Emerging Party Systems,” *American Political Science Review* 115 (ago. 2021): 869–84.

11. Elin Bjarnegård, *Gender, Informal Institutions and Political Recruitment: Explaining Male Dominance in Parliamentary Representation* (Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013).

12. Aili Mari Tripp, *Seeking Legitimacy: Why Arab Autocracies Adopt Women’s Rights* (Nova York: Cambridge University Press, 2019).

13. Johannes Gerschewski, “The Three Pillars of Stability: Legitimation, Repression, and Co-optation in Autocratic Regimes,” *Democratization* 20 (jan. 2013): 13–38.

14. Christian von Soest e Julia Grauvogel, “Identity, Procedures and Performance: How Authoritarian Regimes Legitimize Their Rule,” *Contemporary Politics* 23, no. 3 (2017): 287–305.

15. Andreas Schedler, *The Politics of Uncertainty: Sustaining and Subverting Electoral Authoritarianism*. (Nova York: Oxford University Press, 2013).

16. Hughes et al., “Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform.”

17. Meryl Kenny et al., “Reclaiming Party Politics Research,” *European Political Science*, publicado online, 11 fev. 2022, <https://doi.org/10.1057/s41304-022-00362-0>.

18. Hughes et al., “Global Gender Quota Adoption, Implementation, and Reform.”

19. Netina Tan, “Why Are Gender Reforms Adopted in Singapore? Party Pragmatism and Electoral Incentives,” *Pacific Affairs* 89 (jun. 2016): 369–93.

20. Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg. “Gender equality reforms on an uneven playing field: candidate selection and quota implementation in electoral authoritarian Tanzania.” *Government and Opposition* 51 (jul. 2016): 464–86.

21. Melody E. Valdini, *The inclusion calculation: Why Men Appropriate Women’s Representation* (Nova York: Oxford University Press, 2019), 133–39.

22. Valdini, *Inclusion Calculation*, 139–43.

23. Levitsky e Way, “International Linkage and Democratization.”

24. Judith G. Kelley, *Scorecard Diplomacy: Grading States to Influence Their Reputation and Behavior*. (Nova York: Cambridge University Press, 2017); Ann E. Towns, *Women and States: Norms and Hierarchies in International Society* (Nova York: Cambridge University Press, 2010).

25. Burnet, “Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda,” 371.

26. Sarah Sunn Bush and Pär Zetterberg, “Gender Quotas and International Reputation,” *American Journal of Political Science* 65 (abr. 2021): 326–41.

27. Melinda Adams, “‘National Machineries’ and Authoritarian Politics: The Case of Cameroon,” *International Feminist Journal of Politics* 9 (jun. 2007): 176–97.

28. Jasmin Lorch e Bettina Bunk, “Using Civil Society as an Authoritarian Legitimation Strategy: Algeria and Mozambique in Comparative Perspective,” *Democratization* 24 (out. 2017): 987–1005.

29. Tripp, *Seeking Legitimacy*, 216.

30. Erica Chenoweth e Zoe Marks, “Revenge of the Patriarchs: Why Autocrats Fear Women,” *Foreign Affairs* (March–April 2022), www.foreignaffairs.com/articles/china/2022-02-08/women-rights-revenge-patriarchs.

31. Chenoweth e Marks, “Revenge of the Patriarchs.”

32. Levitsky e Way, “International Linkage and Democratization.”

33. Amanda Clayton e Pär Zetterberg, “Quota Shocks: Electoral Gender Quotas and Government Spending Priorities Worldwide,” *Journal of Politics* 80 (jul. 2018): 916–32; Valeriya Mechkova e Ruth Carlitz, “Gendered Accountability: When and Why Do Women’s Policy Priorities Get Implemented?” *European Political Science Review* 13 (fev. 2021): 3–21.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>